

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

MARIA LUÍSA BARBOSA DE SOUZA

COMUNIDADE COMO LABORATÓRIO DE REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA
(CoLaboRI) PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIALISTA: APLICAÇÃO E
ESTUDO EM COMUNIDADES DO PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE/MG

VITÓRIA/ES

2024

MARIA LUÍSA BARBOSA DE SOUZA

**COMUNIDADE COMO LABORATÓRIO DE REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA
(CoLaboRI) PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIALISTA: APLICAÇÃO E
ESTUDO EM COMUNIDADES DO PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE/MG**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo na Área de concentração Cidade e Impactos no Território, na linha de pesquisa Patrimônio, Sustentabilidade e Tecnologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Renata Hermanny de Almeida

VITÓRIA/ES

2024

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

B238c Barbosa de Souza, Maria Luísa, 1996-
Comunidade como Laboratório de Representação Identitária (CoLaboRI) para o planejamento territorialista : aplicação e estudo em comunidades do Parque Estadual do Rio Doce/MG / Maria Luísa Barbosa de Souza. - 2024.
129 f. : il.

Orientadora: Renata Hermanny de Almeida.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Patrimônio Territorial. 2. Comunidades. 3. Escola Territorialista Italiana. 4. Representação Identitária. 5. Parque Estadual do Rio Doce/MG. I. Hermanny de Almeida, Renata. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 72

MARIA LUÍSA BARBOSA DE SOUZA

“COMUNIDADE COMO LABORATÓRIO DE REPRESENTAÇÃO
IDENTITÁRIA (CoLaboRI) PARA O PLANEJAMENTO
TERRITORIALISTA: APLICAÇÃO E ESTUDO EM COMUNIDADES DO
PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE/MG”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito
Santo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 29 de maio de 2024.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Renata Hermanny de Almeida
(orientadora – PPGAU/UFES)

Profa. Dra. Gisele Girardi
– PPGG/UFES)
(membra externa



Profa. Dra. Daniela Poli
UniFI - Universidade de Florença)
(membra externa –

Profa. Dra. Latussa Bianca Laranja Monteiro
(membra externa – DAU/UFES)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
RENATA HERMANNY DE ALMEIDA - SIAPE 1172746
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/CAR
Em 04/07/2024 às 10:07

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/948673?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
GISELE GIRARDI - SIAPE 2286315
Departamento de Geografia - DG/CCHN
Em 04/07/2024 às 18:30

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/949178?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
LATUSSA BIANCA LARANJA MONTEIRO - SIAPE 2324690
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/CAR
Em 09/07/2024 às 20:25

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/951653?tipoArquivo=O>

AGRADECIMENTOS

Finalizar este ciclo é relembrar toda uma trajetória até o presente momento, uma jornada que transcende os dois anos de duração do mestrado e abarca toda uma vivência ao longo de 27 anos, precedida por toda a luta dos meus antepassados, que me permite hoje, ser uma mulher negra graduada e agora mestre pela universidade pública. Os agradecimentos transbordam esta página de relato, contudo é importante mencionar as diversas mãos que contribuíram com o processo de construção deste trabalho de mestrado.

Primeiramente, expresso minha gratidão aos meus guias espirituais, cuja força, proteção e axé foram fundamentais pra mim neste processo.

Aos meus pais, Ricardo e Juliana, agradeço pelo amor e apoio incondicionais.

Ao meu irmão, Pedro, pela amizade e pelos valiosos conselhos.

Ao meu companheiro, Caíque, por todo o amor, carinho, paciência e apoio diário; e à sua família, Cristina, Antônio e Dado, pelo incentivo constante.

Aos amigos que torcem por mim, em especial à Lara, Marina, Ceci, Luisa, Julia e Matheus.

Ao grupo de pesquisa Patri_Lab, pelas trocas significativas e aprendizado coletivo, em particular à Amanda, Kelly e Mari, pelas conversas e momentos que tornaram essa jornada mais leve. Sobretudo, à professora Renata, por acreditar no meu potencial desde a graduação e pela oportunidade concedida para o meu crescimento.

Às professoras que compõem a banca examinadora, Latussa, Daniela e Gisele, pela disponibilidade na avaliação e contribuição na dissertação.

Agradeço também aos moradores das comunidades de Santa Rita e Celeste que participaram da pesquisa, pelo auxílio e acolhimento durante o processo. Reconheço ainda as contribuições diretas e indiretas de diversas pessoas e instituições para a investigação.

Por fim, expresso minha gratidão à Fapes por conceder a bolsa de estudo, fundamental para o pesquisador e o desenvolvimento da ciência.

Finalizo esses agradecimentos com o profundo desejo de que todas as pessoas tenham a oportunidade de exercer efetivamente o direito à educação pública e gratuita de qualidade.

RESUMO

A presente pesquisa aborda a temática Participação-Representação Identitária, e baseia-se no conjunto de reflexões e pragmáticas estabelecidas pela Escola Territorialista Italiana – ETI. A abordagem territorialista, compreende o alargamento conceitual do patrimônio, ao considerar o patrimônio territorial como resultado da coevolução entre ambiente natural, construído e antrópico. Nesta perspectiva, a valorização do patrimônio territorial é considerada fundamental para o planejamento do território e desenvolvimento local autossustentável. Além disso, destaca-se como etapas do arcabouço metodológico territorialista, a descrição, interpretação e representação identitária. Esta última desenvolve-se por meio da reorganização de metodologias, técnicas e instrumentos cartográficos para produzir análises e sínteses qualitativas do território. Dessa forma, partindo da compreensão do mapa como ferramenta essencial e de sua utilização na etapa de representação identitária para investigação das características locais no planejamento territorialista, bem como a necessidade da participação ativa das comunidades durante este processo, discute-se a importância do desenvolvimento e aplicação de metodologias participativas, sobretudo na construção de mapeamentos. Neste contexto, retroalimenta-se nesta pesquisa os entendimentos conceituais e metodológicos acerca da noção de “Comunidade como Laboratório de Representação Identitária”, CoLaboRI, este desenvolvido pela pesquisadora em estudos anteriores, e entendido como importante método iterativo a fim de valorizar o conhecimento local, estimular as narrativas e a consciência das comunidades sobre o território. Dessa forma, o recorte territorial escolhido para estudo localiza-se no interior do estado de Minas Gerais, e constitui-se pelo Parque Estadual do Rio Doce – PERD e seu entorno imediato. O PERD é uma importante unidade de conservação, considerado o maior remanescente do bioma de Mata Atlântica do Estado. Entretanto, ressalta-se no recorte, aspectos em nível macro associados ao uso do território, que afetam a harmonia entre a natureza e a cultura. Logo, investiga-se a relação natureza-cultura no nível local, em leitura multidimensional, bem como a relação específica da Comunidade-Parque. De maneira geral, objetiva-se aplicar CoLaboRI em comunidades do Parque Estadual do Rio Doce - PERD. Para tanto, procede-se à metodologia qualitativa, descritiva e de ação participativa, ordenadas conforme as seguintes atividades: pesquisa bibliográfica acerca do referencial teórico e metodológico; apresentação de experiências de mapeamento comunitário coordenadas pela ETI; análise, síntese, organização e sistematização para definição dos pressupostos de CoLaboRI; preparação e aplicação da metodologia participativa em CoLaboRI; descrição e análise da experiência ColaboRI; análise qualitativa dos mapas comunitários e análise de conteúdo dos diálogos em grupo; proposição de diretrizes estatutárias e estratégicas para o planejamento territorial, integrador do binômio natureza-cultura e ativador da participação social; representação figurativa sintética para CoLaboRI, em consonância com esquemas processuais da ETI. Como resultado, os experimentos realizados nas comunidades-laboratório da pesquisa, Santa Rita (Marliéria) e Celeste (Timóteo), permitem constatar importantes sedimentos territoriais; invariâncias e regras de transformação; contextos multidimensionais e multiescalares; assim como avanços e entendimentos importantes para CoLaboRI, que podem ser aplicados em outros processos de planejamento territorialista sob contextos socioterritoriais diversos.

Palavras-chave: Patrimônio Territorial, Comunidades, Escola Territorialista Italiana, Representação Identitária, Parque Estadual do Rio Doce/MG.

ABSTRACT

This research addresses the theme of Participation-Identity Representation, and is based on the set of reflections and pragmatics established by the Italian Territorialist School. The territorialist approach comprises the conceptual expansion of heritage, by considering territorial heritage as a result of the co-evolution between the natural, built and anthropic environment. From this perspective, the valorization of territorial heritage is considered fundamental for territorial planning and self-sustainable local development. Furthermore, the description, interpretation and representation of identity stand out as stages of the territorialist methodological framework. The representation of identity is developed through the reorganization of methodologies, techniques and cartographic instruments to produce qualitative analyzes and syntheses of the territory. Thus, starting from the understanding of the map as an essential tool, and its use in the Identity Representation stage to investigate local characteristics in territorial planning; as well as the need for active participation of communities during this process, the importance of developing and applying participatory methodologies is discussed, especially in the construction of mappings. In this context, this research feeds back on conceptual and methodological understandings regarding the notion of “Community as a Laboratory of Identity Representation”, *CoLaboRI*, which was developed by the researcher in previous studies, and understood as an important interactive method in order to value local knowledge, stimulate communities’ narratives and awareness about the territory. Thus, the territorial area chosen for the study is located in the interior of the state of Minas Gerais, and consists of the Rio Doce State Park and its immediate surroundings. The Park is an important conservation unit, considered the largest remnant of the State's Atlantic Forest biome. However, the section under study highlights macro-level aspects associated with the use of the territory, which affect the harmony between nature and culture. Therefore, we seek to investigate the nature-culture relationship at the local level, in a multidimensional reading, as well as the specific Community-Park relationship. In general, the aim is to apply *CoLaboRI* in communities in the Rio Doce State Park. To this end, a qualitative, descriptive and participatory action methodology is used, organized according to the following activities: bibliographical research on the theoretical and methodological framework; presentation of community mapping experiences coordinated by Italian Territorialist School; analysis, synthesis, organization and systematization to define *CoLaboRI* assumptions; preparation and application of the participatory methodology in *CoLaboRI*; description and analysis of the *CoLaboRI* experience; qualitative analysis of community maps and content analysis of group dialogues; proposition of statutory and strategic guidelines for territorial planning, integrating the nature-culture binomial and activating social participation; synthetic figurative representation for *CoLaboRI*, in line with Italian Territorialist School procedural schemes. As a result, the experiments carried out in the research laboratory communities, Santa Rita (Marliéria) and Celeste (Timóteo), made it possible to identify important territorial sediments; invariances and transformation rules; multidimensional and multiscale contexts; as well as important advances and understandings for *CoLaboRI*, which can be applied in other territorial planning processes, under different socio-territorial contexts.

Keywords: Territorial Heritage, Communities, Italian Territorialist School, Identity Representation, Rio Doce State Park/MG.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do recorte territorial da pesquisa.....	19
Figura 2 - Interior do Parque Estadual do Rio Doce - PERD.....	20
Figura 3 - Esquema metodológico ETI.....	26
Figura 4 - Exemplos de mapas que integram o Atlas	37
Figura 5 - Projeto e plano biorregionalista no esquema territorialista	39
Figura 6 - Mapa comunitário Acquarica di Lecce, Puglia.....	42
Figura 7 - Interface mapa online colaborativo.....	43
Figura 8 - Níveis gerais de participação social.....	53
Figura 9 - Comunidades do entorno do Parque Estadual do Rio Doce - PERD.....	57
Figura 10 - Aplicação e exposição do mapa com base em imagem satélite.....	64
Figura 11 - Mapeamento comunitário em Santa Rita.....	66
Figura 12 - Mapeamento comunitário em Celeste.....	67
Figura 13 - Mapa comunitário de Santa Rita.....	69
Figura 14 - Análise do mapa comunitário de Santa Rita.....	69
Figura 15 - Mapa comunitário de Celeste	84
Figura 16 - Análise do mapa comunitário de Celeste.....	84
Figura 17 - Exemplo de detalhes do mapa	85
Figura 18 - CoLaboRI no esquema territorialista (grifo em vermelho)	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dimensões da sustentabilidade.....	31
Quadro 2 - Ferramentas em pesquisas participativas	48
Quadro 3 - Ferramentas possíveis para o mapeamento comunitário.....	50
Quadro 4 - Níveis de participação no mapeamento.....	54
Quadro 5 - Quadro geral resultado da análise de conteúdo (Santa Rita).....	72
Quadro 6 - Quadro geral da dimensão territorial (Santa Rita)	75
Quadro 7 - Quadro geral da dimensão econômica (Santa Rita)	77
Quadro 8 - Quadro geral da dimensão sociopolítica (Santa Rita)	80
Quadro 9 - Quadro geral da dimensão ambiental (Santa Rita).....	82
Quadro 10 - Quadro geral resultado da análise de conteúdo (Celeste)	88
Quadro 11 - Quadro geral da dimensão territorial (Celeste)	91
Quadro 12 - Quadro geral da dimensão econômica (Celeste)	92
Quadro 13 - Quadro geral da dimensão sociopolítica (Celeste).....	96
Quadro 14 - Quadro geral da dimensão ambiental (Celeste).....	98

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Quadro territorial Santa Rita	71
Mapa 2 - Quadro territorial Celeste	87

LISTA DE SIGLAS

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CoLaboRI - Comunidade como Laboratório de Representação Identitária

ETI - Escola Territorialista Italiana

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEF - Instituto Estadual Florestal

PERD – Parque Estadual do Rio Doce

PPTR – Plano Paisagístico Territorial Regional

RMVA – Região Metropolitana do Vale do Aço

SIG – Sistema de Informação Geográfica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	24
2.1	PLANEJAMENTO TERRITORIALISTA E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	24
2.1.1	Comunidade e multidimensionalidade.....	28
2.2	REPRESENTAÇÃO E MAPEAMENTO COMUNITÁRIO.....	32
2.2.1	Abordagem metodológica da representação identitária para a ETI	36
2.2.2	Estudos de caso de mapeamento comunitário no Plano Territorial Paisagístico – PPTR/Puglia, Itália.....	40
2.2.2.1	Mapa comunitário.....	40
2.2.2.2	Mapa <i>online</i> colaborativo	42
2.3	PRESSUPOSTOS PARA CoLaboRI	44
2.3.1	Sistema conceitual e metodológico	45
3	METODOLOGIA E APLICAÇÃO	55
3.1	ETAPAS PARA CoLaboRI.....	55
3.2	CoLaboRI NA PRÁTICA.....	61
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	68
4.1	PRODUTOS DE CoLaboRI NAS COMUNIDADES.....	68
4.1.1	ColaboRI em Santa Rita: quadro cognitivo	68
4.1.1.1	Mapa Comunitário – Santa Rita	69
4.1.1.2	Multidimensionalidade local – Santa Rita.....	72
4.1.2	CoLaboRI em Celeste: quadro cognitivo.....	83
4.1.2.1	Mapa Comunitário – Celeste	83
4.1.2.2	Multidimensionalidade local - Celeste	88
4.2	INDICAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIALISTA	98
4.3	AVALIAÇÕES E AVANÇOS PARA CoLaboRI.....	105

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	112
APÊNDICE A – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO.....	119
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DADOS PARTICIPANTES	120
APÊNDICE C – SISTEMATIZAÇÃO ITENS DO MAPA COMUNITÁRIO DE SANTA RITA	121
APÊNDICE D – SISTEMATIZAÇÃO ITENS DO MAPA COMUNITÁRIO DE CELESTE.....	127

1 INTRODUÇÃO

No planejamento urbano e territorial tem-se discutido a importância da incorporação de abordagens mais participativas, que fomentem efetivamente a participação popular nos processos de tomadas de decisão sobre o território. Neste contexto, emerge a necessidade da adoção de metodologias e ferramentas, colaborativas e participativas, para definições estratégicas de planejamento territorial, baseadas nos valores que incluam o conhecimento local não especializado, bem como os desejos e percepções das comunidades.

Tendo em vista tal discussão, esta pesquisa baseia-se na abordagem da Escola Territorialista Italiana - ETI. Esta foi fundada no final do século XX pelo arquiteto e urbanista Alberto Magnaghi, em conjunto com pesquisadores universitários. Tal grupo territorialista, influenciado por debates emergentes na década de 1980, propunha repensar as práticas urbanísticas em diálogo com questões territoriais e da memória local, assim como, identificar modelos alternativos de desenvolvimento sustentável, em contraposição à crise energética e industrial, à globalização econômica e ao esgotamento dos recursos naturais (POLI, 2010). Magnaghi defende um plano urbano e territorial útil para ativação do processo participativo por meio do autorreconhecimento da comunidade sobre os valores patrimoniais (MAGNAGHI, 2005).

Segundo a ETI, o território é patrimônio e, dessa forma, o patrimônio territorial é compreendido como resultado da coevolução, na longa duração, entre ambiente natural, ambiente construído e ambiente antrópico (MAGNAGHI, 2010). Nesta perspectiva, a valorização do patrimônio territorial é balizadora para a elaboração do plano territorialista, que visa o desenvolvimento local autodeterminado/autossustentável (MAGNAGHI, 2010). A autossustentabilidade (sustentabilidade política, social, econômica, ambiental e territorial) pode ser entendida enquanto a busca da relação virtuosa entre assentamento humano e meio ambiente; e de novos vínculos entre natureza, cultura e história (MAGNAGHI, 2011).

Além disso, a ETI desenvolveu ao longo dos anos “métodos de descrição, interpretação e representação do patrimônio territorial” (MAGNAGHI, 2017, p.37 - tradução nossa). Em específico, a representação é condição estruturante para o planejamento, e orientadora das etapas subsequentes, denominadas “estatuto dos lugares” e “cenário estratégico” (MAGNAGHI, 2010; 2011). Sucintamente, a “representação identitária” desenvolve-se por meio da reorganização de metodologias, técnicas e instrumentos cartográficos para produzir análises e sínteses nas quais o território adquire caráter denso e vivo, diferente daquelas em que se resumem a uma dimensão funcional e de caráter isotrópico

(MAGNAGHI, 2014). Os mapas e cartas produzidos nesta etapa metodológica integram o denominado Atlas Territorial. Em experiências coordenadas pela ETI, este Atlas inclui mapas técnicos, produzidos por meio de geotecnologias e Sistema de Informação geográfica - SIG e/ou SIG colaborativo; e mapas comunitários participativos, elaborados por meio de desenhos e técnicas “poucos formais” (MAGNAGHI, s.d).

Nesta perspectiva, partindo da compreensão do mapa como ferramenta essencial e de sua utilização na etapa de representação identitária para investigação das características locais no planejamento territorialista; da necessidade da participação ativa das comunidades durante este processo; da discussão da importância do desenvolvimento e aplicação de metodologias participativas, sobretudo, na construção de mapeamentos, esta pesquisa aborda a temática “Participação e Representação Identitária”.

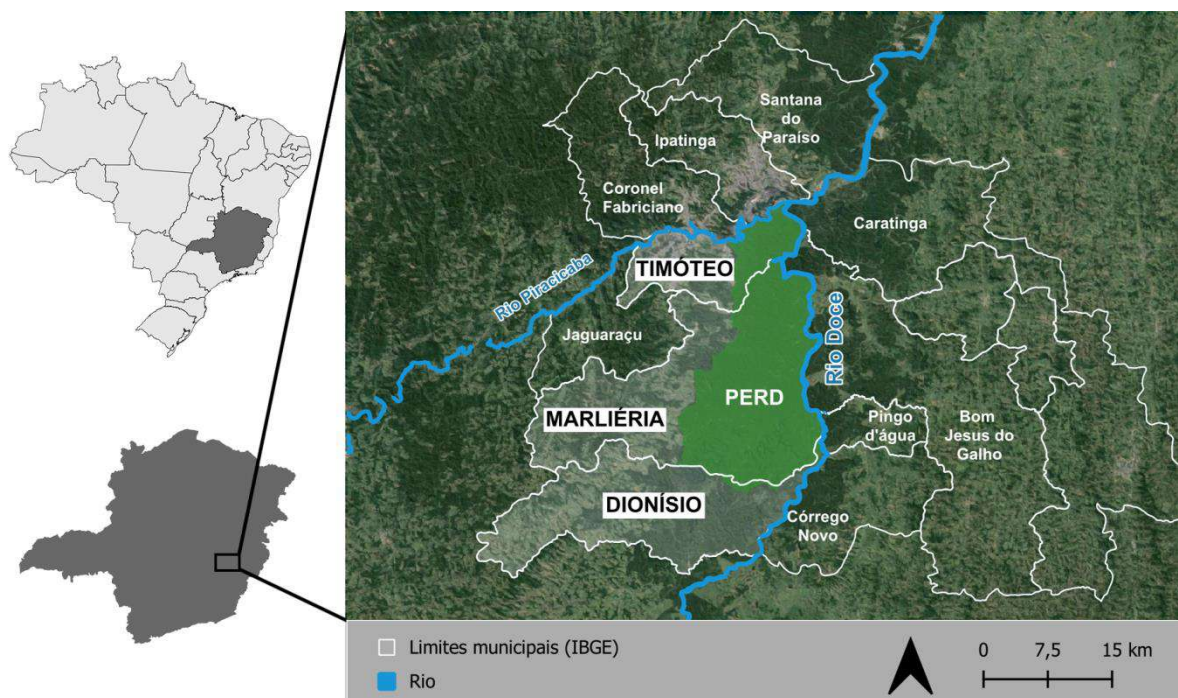
Destaca-se o contexto de seu desenvolvimento vinculado ao Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento - Patri_Lab (PPGAU/UFES), que desde o ano de 2010, investiga múltiplos contextos socioespaciais brasileiros se baseando em referencial teórico-metodológico da ETI. Em específico, é um desdobramento de subprojeto de iniciação científica realizado pela pesquisadora, intitulado “A comunidade como laboratório de representação identitária (CoLaboRI): estudo direcionado à elaboração conceitual e metodológica” (SOUZA, 2021). Em tal subprojeto, influenciado pela dissertação de mestrado de Bona (2020), “A comunidade como laboratório de representação identitária: experimento em Alto Liberdade - Marilândia /ES”, bem como no conjunto de reflexões e pragmáticas da ETI, são realizados entendimentos conceituais e metodológicos preliminares de construção de CoLaboRI, que esta pesquisa dá continuidade.

CoLaboRI pode ser entendido como um relevante método interativo de valorização de conhecimento local, estímulo de narrativas e de consciência de uma comunidade sobre o seu território. Enquanto etapa de representação identitária, CoLaboRI, corresponde à colaboração da comunidade intermediada por um ator “especializado” para a construção do Atlas Territorial, através do mapeamento comunitário. Este mapeamento é compreendido como principal ferramenta de CoLaboRI. Dessa forma, CoLaboRI pressupõe procedimentos e instrumentos que possibilitem a colaboração e a participação comunitária, em pleno diálogo entre saber técnico e saber local. Além disso, vale salientar, a noção de ColaboRI prevê procedimentos metodológicos flexíveis, adaptados às necessidades de cada contexto local de aplicação (SOUZA, 2021).

Logo, esta pesquisa busca verificar a aplicação de CoLaboRI em experiências práticas e retroalimentar as noções conceituais e metodológicas estabelecidas. As comunidades escolhidas como “laboratório de estudos” para a representação identitária estão localizadas no recorte territorial constituído pelo Parque Estadual do Rio Doce - PERD e seu entorno imediato.

O recorte encontra-se no interior do estado de Minas Gerais, na mesorregião do Vale do Rio Doce. A figura 1 situa o Parque Estadual do Rio Doce - PERD, os municípios que abrangem territorialmente o PERD (Timóteo, Marliéria e Dionísio) e os municípios do entorno imediato.

Figura 1 - Mapa de localização do recorte territorial da pesquisa



Fonte: elaboração da autora

O PERD é uma unidade de conservação natural¹ de 35.976 hectares; considerado o maior remanescente do bioma de Mata Atlântica do estado de Minas Gerais, reconhecido como o terceiro maior complexo lacustre do país (depois da Amazônia e do Pantanal), contendo mais de quarenta lagoas naturais em seu limite territorial (IEF, 2002a); e designado internacionalmente como uma das áreas da “Reserva da Biosfera de Mata Atlântica” pela

¹ Segundo a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, Art. 2º inciso I, entende-se por unidade de conservação: “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

UNESCO² e “Sítio Ramsar” pela Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional³ (PERD, 2023). O Parque foi oficialmente criado através do Decreto-Lei nº 1.119, de 14 de julho de 1944⁴, estabelecendo a área delimitada pelos rios Doce e Piracicaba (SANTOS, 2015; IEF, 2002). Desde 1962, é administrado pelo Instituto Estadual de Florestas - IEF. Além dos atrativos naturais⁵, o PERD possui infraestrutura para *camping*, alojamento, mirante, trilhas e centros de pesquisas (IEF, 2023) (Figura 2).

Figura 2 - Interior do Parque Estadual do Rio Doce - PERD



Fonte: montagem de fotos diversas elaborada pela autora. Fontes das imagens retiradas do Google. Acesso em: 12 mar. 2023.

² A “Reserva da Biosfera de Mata Atlântica - RBMA” foi a primeira unidade da Rede Mundial de Reservas da Biosfera do Programa MAB (*Man and the Biosphere*) da UNESCO, declarada no Brasil em 1991. A RBMA visa promover ações de conhecimento, conservação, restauração e gestão do território por meio de programas e políticas públicas. Fonte: Reservas da Biosfera. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Disponível em: <https://reservasdabiosfera.org.br/programa-mab/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

³ Também conhecida como Convenção de Ramsar, ocorreu em 1971. Trata-se de um acordo entre governos com o objetivo de estabelecer diretrizes para ações nacionais e cooperações internacionais visando à conservação e uso racional de áreas úmidas no mundo. Fonte: Ministério do Meio Ambiente (MMA). A Convenção de Ramsar. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-ecossistemas/ecossistemas/areas-umidas/a-convencao-de-ramsar-1>. Acesso em: 11 mar. 2024.

⁴ O histórico da criação do Parque remonta à visita pastoral ao município de Marliéria, em 1931, realizada por Dom Helvécio, arcebispo de Mariana/MG. Dom Helvécio, admirado com a floresta vista no alto da montanha Jacoá, deixou registrado no “Livro do Tombo” da paróquia municipal a intenção da criação de um órgão público para a proteção florestal. Cinco anos depois, em 1935, o Arcebispo retornou à região para celebrar uma missa em uma Capela construída próxima às margens da Lagoa Nova (atualmente conhecida como lagoa Dom Helvécio, localizada no interior do PERD). No evento, ele foi incentivado à preservação da área natural e alertado que a mesma poderia ser transformada em carvão para alimentar os fornos da siderúrgica Belgo Mineira. Dom Helvécio, bastante influente politicamente, conseguiu apoio do então governador mineiro Benedito Valadares Ribeiro e, a partir disso, foram realizados diversos estudos para a demarcação do parque (SANTOS, 2015; IEF, 2002a).

⁵ O Parque Estadual do Rio Doce abriga uma variedade de espécies da flora e fauna que estão ameaçadas de extinção, tais como: tatu-canastra (*Priodontes maximus*), onça-pintada (*Panthera onca*), jacarandá-caviúna (*Dalbergia nigra*), braúna-preta (*Melanoxylon brauna*). Fonte: PERD (Parque Estadual do Rio Doce). 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/parque.riodoce/reel/Curhp10s67J/?next=https%3A%2F%2Fwww.instagram.com%2Fvarjangbha_manek%2F%3Fref%3Dbadge%26hl%3Dne&ref=badge&hl=ne. Acesso em: 11 mar. 2024

Os municípios do entorno⁶ apresentam características variadas acerca de atividades econômicas e uso do solo, sendo alguns mais urbanizados e adensados em relação a outros que possuem predominância de ocupação rarefeita e atividade rural⁷. Além disso, em uma aproximação analítica, estes são caracterizados pelo impacto do uso antrópico; da silvicultura (com tendência de crescimento); degradação das áreas naturais; presença de três grandes centros urbanos integrantes da Região Metropolitana do Vale do Aço⁸; avanço da plantação de cana-de-açúcar e da criação extensiva de pastagem (OLIVEIRA, 2019). Nesta perspectiva, inferem-se possíveis aspectos degradantes associados ao uso do território.

Compreende-se que aspectos degradantes, desterritorializantes, exógenos e exploratórios podem influenciar no desequilíbrio das relações entre natureza e cultura (MAGNAGHI, 2010). Magnaghi afirma que um planejamento local abstraído da relação natureza e cultura pode destruir o processo de produção identitária do território e da qualidade do lugar (MAGNAGHI, 2010). No campo do debate patrimonial⁹, a territorialista Daniela Poli, critica a noção do patrimônio enquanto pertencente a dois mundos distintos, de um lado a cultura e do outro a natureza, essa livre da presença transformadora da ação humana. Segundo a autora, esse entendimento acerca do patrimônio produziu uma dicotomia entre conservação e transformação, onde são implementadas ações de conservação para o patrimônio cultural e/ou patrimônio natural, enquanto o território fora dos limites de proteção é “abandonado à própria sorte de morrer com o desenvolvimento” (POLI, 2015, p. 124 – tradução nossa).

Logo, a partir do exposto compreende-se o conflito, em nível macro no recorte territorial desta pesquisa: o Parque Estadual do Rio Doce importante patrimônio ambiental,

⁶ De maneira geral, historicamente, os municípios do recorte territorial em estudo se constituíram a partir da ocupação de povos originários, seguida por um processo conflituoso e violento de transformações no período da colonização, e da industrialização e urbanização a partir da década de 1940. Ver histórico sobre a ocupação do Vale do Rio Doce em: DANGELO, Jota et al. **O Vale do Rio Doce**. Companhia Vale do Rio Doce. 2002. / Ver histórico sobre a ocupação do Vale do Aço em: QUECINI, Vanda Maria. **Timóteo: o legado urbano de um projeto industrial**. Tese de doutoramento em fundamentos e história da arquitetura e do urbanismo, FAU-USP, São Paulo. 2007.

⁷ Análise realizada pela pesquisadora, a partir de estudos para o seminário intitulado: “Território-Patrimônio e comunidades locais: natureza e cultura na duração do Parque Estadual do Rio Doce/MG”, para a disciplina Território-patrimônio: teoria e representação para planejamento e projeto (PGAU -1224), orientada pela Prof.^a Dr.^a Renata Hermann de Almeida.

⁸ A Região Metropolitana do Vale do Aço - RMVA é constituída pelas cidades de Ipatinga, Timóteo, Coronel Fabriciano, Santana do Paraíso e pelo colar metropolitano, composto por mais 24 municípios. Ver em: UNILESTE (Centro Universitário Católica do Leste de Minas Gerais). **Região Metropolitana do Vale do Aço - diagnóstico final**. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), v.1, 2014. Disponível em: http://web.archive.org/web/20160303184721/http://www.unilestemg.br/pddi/arq/doc/documentos-oficiais/2014/PDDI_DIAGNOSTICO_VOL1.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁹ Apenas em 1992, a UNESCO reconheceu formalmente, a nível mundial, a tutela de forma conjunta de elementos culturais e naturais através da criação da categoria “Paisagem Cultural” (POLI, 2015).

protegido por leis que permitem a sua conservação, mas, em contrapartida, existe um entorno marcado por atividades degradantes, em uma lógica economicista e exploratória, que indicam, portanto, uma dicotomia na relação entre natureza e cultura. Nesta perspectiva, entende-se a importância de um planejamento territorial no recorte e da contribuição das comunidades do entorno neste processo. Dessa forma, busca-se investigar nesta a relação natureza-cultura no nível local, bem como a relação específica da Comunidade-Parque.

Para além de tais justificativas para escolha do recorte territorial, destaca-se o vínculo pessoal da pesquisadora devida à naturalidade de Timóteo, um dos municípios do entorno do PERD. Ademais, ressalta-se a proximidade ao território, no campo técnico, promovida em estudos para o Projeto Final de Graduação, “O patrimônio territorial como mediador do planejamento territorialista: ensaio em Macuco, Timóteo - Minas Gerais” (2021).

As perguntas que norteiam este estudo são: i) de que forma CoLaboRI investiga as relações entre natureza e cultura no contexto local, interpretadas em sua multidimensionalidade e percebidas pelas comunidades, por meio de ferramentas participativas e de mapeamento? ii) como o CoLaboRI contribui para a elaboração de regras estruturantes-estratégicas com vistas ao plano territorialista integrador da natureza-cultura?

Nesse sentido, o objetivo geral da dissertação é aplicar e estudar “Comunidade como Laboratório de Representação Identitária – CoLaboRI” nas comunidades do Parque Estadual do Rio Doce - PERD. Em específico pretende-se: I) Estabelecer referencial conceitual acerca da noção de comunidade, assim como referencial metodológico de prática de mapeamento comunitário; II) Definir procedimento de seleção de comunidade para prática de CoLaboRI; III) Experimentar CoLaboRI em comunidades do PERD; IV) Reconhecer a multidimensionalidade da relação natureza-cultura; IV) Propor diretrizes estatutárias para o planejamento territorial e participativo; V) Inserir CoLaboRI em esquema processual territorialista de desenvolvimento local.

Para tanto, adota-se metodologia qualitativa, descritiva e de ação participativa (SERRA, 2006); ordenadas de acordo com atividades, tais como: I) Pesquisa bibliográfica acerca do referencial teórico e metodológico; II) Apresentação de experiências de mapeamento comunitário coordenadas pela ETI; III) Análise, síntese, organização e sistematização para definição dos pressupostos de CoLaboRI; V) Preparação e aplicação da metodologia participativa em CoLaboRI. Neste momento a pesquisadora se envolve com as comunidades do PERD para trabalhar a temática pretendida e adensar o quadro cognitivo do território; VI) Descrição e análise da experiência ColaboRI, e dos produtos gerados; VII)

Proposição de diretrizes estatutárias e estratégicas para o planejamento territorial, integrador do binômio natureza-cultura e ativador da participação social; VIII) Representação figurativa sintética para CoLaboRI, em consonância com esquemas processuais da ETI.

Tendo em vista o contexto específico do recorte territorial, justifica-se a pesquisa pela contribuição que pode oferecer na construção de subsídios para o planejamento local e no adensamento do quadro cognitivo do território. Para além, tem potencial para o avanço metodológico da Comunidade como Laboratório de Representação Identitária - CoLaboRI e sua possível aplicação em outros contextos locais para o desenvolvimento autossustentável.

A estrutura da dissertação é organizada em cinco capítulos, referentes à introdução, desenvolvimento e conclusão. Em específico, nos capítulos de desenvolvimento, o capítulo 2 inclui a apresentação do referencial teórico e metodológico, nele: apresenta o processo de plano e projeto para ETI, bem como a importância da participação comunitária; discute o conceito de comunidade e sua correlação com a noção de multidimensionalidade; contextualiza o debate acerca da cartografia, mapas e mapeamento; apresenta experiências de mapeamentos participativos coordenadas pela Escola Territorialista, como o “mapa comunitário” e o “mapa *online* colaborativo”; e estabelece sistematização conceitual e metodológica em CoLaboRI. O Capítulo 3 corresponde a construção metodológica para CoLaboRI e a sua aplicação prática nas comunidades do entorno do Parque Estadual do Rio Doce (Santa Rita e Celeste). O Capítulo 4, apresenta os resultados das análises da experiência em CoLaboRI e dos produtos obtidos, assim como, discute as multidimensionalidades locais e aponta regras estatutárias integradoras do binômio natureza-cultura e ativadoras da participação social no processo de planejamento territorial. Por último, o capítulo apresenta esquema processual e representativo para CoLaboRI. O Capítulo 5 expõe as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Neste capítulo, com base no referencial bibliográfico, estabelece-se os campos teórico e metodológico da pesquisa. A partir da Escola Territorialista Italiana e da apresentação de noções-chaves de sua abordagem, como participação, comunidade e representação do território-patrimônio, constrói-se diálogos com a produção de autores a fim de estabelecer uma *constelação conceitual para a pesquisa*.

Por meio desta articulação, o capítulo está estruturado em três subcapítulos. O primeiro apresenta o processo de planejamento para a ETI e a importância da participação comunitária, bem como a noção de comunidade e sua correlação com o entendimento da multidimensionalidade, a partir de teóricos como De La Pierre, Poli e Magnaghi.

No subcapítulo seguinte, propõe-se o diálogo entre os entendimentos da ETI sobre etapa de representação cartográfica e práticas de mapeamento com o panorama da cartografia, baseando-se em alguns autores, tais como Massey (2008), Bauman (1999), Harley (1989), Acsehrad (2010), Kitchin, et. al, (2009) e Crampton, Kryger (2008), assim como apresenta-se a importância da (re)apropriação social e comunitária dos mapeamentos. Além disso, expõe-se de maneira mais detalhada a abordagem metodológica da etapa de representação identitária segundo a ETI; e demonstra-se diferentes técnicas de mapeamento em experiências concretas na Púglia/Itália, coordenadas pela Escola.

Por último, a partir do referencial teórico anterior, somado às discussões acerca da participação comunitária e práticas de mapeamento, em De La Pierre (2001, s.d, 2014a, 2014b), Giusti (2001) e outros autores como Chambers (2006), estabelece-se os pressupostos a serem seguidos na etapa de representação identitária em CoLaboRI. Logo, as informações contidas orientam a aplicação metodológica e as análises subsequentes desta dissertação.

2.1 PLANEJAMENTO TERRITORIALISTA E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

O processo de planejamento e ordenamento territorial que incorpora o patrimônio territorial como base, segundo a Escola Territorialista Italiana - ETI, é fundamentado em uma nova cultura de projeto e plano que reinterpreta o território como potencial produtor de riquezas duradouras, ao invés, de um simples suporte inanimado de atividades econômicas destrutivas que impactam os recursos ambientais, urbanos e socioculturais (MAGNAGHI, 2001). Nesta perspectiva, o reconhecimento das características peculiares do patrimônio territorial, definidoras da identidade de um lugar, bem como a sua valorização, é condição primária para o planejamento territorialista, com vistas ao desenvolvimento sustentável

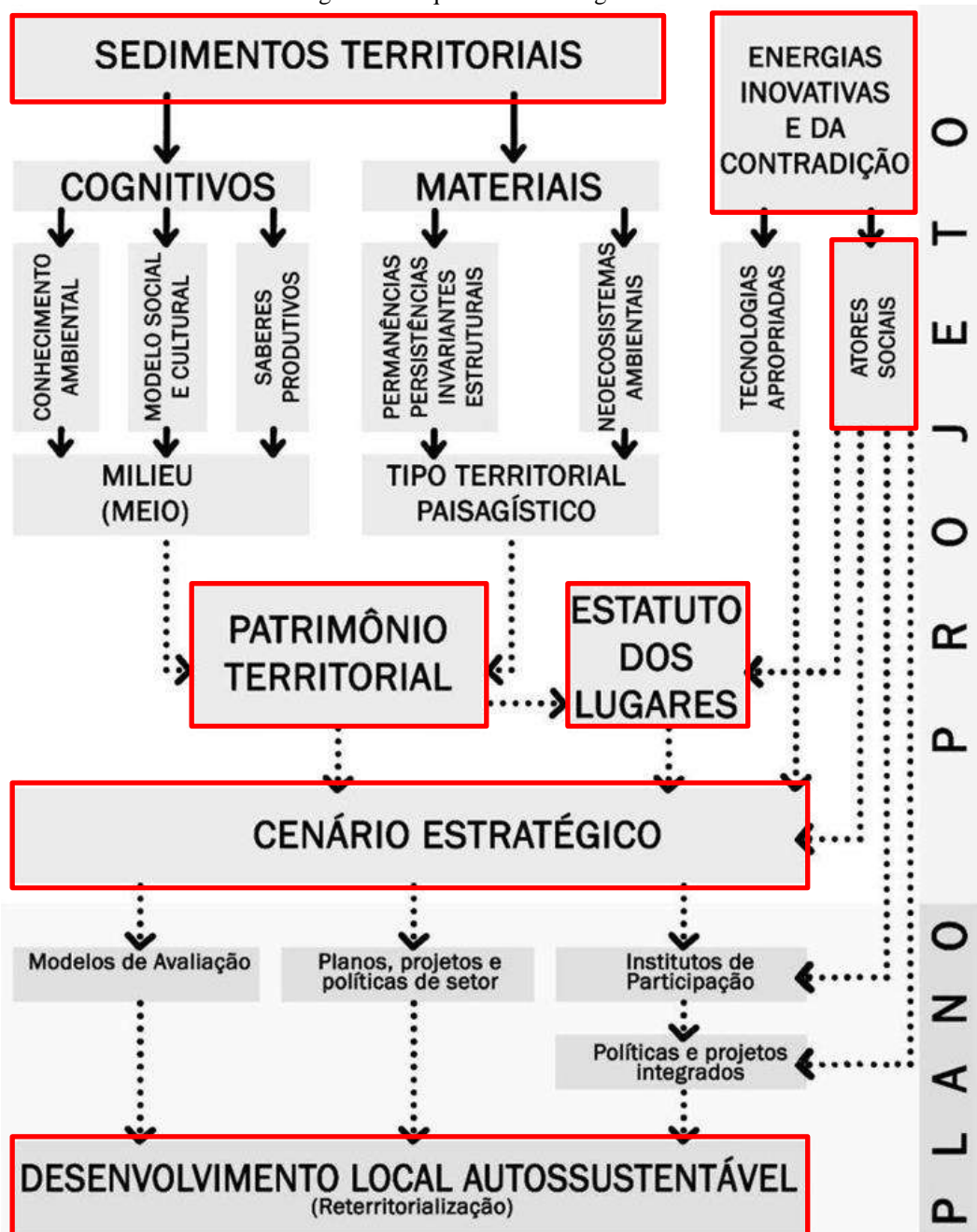
(MAGANGHI, 2001). Para Magnaghi (2001, 2011), o estudo acerca do patrimônio territorial, compreendido em sua complexidade e ampliação conceitual, ocorre por meio de análises holísticas, integradas e sinérgicas das relações entre tempo, lugar, cultura, natureza, ambiente físico, construído e antrópico.

Dessa forma, para o planejamento territorial fundamentado na valorização do patrimônio territorial e na produção de riquezas duradouras, a ETI desenvolveu sistematização metodológica analítico-cognitiva multidisciplinar¹⁰ que incorpora atividades de descrição, interpretação e representação das identidades locais voltadas à produção de conhecimento aprofundado do território-patrimônio, assim como para o desenvolvimento de ações multissetoriais de planos e projetos (MAGNAHI, 2001).

Logo, Magnaghi (2005, p.7 - tradução nossa) elabora um percurso, denominado “retorno aos lugares”, sintetizado em cinco movimentos principais. São eles: i) Definição a nível teórico-metodológico do significado do conceito de desenvolvimento local sustentável, resultado de anos de pesquisas, projetos e planos da Escola Territorialista Italiana; ii) Definição de metodologias e técnicas de representação identitária dos lugares e de seus sedimentos de valor patrimonial. A representação identitária pode ser organizada em atlas, códigos, figuras territoriais, descrições fundacionais; iii) Elaboração de Estatutos dos Lugares (invariantes estruturais, regras para a transformação); iv) Elaboração de visões estratégicas de futuro (cenários), baseadas na valorização dos sedimentos de valor patrimonial locais, segundo as regras definidas pelo Estatuto dos lugares; v) Redefinição das tarefas, dos instrumentos e dos processos de planejamento a partir das inovações presentes nos primeiros quatro movimentos. Tal percurso correlaciona-se ao seguinte esquema (Figura 3):

¹⁰ A sistematização metodológica ocorreu em um momento em que a investigação da Escola Territorialista Italiana adotava um posicionamento mais técnico, vinculada às administrações públicas com o objetivo de introduzir formas mais democráticas e participativas na gestão de políticas públicas na Itália (POLI, 2010).

Figura 3 - Esquema metodológico ETI



Fonte: Magnaghi, 2005, p. 8, traduzido por Nossa (2020), grifo autora

No esquema acima, evidencia-se a divisão entre etapas de “projeto” e “plano”, correspondentes, respectivamente, às fases estruturais e estratégicas (MAGNAGHI, 2001, 2011). Dessa forma, pode-se interpretar do esquema um processo estruturado e fundamentado no reconhecimento dos sedimentos cognitivos e materiais constituintes do patrimônio territorial (MAGNAGHI, 2001). Os sedimentos cognitivos correspondem aos sedimentos que denotam o meio, vinculados à sabedoria ambiental e produtiva, presentes nos processos coevolutivos entre a comunidade e o meio ambiente; e aspectos identitários, associados aos modelos socioculturais de longa duração (MAGNAGHI, 2001). Os sedimentos materiais, por

sua vez, são elementos materiais, permanentes ou persistentes, acumulados historicamente e presentes na paisagem urbana e rural (MAGNAGHI, 2001).

Embora não sinalizada no desenho esquemático da figura 3, enfatiza-se a representação identitária como etapa precedente ao estatuto dos lugares e, posteriormente, o cenário estratégico (MAGNAGHI, 2005). O estatuto dos lugares é um instrumento normativo resultante do reconhecimento das invariantes estruturais e das regras de transformação. As invariantes estruturais correspondem às características identitárias que não variam na longa duração do território e que garantem a conservação e transformação sustentável do patrimônio. Podem ser: estruturas e morfotipos territoriais urbanos, características da paisagem, tipologias territoriais, relações entre sistemas territoriais e ambientais e etc. As regras de transformação, por sua vez, ao serem incorporadas em um processo de planejamento, não se configuram como regras de restrições e limitações, mas, sim, como um *corpus* regulatório e normativo que fundamentam a elaboração de diretrizes estatutárias, também imbricadas na sinergia transformação-conservação do patrimônio territorial (MAGNAGHI, 2001, 2011). Na etapa subsequente, correspondente ao cenário estratégico, são definidas ações específicas e pontuais de planejamento, assim como de projetos e políticas direcionadas ao desenvolvimento autossustentável (MAGNAGHI, 2005, 2011). Para Magnaghi (2001), as estratégias e o cenário podem ser considerados utopias concretas para um futuro possível (MAGNAGHI, 2001).

Observa-se, ainda, no esquema supracitado, que a construção do projeto territorial requer a ativação das energias inovativas e da contradição vinculadas às tecnologias e aos atores sociais, estes últimos, conforme a figura 3 conecta-se diretamente ao estatuto dos lugares e ao cenário estratégico. Magnaghi (2001, 2011) denomina energias de contradição os movimentos e comportamentos sociais, culturais, por vezes conflituosos, contraditórios e multifacetados, produzidos como reações aos processos de desterritorialização. Já as energias inovativas correspondem às tecnologias que auxiliam a produção de novas formas de territorialização (MAGNAGHI, 2001). Segundo o autor, os atores sociais são potenciais para a manutenção e produção de energias virtuosas baseadas em modelos sustentáveis (MAGNAGHI, 2001):

(...) o desenvolvimento local autossustentável não pode ocorrer sem a valorização e o envolvimento dos sujeitos que promovem a autosustentabilidade: o desenvolvimento local é antes de tudo o **desenvolvimento da sociedade local**, das suas instituições de participação nas decisões **rumo ao autogoverno**. (MAGANGHI, 2005, p.9 - tradução nossa, grifo nosso).

A participação social e a sustentabilidade, portanto, são inseparáveis (MAGNAGHI, 2005). Dessa forma, para Magnaghi (2001) a tarefa primordial dos urbanistas e planejadores territoriais é reconhecer tais energias sociais como referência projetual. Nesta perspectiva, é necessária a adoção de instrumentos e ferramentas participativas, interativas, comunicativas e de democracia participativa (MAGNAGHI, 2005, 2001).

Em todo o processo está constantemente presente a identificação, denotação e valorização de atores (culturais, sociais, econômicos, produtivos), dos saberes e dos projetos locais que já se manifestam como portadores do projeto de transformação. A valorização dessas energias, que se colocam de modos e níveis variados em contradição com os estilos de vida do padrão de assentamento "insustentável" e que vão se difundindo nos contextos locais com a crescente degradação ambiental e territorial, constitui a potencialidade do processo de transformação e condiciona a forma e os métodos técnicos do próprio processo (MAGNAGHI, 2001, p.36 - tradução nossa).

Portanto, compreende, a análise do território-patrimônio, em um processo de planejamento interativo e participativo, deve reconhecer e assumir as energias sociais. A partir do exposto, ressalta-se, na pesquisa, “planejamento territorialista” incorpora as etapas de plano e projeto segundo a Escola Territorialista Italiana, e as comunidades são os principais atores sociais neste processo de planejamento. Logo, tendo como base o conceito de comunidade, a seguir, desenvolve-se tal noção e sua importância na perspectiva territorialista.

2.1.1 Comunidade e multidimensionalidade

Comunidade é um conceito bastante discutido por diferentes ciências, principalmente na Sociologia¹¹. A partir da perspectiva sociológica, o territorialista Sérgio De La Pierre¹² (2001; 2020; s.d) desenvolve a definição de comunidade na contemporaneidade.

Em contraposição às definições sociológicas clássicas, De La Pierre (2020, s.d) problematiza a perspectiva diacrônica na qual as noções de comunidade e sociedade são oponíveis: a comunidade típica de uma fase “primitiva” ou pré-industrial e a sociedade, típica da era industrial. Esta dicotomia, segundo o autor, está presente, por exemplo, nos teóricos Tönnies e Durkheim (DE LA PIERRE, 2020, s.d).

¹¹ A Sociologia, enquanto ciência surge no final do século XVIII, no cenário histórico marcado por eventos transformadores na Europa, como a Primeira Revolução Industrial, em 1760 e a Revolução Francesa em 1789. Os pioneiros da abordagem científica sociológica desenvolveram estudos na tentativa de compreender as emergências e consequências de tais acontecimentos na modernidade. Neste sentido, os teóricos basearam-se no conhecimento racional e crítico da sociedade e do comportamento humano, rompendo assim, com explicações fundamentalmente tradicionais e religiosas (GUIDDENS, 2005). Em tal contexto, “comunidade” foi um dos principais temas debatidos durante o nascimento da ciência sociológica.

¹² Sergio De La Pierre desenvolve estudos em sociologia das comunidades e do território; foi professor de sociologia urbana na Escola de Planejamento de Empoli (DE LA PIERRE, 2020).

Tönnies (1855-1936), sociólogo alemão, primeiro grande clássico sobre o tema, em seu livro *Gemeinschaft und Gesellschaft* (em português, Comunidade e Sociedade) publicado em 1887, estabelece formulação conceitual acerca da comunidade em oposição à sociedade. Segundo Tönnies (1947): “Toda vida conjunta, íntima, interior e exclusiva, deve ser entendida (...), como vida comunitária. A sociedade é o público, o mundo” (p. 19-20 - tradução nossa). Nesta perspectiva, a comunidade é um estado natural, de caráter orgânico, cuja realidade está enraizada desde o nascimento e se baseia na vida familiar. Além disso, Tönnies (1947) concebe três diferentes relações de comunidade, são elas: parentesco, vizinhança e amizade. Em contrapartida, a sociedade - de caráter mecânico e artificial - é compreendida por Tönnies enquanto sucessão do estágio comunitário e típica das grandes cidades, estas últimas, marcadas pelo acúmulo do capital e pela exploração do trabalho.

Durkheim (1858-1917), sociólogo francês, publicou em 1893 a obra “Da Divisão do Trabalho Social” (1999) diferenciando a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica. Para o autor, a solidariedade mecânica, em alusão à coesão e ao movimento unificado das “moléculas sociais”, implica na semelhança dos indivíduos. Nessa perspectiva, a “consciência individual” é “uma simples dependência do tipo coletivo e segue todos os seus movimentos” (DURKHEIM, 1999, p.107). Já a solidariedade orgânica, em analogia aos movimentos próprios dos elementos da sociedade, é produzida pela divisão social do trabalho na era industrial. Nesse quadro, quanto mais acentuado for esse processo de especialização, maior a autonomia e individualidade das pessoas.

Dessa forma, De La Pierre (2001, 2020, s.d) critica também o pensamento sociológico clássico por estabelecer uma dimensão individual ausente nas realidades comunitárias e em contrapartida exclusiva nas sociedades. O autor argumenta que, na era pré-industrial, existiram “entidades superordenadas” tais como líderes religiosos, reis, imperadores (DE LA PIERRE, 2020, p.13 – tradução nossa), assim como, existiram princípios de diferenciação por meio da divisão de gênero e do trabalho (DE LA PIERRE, 2001, s.d).

Ressalta, as investigações de De La Pierre são baseadas no sociólogo italiano contemporâneo, Arnaldo Bagnasco. Bagnasco (1992, 1999) segue a mesma lógica crítica à ideia de comunidade oposta à sociedade compreendida na sociologia clássica. Segundo Bagnasco, toda comunidade local deve ser “considerada hoje uma sociedade local, dentro da qual também podem ser observadas relações de tipo ‘comunitário’(...)” (BAGNASCO, 1999, p. 37 - tradução nossa).

Além das considerações contrárias ao entendimento da comunidade particular, de um tempo remoto e não existente na sociedade atual, De La Pierre (2001) demonstra sua insatisfação às projeções comunitárias na era da modernidade, pautadas no retorno imaginário e utópico de uma felicidade plena:

O mito tipicamente moderno de uma espécie de paraíso perdido se repete periodicamente em todas as etapas principais do caminho da modernidade: a nostalgia para uma era de ouro, de uma comunidade original predominantemente rural lançada em uma Arcadia de um tempo passado indefinido; e, finalmente, projeção para o futuro de comunidades perfeitas em lugares que nunca existiram (utopias), onde o conflito é eliminado e um regime de felicidade estática e eterna é garantido (DE LA PIERRE, 2001, p.2 - tradução nossa).

Em *Quale comunità per quale territorio* (2020) De La Pierre propõe a redefinição da ideia comunitária contemporânea, em um mundo globalizado e marcado pelos efeitos do capitalismo, em um sentido de renascimento da sociedade civil enquanto resistência social e política. Nessa perspectiva, para o autor, anseios e experiências comunitárias existiram na sociedade moderna; e, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial (DE LA PIERRE, 2020, s.d), tais práticas comunitárias “se multiplicaram exponencialmente”¹³ (2020, p.14 - tradução nossa).

Além disso, para De La Pierre (2001, 2020, s.d), a redefinição da ideia de comunidade se baseia nos princípios da liberdade individual, do relacionamento (mesmo que por vezes conflituoso) e da diferença. Para o autor, as diferenças podem atuar “como produtoras de novas culturas e novas realidades sociais, tanto a nível ‘micro’ quanto a nível ‘macro’” (2001, p.5 - tradução nossa). A comunidade pressupõe, neste sentido, a compreensão de “limites móveis” definidos pela vontade e relacionamento dos próprios sujeitos sociais (2001, p.6). De La Pierre complementa:

(...) não haverá comunidade se tivermos medo da própria ideia de “fronteira”, pois esta é sempre parte constitutiva de uma relação entre identidades diferenciadas; e, novamente, não pode haver comunidade se esses sujeitos não forem propensos ao diferente (...) (DE LA PIERRE, 2001, p. 9 - tradução nossa).

Ainda, o autor afirma, comunidade só faz sentido enquanto prática concreta, de “territorialização ativa” (DE LA PIERRE, 2020, p. 16 - tradução nossa), configurada por um **“conjunto de grupos e/ou indivíduos interessados em estabelecer relações significativas para a solução de certos problemas sociais”** (DE LA PIERRE, 2001, p.14 - tradução nossa, grifo nosso). De La Pierre (s.d) define, sobretudo, a comunidade como: “construção e gestão

¹³ De La Pierre, exemplifica algumas experiências comunitárias pós 2a GM no campo da democracia e do planejamento (DE LA PIERRE, 2020). O orçamento participativo de Porto Alegre, no Brasil, é um dos exemplos citados. O autor aponta, neste caso, a luta social e a autogestão dos recursos locais durante o processo (DE LA PIERRE, s.d).

da complexidade, **criação de contextos multidimensionais** a nível local, territorial, nas mais diversas ‘peças’ da sociedade” (DE LA PIERRE, s.d, p.5 - tradução nossa, grifo nosso).

Para Sérgio De La Pierre, o conceito de multidimensionalidade (dimensão econômica, ambiental, política, social, cultural, superlocal) de uma comunidade, em consonância com a linguagem territorialista, pode ser traduzido para dimensões da sustentabilidade (sustentabilidade política, social, ambiental, econômica e territorial) desenvolvidas por Alberto Magnaghi (DE LA PIERRE, 2011, 2020, s.d). A sustentabilidade refere-se à relação positiva de criação de novos vínculos entre natureza e cultura (MAGNAGHI, 2011). Dessa forma, enquanto conceito-chave do pensamento da Escola Territorialista, cada dimensão da sustentabilidade é descrita no quadro a seguir:

Quadro 1 - Dimensões da sustentabilidade

Sustentabilidade	Definição (MAGNAGHI, 2011)
Sustentabilidade política	“alta capacidade de autogoverno de uma comunidade no que diz respeito às relações com sistemas decisórios exógenos e superiores” (p.100). Nesta perspectiva, é essencial a valorização de sujeitos e formas de governo que contribuem para processos participativos, sobretudo em sociedades complexas e conflituosas.
Sustentabilidade social	“um elevado grau de integração dos interesses dos atores frágeis no sistema de decisão local (igualdade social e de gênero)” (p.101).
Sustentabilidade econômica	“capacidade de um modelo de crescimento produzir valor territorial agregado” (p.102). Na perspectiva de valorização do patrimônio territorial e do desenvolvimento autossustentável, as atividades produtivas (agrícolas, comerciais, industriais e terciárias) devem reconstruir sinergias entre território, ambiente e produção. Dessa forma, o valor de capital está relacionado aos recursos ambientais, territoriais e socioculturais locais, superando “visões monoculturais”, tais como indústria, turismo de massa, agricultura intensiva, etc. (p. 103).
Sustentabilidade territorial	“capacidade de um modelo de assentamento favorecer e desenvolver a reterritorialização através de suas regras produtivas e reprodutivas” (p.104). A avaliação desta sustentabilidade, segundo o autor, reconhece os cenários de ocupação (urbano e territorial), cenário construído e a organização do espaço físico.
Sustentabilidade ambiental	“(…) a sustentabilidade ambiental deve ser produzida através da ativação de regras virtuosas de assentamento humano, visando gerar ‘autossustentabilidade’, superando lógicas setoriais que se limitam às medidas de proibição ou construção de infraestruturas de exclusão” (p. 103). A avaliação dessa sustentabilidade, na perspectiva territorialista, inclui projetos que reduzem o consumo de recursos, tais como a restauração de sistemas ambientais; requalificação de atividades agrícolas e florestais, bem como a valorização de economias locais ligadas ao turismo.

Fonte: Magnaghi (2011) – traduzido e adaptado pela autora

Em síntese, o pensamento territorialista defende a noção de comunidade imbricada ao projeto local e ao desenvolvimento sustentável, ao nascimento de uma nova forma de comunidade na sociedade local (multiétnica, móvel e mutável), que, em uma perspectiva de

baixo para cima, impulse coletivamente a transformação positiva do território (MAGNAGHI, 2011).

Nos processos atuais de vivências crescentes de democracia comunitária, as diversas formas de ampliação da consciência de lugar não consistem simplesmente na defesa de comunidades históricas e identidades passadas, mas sim na **construção de comunidades que crescem no exercício do conflito e que se reencontram num "pacto" para cuidar do ambiente e do território, desenvolvendo as suas próprias identidades e os seus próprios saberes através do projeto comum.** É uma comunidade local que justamente reconsidera as relações de proteção do meio ambiente, da paisagem, dos espaços públicos e dos próprios lugares de vida, entre outros, como questões fundamentais para a construção do bem-estar, que já não identificam com o crescimento económico (MAGNAGHI, 2011, p.139 – tradução nossa, grifo nosso).

Poli também afirma: “Uma tarefa central do planejamento é, portanto, justamente a de dialogar com o existente e **transformar o potencial de resistência em potencial de projeto**” (POLI, 2013, p. 346 – tradução nossa, grifo nosso).

Nessa perspectiva, compreende-se que, para a criação de contextos multidimensionais sustentáveis, em uma redefinição comunitária em um projeto territorial, é preciso investigar as potencialidades reais em contextos territoriais diversos, assumindo seus conflitos, contradições, energias e relações, sejam elas positivas ou não. A investigação que incorpora sujeitos sociais como potência para se construir novas territorialidades requer um aparato analítico que possibilite a leitura das relações dessas dimensões. Em outras palavras, para a criação de uma comunidade futura em torno do projeto comum, investiga-se as realidades das comunidades existentes, em suas relações e em níveis multidimensionais e multiescalares diversos, para identificar diretrizes estatutárias e estratégicas para o projeto territorial.

Em uma perspectiva interpretativa entende-se, portanto, a correlação entre comunidade e as suas relações entre natureza e cultura, lidas em sua multidimensionalidade, esta última baseada em Magnaghi. Ou seja, é no contexto Comunidade-Parque que se propõe ampliar a aplicação de CoLaboRI para analisar a relação natureza e cultura, lidas a partir das realidades multidimensionais locais (política, social, econômica, territorial, ambiental).

2.2 REPRESENTAÇÃO E MAPEAMENTO COMUNITÁRIO

Na abordagem territorialista “(...) a representação dos valores potenciais do patrimônio passa a ser o objeto central do mapa.” (MAGNAGHI, 2011, p.4 – tradução nossa). Nessa perspectiva, a representação identitária, para a ETI, corresponde à etapa estruturante do processo de planejamento, em que a representação cartográfica ocorre através do mapa. Segundo Magnaghi, a obtenção da representação das identidades locais não pode ser realizada de forma simples e nem por meio da imitação dos sistemas tradicionais de representação

(MAGNAGHI, 2011). O autor complementa, em mapas e cartas topográficas convencionais, a representação do território está submetida a princípios descritivos, quantitativos e funcionais. O território muitas vezes é reduzido a uma “folha em branco”, bem como a “um espaço isotrópico, euclidiano, suporte inanimado de funções e trabalho” (MAGNAGHI, 2001, p.4 – tradução nossa).

Dessa forma, a partir da crítica às formas convencionais e tradicionais de mapeamento, propõe-se uma aproximação entre o pensamento da Escola Territorialista Italiana - ETI e os debates da cartografia geográfica, em específico, no campo da cartografia crítica¹⁴, “reconhecidamente política em sua análise da práxis cartográfica visando desconstruir o trabalho das representações espaciais no mundo e a ciência que as produzem” (KITCHIN et. al, 2009, p.10). Além do questionamento das representações tradicionais, esta abordagem crítica da cartografia discute como o mapa pode ser utilizado como instrumento de domínio do espaço, do exercício do poder e controle hegemônico; assim como, reconhece os mapas não apenas como representação, mas, também, como produção da realidade (CRAMPTON, KRYGER, 2008; HARLEY, 1989).

Inicialmente, para uma melhor compreensão, algumas definições preliminares, acerca dos termos mapa/carta, mapeamento e cartografia, são necessárias. O primeiro é compreendido enquanto produto, o segundo como prática humana/social e o último como Ciência que estuda tanto os mapas/cartas e as práticas de mapeamento¹⁵. Segundo o *Online Etymology Dictionary* a palavra mapa origina-se do latim “*mappa*” que corresponde à “guardanapo, pano”, superfícies onde se realizavam os desenhos dos mapas. Além disso, segundo a mesma fonte, “mapa” significa “desenhar sobre uma superfície plana representando uma parte ou a totalidade da superfície da terra ou dos céus, com os vários pontos desenhados em proporção e em posições correspondentes”¹⁶.

A história da cartografia tradicional ocidental é marcada pela busca de regras, coordenadas, racionalidade e objetividade; processo promovido, sobretudo pelo Estado Moderno (BAUMAN, 1999). Segundo Bauman, a diversidade pré-moderna de mapas (com medidas heterogêneas e antropomórficas) passa a ser substituída “por uma estrita hierarquia de imagens” (p.39) dada a necessidade da “homogeneidade”, “legibilidade” e “transparência do espaço” promovida sistematicamente pelo Estado Moderno (BAUMAN, 1999, p.39).

¹⁴ A exemplo, cita-se estudos de Harley, Wood e Pickles.

¹⁵ GIRARDI, Gisele. (2022). *Aula 1 Mapas na constituição e consolidação de um modo de ver e pensar o espaço*. [Slide de apoio à disciplina de Cartografia Geográfica, lecionada na UFES, PPGG].

¹⁶ Disponível em: <https://www.etymonline.com/word/map#etymonline_v_6841> Acesso em: 06 jan. 2023.

Como consequência, as representações se tornaram cada vez mais precisas, influenciando o modo de ver e pensar o espaço e constituindo uma tendência em desprezar os mapas do passado e de outras culturas primitivas e/ou não ocidentais, onde formas de mapeamento eram diferentes dos pressupostos europeus (HARLEY, 1989). Acserald afirma: “a formação dos Estados nacionais acompanhou-se de uma vontade afirmada de centralização e de unificação de informações, sejam estatísticas, sejam cartográficas, que não deixava espaço para a iniciativa e a experimentação locais” (ACSELRAD, 2010, p.11).

Segundo Harley, a partir de então, os mapas mudaram as formas específicas de exercício de poder e autoridade (HARLEY, 1989); compreensão expressa em Bauman (1999) para quem a forma de observar e representar o espaço imbrica-se à noção de impessoalidade, objetividade e também superioridade.

De maneira geral, desde o fim da Idade Média, os cartógrafos ocidentais se preocuparam com a elaboração de mapas “verdadeiros e exatos para a navegação, combates bélicos e regulação da propriedade privada” (KITCHIN, et. al, 2009, p. 4). Os *mapas-múndi*, por exemplo, foram significativos no processo de expansão marítima e colonização europeia (HARLEY, 1989). Além disso, o mundo representado pela projeção de Mercator¹⁷ “ajudou a confirmar um novo mito da centralidade ideológica da Europa” (HARLEY, 1989, p.7), uma vez que as dimensões distorcidas privilegiavam o continente europeu e a sua posição na porção norte do mapa reforçava simbolicamente sua “superioridade”. O território registrado em um mapa passa a se torna reflexo do mesmo e é remodelado de acordo com as decisões do cartógrafo (BAUMAN, 1999) e anseios colonizadores.

Ao longo dos anos, principalmente nos últimos dois séculos, os mapas se desenvolveram de forma significativa. Segundo Kitchin et. al, (2009), desde a II Guerra Mundial cresceu na “pesquisa cartográfica acadêmica ocidental” diversas “ortodoxias científicas” (p.2). A partir de então, os mapas tornaram-se mais precisos e desenvolveu-se o conhecimento cartográfico. Nesta perspectiva, “implicitamente foi assumido que todos podem conhecer e mapear numa estrutura cartesiana” (p.4). No campo da Cartografia, por exemplo, surgiram pesquisas científicas voltadas às dimensões da representação, efetividade do mapa e *design*, além do desenvolvimento de modelos de comunicação cartográfica e da utilização de tecnologias baseadas em modelos matemáticos (KITCHIN et. al, 2009).

¹⁷ Gerardus Mercator foi um cartógrafo, que viveu entre 1512 e 1594 no reino de Flanders, importante centro de elaboração cartográfica europeia (OSLENDER, 2022, p.206).

Durante os anos 1980 e inícios dos anos 1990, destacaram-se trabalhos no campo da cartografia em contraposição às epistemologias de mapeamento posteriores à II Guerra Mundial (CRAMPTON, KRYGIER, 2008). Para Crampton e Kryger, a partir da crítica teórica, abriu-se espaço para “modos alternativos de mapeamento”; entretanto, “coube a uma variedade de praticantes fora da academia explorar, na prática, o seu significado” (CRAMPTON, KRYGIER, 2008, p.21). Em consequência, o mapeamento, antes restrito aos cartógrafos, sacerdotes, navegantes, militares, engenheiros e desenhistas, atualmente, é “uma questão de quase todos os seres humanos e dispositivos não humanos” (SUÁREZ, ARANGO, 2022, p.16). O mapa tem se tornado cada vez mais popular entre o público em geral, devido, principalmente, aos novos meios de produção e distribuição da informação (KITCHIN, et. al, 2009).

Dessa maneira, surgem novos sentidos que desafiam a lógica cartográfica oficial, incluindo e reconhecendo grupos sociais, coletivos, étnicos e tradicionais (RODRÍGUEZ, 2022, p.266). Mapas passam a serem utilizados como ferramentas de ação política em conflitos socioterritoriais e ambientais; de afirmação identitária e territorial; de reivindicação da gestão racional dos recursos naturais; do controle estatal do território e direitos coletivos (ACSELRAD, 2010). Acserald (2012), porém, ressalva que a identificação da prática cartográfica dependerá “do sujeito do mapeamento, da forma, do conteúdo e das finalidades de tal iniciativa” (p.31). Segundo o autor:

Quando redes de organizações e agências recorrem ao conhecimento local sobre o sistema de relações pelo qual o espaço é usualmente produzido, tais iniciativas podem tanto servir a estratégias de produção e controle sobre o “território médio” da dominação, como podem servir a construir direitos territoriais e instabilizar a dominação (ACSERALD, 2012, p.12).

Assim, as novas cartografias adquirem diversas terminologias, tais como, “alternativas”, “colaborativas”, “participativas”, “étnica” e “social”; podendo variar em diferenças epistemológicas e metodológicas¹⁸ (ARANGO, SÁNCHEZ, 2022). A “Cartografia Social”, por exemplo, tem sido frequentemente utilizada na América Latina como importante ferramenta política e de empoderamento social de grupos vulneráveis para resolução de conflitos variados (SOUTO, 2021). Em específico, no Brasil¹⁹, destaca-se a importância do mapeamento participativo como instrumento útil para o desenvolvimento de políticas

¹⁸ Cita-se, por exemplo, metodologias que utilizam a tecnologia SIG (Sistema de Informação Geográfica) de forma colaborativa e participativa.

¹⁹ Segundo Acserald, Coli (2008), a partir de levantamento realizado em 2008, foram contabilizadas 118 atividades de mapeamento dos territórios no Brasil; tais experiências começaram na década de 1990 e apresentaram maior quantitativo entre 2005 e 2007. Além disso, a maior parte (47,6%), segundo a autotaxonomia dos próprios promotores do mapeamento, referiu-se às experiências de delimitação de territórios e territorialidades identitárias (ACSELRAD, COLI, 2008).

públicas, como potência para o planejamento ambiental; gestão territorial; proteção, conservação e manejo dos recursos naturais; luta política; reivindicação de direitos; e de diálogos entre instituições, poder público e população local (GAVAZZI, 2012).

Por fim, é válido ressaltar, os “mapas são formas de representação” e, como afirmado por Massey, “o espaço não é um mapa e um mapa não é o espaço” (MASSEY, 2008, p. 160 e 163). Nesta lógica, compreende-se o mapa como uma forma de representação do território, assim como, ele não é o território. Logo, na pesquisa, o mapa é uma escolha para representação do território, sendo essa elaborada a partir da teoria-prática da Escola Territorialista Italiana – ETI. No estudo, a reflexão se concentra na importância do mapeamento comunitário como uma maneira de representação por meio da participação das comunidades e, a partir da referência do planejamento territorialista, inclui-se a identidade, os conhecimentos e as narrativas locais associadas a uma perspectiva participativa. A construção dos mapas se baseia, portanto, na construção de um complexo sistema de transmissão do conhecimento territorial contextual e especializado, articulado por meio da descrição, representação e comunicação (MAGNAGHI, 2011, 2014).

2.2.1 Abordagem metodológica da representação identitária para a ETI

O estilo da narrativa que orienta a representação identitária define-se, pelo tipo de percepção dos valores territoriais, ambientais, assim como, o debate e as ações para a sustentabilidade (MAGNAGHI, 2011).

Conforme o processo metodológico mais amplo, em estudos da ETI, a representação é, sobretudo, organizada em Atlas. O Atlas configura-se como forma particular de interpretação e representação da "síntese dos quadros cognitivos que evidenciam os elementos constitutivos dos depósitos territoriais" (MAGNAGHI, 2005, p. 11). Segundo Magnaghi, o Atlas possui:

(...) caráter seletivo e interpretativo das informações contidas nos quadros territoriais cognitivos, pois visam **representar os elementos complexos (e descrever suas regras de formação histórica e de reprodução) que são considerados ativos (valores) patrimoniais (portanto, bens comuns) que podem ser tratados como recursos** nos projetos de transformação, desde que mantenham ou aumentem seu valor (MAGNAGHI, 2005, p.11 - tradução nossa, grifo nosso).

Em síntese, a representação identitária por meio do Atlas compõe denso mapeamento que auxilia na construção do quadro cognitivo e na interpretação do território, em sua camada física, construída e antrópica (MAGNAGHI, 2010). Magnaghi (2005) propõe a elaboração de três atlas; estes constituídos pelos seguintes elementos: i) patrimônio ambiental (águas, bacias hidrográficas, identidades biorregionais, redes ecológicas, biótopos e ecomosaicos, biomassa, etc.); ii) patrimônio territorial-paisagístico (morfotipos, figuras territoriais e paisagísticas,

estruturas e infraestruturas urbanas – espaços coletivos, vias, praças, portas, centralidades, tipos de relações – e rurais – terrenos agrícolas, bosques, colinas cultivadas, pastagens – de longa duração); iii) patrimônio socioeconômico (modelos socioculturais de longa duração, meio socioeconômico, programas sociais, conhecimentos e saberes contextuais, etc.) (MAGNAGHI, 2005, p. 11- tradução nossa).

Destaca-se que o Atlas pode ser realizado através de técnicas cartográficas (como por exemplo, o geoprocessamento) e representações (visuais, textuais, multimídias) diversas (MAGNAGHI, 2005); podendo incluir mapas comunitários, resumos cartográficos de territorialização, descrição de ativos e representações de valores identitários (MAGNAGHI, 2014). A figura 4 exemplifica produtos de mapas produzidos em processos de planejamento coordenados pela ETI

Figura 4 - Exemplos de mapas que integram o Atlas



Fonte: montagem de imagens elaborada pela autora. Fonte das imagens: PPTR Puglia. Disponível em: http://paesaggio.regione.puglia.it/images/stories/Mappe_COMUNIT/mappe_comunita_dossier.pdf/ https://pugliacon.regione.puglia.it/documents/96721/673301/3.2_descrizioni+strutturali+di+sintesi.pdf/2d6cc652-fdff-cf4e-e9b3-cf2acce036cd. Acesso em 10 nov. 2023

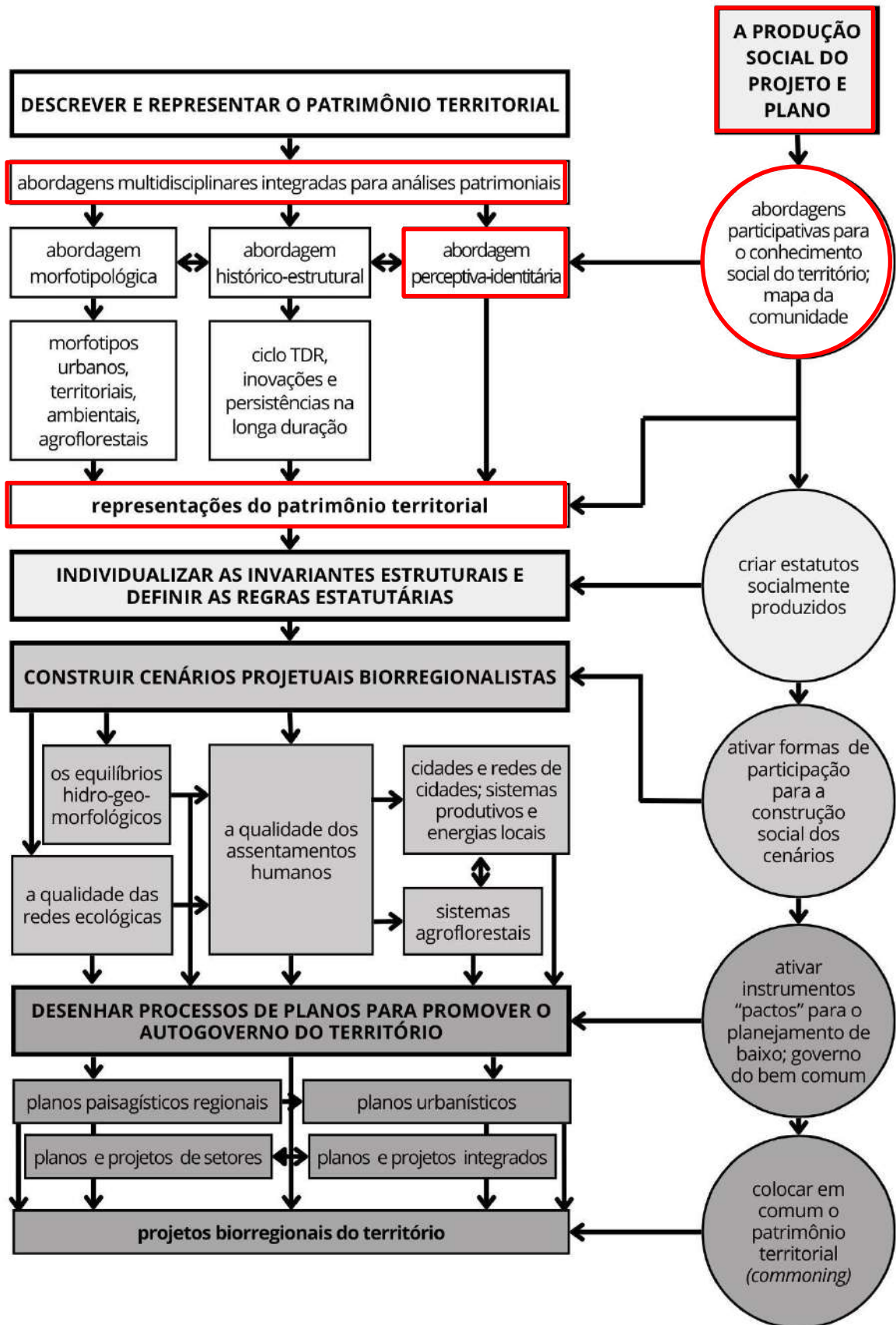
Poli (2011) discorre sobre a representação identitária em um processo participativo para a salvaguarda do patrimônio territorial. Para a autora, a representação não deve estar sob o domínio unicamente de especialistas, devendo, sim, ser objeto de discussão envolvendo a

sociedade local, para que esta seja ativa no processo de planejamento. A autora complementa, as técnicas de representação identitária, a partir das comunidades locais, precisam ser participativas e inclusivas a fim de promover o: “*saber* (início do processo cognitivo), *estimular* (durante o processo cognitivo), *validar* (síntese do processo cognitivo), *compartilhar* (o projeto de cenário) e *atuar* (o projeto do território)” (POLI, 2011, p.65 - tradução nossa).

O esquema abaixo (Figura 5), diretamente relacional à participação social, foi publicado em Magnaghi (2020)²⁰ e intitulado “desenhar com o território” (p.43 – tradução nossa). Nele, estão indicadas as etapas metodológicas específicas para o planejamento territorialista, associadas à representação identitária, estatuto dos lugares e cenários estratégicos. Compreende-se, tal esquema é uma ampliação representacional e metodológica da figura 3, anteriormente exposta. Destaca-se, também, a representação gráfica é uma ferramenta enraizada na abordagem territorialista, baseada na tradição da arquitetura e urbanismo, na qual o desenho equivale a descobrir, projetar e elaborar estratégias territoriais (FERRATA, 2021).

²⁰ Ressalta-se que em Magnaghi (2020) a questão biorregionalista é evidente. Aqui, nesta dissertação não se debruça, a princípio, sobre esta noção. Para mais informações conceituais acerca da noção biorregional, ver em Magnaghi (2020, 2014; 2010).

Figura 5 - Projeto e plano biorregionalista no esquema territorialista



Fonte: adaptado de Magnaghi (2020, p. 43), tradução nossa, grifo autora

Válido ressaltar, também, conforme o esquema, a representação identitária apresenta-se como resultado das etapas da abordagem morfotipológica, histórico-estrutural²¹ e perceptiva-identitária. A abordagem perceptiva-identitária ocorre por meio de aproximações participativas e de metodologias de autorrepresentação, como o mapa da comunidade.

Dados os entendimentos, a pesquisa se fundamenta, sobretudo, na participação comunitária, durante a etapa de representação identitária, por meio do mapeamento comunitário, com o objetivo de apontar regras estatutárias e invariantes estruturais que possam orientar a elaboração de cenário estratégico. Assim, outros mapas técnicos (sob abordagem morfotipológica e histórico estrutural) que integram o Atlas, não são abordados. Os itens seguintes compõem entendimentos das aplicações práticas em consonância com os pressupostos territorialistas.

2.2.2 Estudos de caso de mapeamento comunitário no Plano Territorial Paisagístico – PPTR/Puglia, Itália

O Mapa comunitário e o Mapa *online* colaborativo são ferramentas cartográficas utilizadas para a elaboração do Plano Paisagístico Territorial Regional – PPTR da Puglia/Itália. O PPTR teve início na década de 2000 e foi coordenado por integrantes da ETI, como Alberto Magnaghi. Para além, ressalta-se, nesse Plano, a temática central consiste na produção social da paisagem de acordo com os pressupostos da Convenção Europeia da Paisagem (2000)²².

2.2.2.1 Mapa comunitário

O “*mappa di comunità*” ou mapa comunitário inspira-se no projeto inglês *Parish Maps*²³, proposto pela associação *Common Ground*, uma associação sem fins lucrativos, no início dos anos 1980, e posteriormente expandido para outros países (MAGNAGHI, s.d). Nos últimos anos, os mapas comunitários foram amplamente adotados nas regiões italianas (particularmente na Puglia). Segundo Magnaghi, tais mapas visam:

(...) promover o protagonismo dos habitantes na construção de representações do território capazes de representar – com o uso de técnicas geralmente pouco formalizadas e imediatamente comunicáveis - o espaço vivido e os valores socialmente reconhecidos do território a que pertence (MAGNAGHI, s.d, p.3 - tradução nossa).

²¹ Ver em: POLI, Daniela. **Processi storici e forme della rappresentazione identitaria del territorio**. Scienze del Territorio, v.5, p. 42-53, 2017

²² Art. 1 “‘Paisagem’ designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos”. Convenção Europeia da Paisagem, 2000.

²³ *Parish* é uma subdivisão territorial administrativa mínima, mas que significa também um lugar que simboliza a ideia de pertencimento.

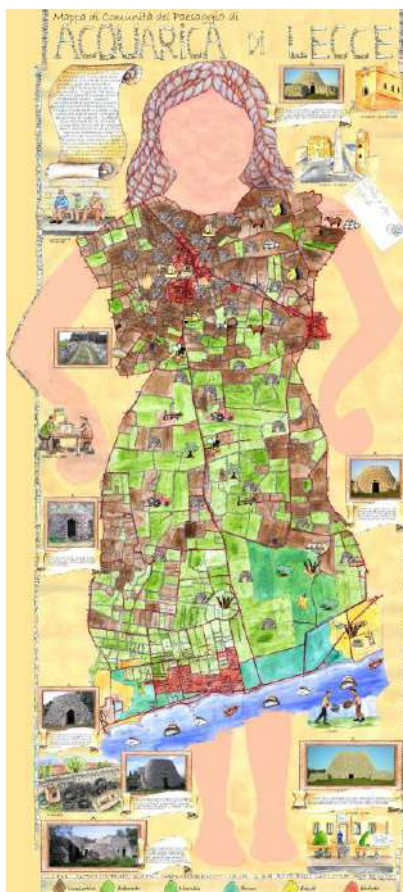
Summa (2009) afirma que o mapa comunitário se revela útil “não só para resgatar a memória coletiva do território, mas, também, para prosseguir na fase de planejamento”. Além disso, auxilia na leitura e análise do contexto local e expressa questões muitas vezes ignorado pelo conhecimento profissional (p. 2 - tradução nossa). Para o autor, a elaboração de tais mapas é um processo que varia de acordo com cada local. Entretanto, ao analisar algumas experiências, Summa sintetiza etapas comuns dessas práticas, tais como: ciclos de reunião e encontro para a sensibilização; definição da área geográfica; formação do grupo de trabalho; desenho do mapa com representação livre; encontro externo e apresentação pública do mapa. Segundo Summa, a proposta pode surgir de um “sujeito local”, administração local, ecomuseu ou de um profissional que trabalhe no local.

No caso do PPTR da Puglia, os mapas de comunidade foram elaborados pelos habitantes dentro dos laboratórios dos Ecomuseus²⁴, com o auxílio de “facilitadores, artistas e historiadores locais” visando a identificação e representação dos elementos territoriais de valor (MAGNAGHI, s.d., p.3 – tradução nossa), em um processo interativo e comunicativo de escuta e seleção (BARATTI, s.d). Geralmente, os grupos de trabalho constituíram-se por 15 a 20 pessoas, e por habitantes mais velhos, compreendidos como os melhores conhecedores do território.

Vale ressaltar, os mapeamentos comunitários não se restringiram apenas ao pequeno grupo de trabalho pois, a adoção de outras técnicas e instrumentos de mobilização social, possibilitou a participação de outros habitantes por meio de questionários, caminhadas, entrevistas e apresentação pública dos mapas. Ao final, os desenhos elaborados foram inseridos no caderno do Ecomuseu de cada comunidade correspondente.

²⁴ O ecomuseu, inspirado em experiências francesas na década de 1970, é uma instituição cultural, permanente e ativa que com a participação das comunidades locais desenvolvem atividades de investigação, conservação e valorização do patrimônio (Magnaghi, s.d).

Figura 6 - Mapa comunitário Acquarica di Lecce, Puglia



Fonte: Disponível em: < <http://www.ecomuseipuglia.net/schedaMappa.php?cod=20>> Acesso em: 06 jun. 2023

A comunidade de Acquarica di Lecce²⁵, localizada na Puglia, (Figura 6), por exemplo, desenvolveu o mapa em um ano de trabalho. Como produto gráfico, assume a forma de uma jovem mulher com cabelos feitos de corda e com um vestido onde predominam os tons de verde, marrom e vermelho. Além disso, nele estão representados os campos de oliva, centros habitados, arquiteturas, agricultura, pecuária, pesca, caminhos de pedra (característicos do local), representando assim, as paisagens do cotidiano reconhecidas pelos próprios habitantes.

2.2.2.2 Mapa *online* colaborativo

Outra ferramenta de mapeamento utilizada no PPTR da Puglia é o mapa *online*, elaborado com o uso do SIG participativo. Sob o emblema “cada lugar da Puglia é a sua história”, os habitantes foram convidados a contribuir, de forma direta e interativa, com informações e indicações espaciais acerca da paisagem regional. A figura 7 mostra a plataforma do mapa criada através da interface do *Google Maps*.

²⁵ Disponível em: < <http://www.ecomuseipuglia.net/schedaMappa.php?cod=20>> Acesso em: 06 jun. 2023

Figura 7 - Interface mapa online colaborativo



Fonte: captura de tela. Landscape planning observatory of the Puglia Region – Italy. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bOZdzf59yM4&list=PL9_V_WyyW26lvnoXrEkngo0AGeNEVIEWz&index=19. Acesso em: 10 fev. 2023

O percurso do mapeamento *online* ocorreu da seguinte maneira: o habitante se cadastrava no site, inserindo informações pessoais; em seguida, era direcionado para o preenchimento de um questionário²⁶ de acordo com as categorias de bens paisagísticos, ofensas à paisagem, boas práticas e/ou práticas ofensivas; depois o habitante indicava, por meio de ícones (pontos, polígonos ou linhas), os lugares, objetos individuais ou conjuntos referentes às categorias descritas; por último, a pessoa acrescentava imagem ao objeto indicado.

Em síntese, foram mapeados objetos considerados portadores de qualidades paisagísticas pelos próprios habitantes, e observada a necessidade de ações de valorização, acautelamento e/ou requalificação. Ainda, no mapeamento, as pessoas podiam indicar ações, projetos ou políticas públicas qualificadoras ou degradadoras da paisagem.

Por fim, o mapa gerado integrou o Atlas territorial, somando-se ao conjunto de mapas técnicos do território e permitindo a realização de análises qualitativas e quantitativas do

²⁶ Por exemplo, faziam parte do questionário o preenchimento de informações referentes à tipologia; descrição do bem; o nível relevância (baixo, médio alto); as categorias (natural- ambiental, histórico-cultural; risco de degradação/estado de conservação (baixo, médio, alto); e localização do bem.

território. As primeiras (qualitativas) permitiram a avaliação das qualidades paisagísticas e a sua interação entre os aspectos ambientais, sociais e construídos. Além disso, enquanto caráter de denúncia, alguns habitantes indicaram elementos muitas vezes ignorados pelas políticas de proteção e reconheceram como ponto negativo a má gestão das atividades agrícolas. A partir dos dados quantificáveis, para além da espacialização e acurácia das questões representadas, foram gerados gráficos com o percentual comparativo entre os tipos de bens e ofensas (em relação ao património histórico/cultural, património rural, ambiental, e abusos - no caso de ofensa); os tipos de práticas boas e ruins (recuperação do património histórico-estrutural, valorização da paisagem rural, tutela do património ambiental, ausência de métodos de controle do impacto visual, ausência de política de controle do crescimento das edificações, ausência de políticas de tratamento do património territorial e do património histórico/cultural). Ademais, foi possível quantificar os contextos que se manifestaram as práticas boas e ruins entre os lugares da natureza, de produção agrícola e industrial, e zonas urbanas e costeiras²⁷.

2.3 PRESSUPOSTOS PARA CoLaboRI

Em Souza (2021), estabelece-se conceituação inicial de Comunidade como Laboratório de Representação Identitária - CoLaboRI, esta, até então, compreendida como método de produção cognitiva a partir do reconhecimento de uma comunidade sobre o seu território, intermediada por um facilitador, em pleno diálogo entre saber técnico e saber local. Ressalta-se, na iniciação científica, a pesquisadora enfatizou o CoLaboRI em um processo de patrimonialização proativa, como definido por POLI (2015). Além, utilizou como base a experiência da pesquisa com comunidade em Bona (2020) bem como os instrumentos adotados, como o Mapa Cognitivo e o Mapa Social. Nesta pesquisa, CoLaboRI é compreendida em um processo mais amplo de planejamento participativo territorialista.

²⁷ Informações retiradas em:

REGIONE PUGLIA. **Il patrimonio regionale**. Disponível em: <https://pugliacon.regione.puglia.it/web/sit-puglia-paesaggio/il-patrimonio-regionale>. Acesso em: 10 de novembro de 2023.

REGIONE PUGLIA. **Piano Paesaggistico Territoriale Regionale – Elaborato 2 – Norme Tecniche di Attuazione**. 2015. Disponível em: https://pugliacon.regione.puglia.it/documents/96721/884901/02_Norme+tecniche+di+attuazione.pdf/f58a8842-c260-51ad-d7c9-fcedfb962a5. Acesso em: 8 out. 2023

REGIONE PUGLIA. La Puglia vista dagli abitanti. In: **Descrizioni strutturali di sintesi**. Atlante del patrimonio ambientale territoriale e paesaggistico. Regione Puglia, 2015.

PPTR. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bOZdzf59yM4&list=PL9_V_WyyW26lvnoXrEkngo0AGeNEVIEWz&index=19. Acesso em: 10 fev. 2023

Landscape planning observatory of the Puglia Region – Italy. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bOZdzf59yM4&list=PL9_V_WyyW26lvnoXrEkngo0AGeNEVIEWz&index=19. Acesso em: 10 fev. 2023

Para a realização da experiência de CoLaboRI, desenvolve-se pressupostos associados a “quem participa”, “papel do facilitador” e “ferramentas” (SOUZA, 2021). Em um percurso semelhante no qual pressupostos são estabelecidos, é incluído nesta o item “níveis de participação no mapeamento”. Logo, entende-se a ampliação da discussão de CoLaboRI por meio das reflexões acerca das práticas de mapeamento comunitário, este último compreendido como possível ferramenta utilizada na etapa de representação identitária.

Portanto além das contribuições dos territorialistas Sérgio De La Pierre (2001, s.d, 2014a, 2014b) e Mauro Giusti (2001), são acrescidas considerações sobre a participação social no mapeamento, a partir de outros autores e referências, sob diferentes abordagens, tais como Chambers (2006) e IFAD (2009). Portanto, destaca-se, algumas observações estão associadas às pesquisas e processos participativos mais amplos, por vezes são abordados na experiência do mapeamento comunitário, sobretudo correlacionadas, às experiências concretas anteriormente descritas neste capítulo.

O objetivo deste item, portanto, é pontuar os pressupostos necessários para CoLaboRI e apresentar as complexidades da participação social e do mapeamento comunitário. Ademais, destaca-se, a estruturação tem caráter essencialmente expositivo, uma vez que aponta pressupostos como base referencial geral.

2.3.1 Sistema conceitual e metodológico

a) Quem participa

Como visto anteriormente, entende-se o significado de comunidade como “conjunto de grupos e/ou indivíduos interessados em estabelecer relações significativas para a solução de certos problemas sociais” (DE LA PIERRE, 2001, p.14 - tradução nossa); e como “construção e gestão da complexidade, criação de contextos multidimensionais a nível local, territorial, nas mais diversas ‘peças’ da sociedade” (DE LA PIERRE, s.d, p.5 - tradução nossa). Nesta perspectiva uma possível resposta para a pergunta “Quem participa na experiência de CoLaboRI?” é: participam “pessoas comuns” (GIUSTI, 2001) ou associações sociais (DE LA PIERRE, 2001) detentoras de participação ativa no cuidado cotidiano do território, nas diferentes dimensões (econômica, ambiental, política, social, cultural e superlocal). Em outras palavras, são grupos e/ou indivíduos constituintes da comunidade do presente (DE LA PIERRE, s.d), dotados de papéis significativos em processos de reterritorialização ativa (MAGNAGHI, 2010, 2011), podendo compor as “comunidades do futuro” autossustentáveis (DE LA PIERRE, s.d, p.5).

Em uma perspectiva metodológica participativa, algumas questões devem ser pontuadas, tais como a participação de indivíduos ou grupos associativos. Acerca disso, De La Pierre (2014a) afirma:

Paradoxalmente, pode argumentar que a representação é "mais completa" quando o cidadão individual participa e não uma associação: o cidadão individual de fato representa apenas a si mesmo, e nesse sentido sua representação é "plena"; a associação, por outro lado, pretende atuar como uma representação "coletiva", que quer romper os limites da própria associação; mas seu "contorno" não é necessariamente bem definido (...). (...) No entanto, não seria certo nem possível excluir o mundo das associações dos sujeitos a serem envolvidos (...) quanto mais sujeitos estão envolvidos, mais se reduzem os riscos e perigos contidos na autorreferencialidade das associações (...). E quanto mais numerosa a presença – de cidadãos comuns e associações – nas mesas de participação, mais "obrigatória" será a aprendizagem da escuta do outro, a relativização "reflexiva" das próprias identidades, aprendendo a construir uma rede(...) (DE LA PIERRE, 2014a, tradução nossa).

Giusti (2001) afirma serem relevantes as características demográficas, as condições socioeconômicas e a distribuição territorial dos participantes. Além disso, ao abordar o quantitativo dos participantes em processos participativos, o autor reconhece a inviabilidade em envolver todas as pessoas de uma comunidade:

Somente em situações excepcionais um processo participativo pode envolver todos os residentes. Isso não é um problema. Além disso, nem sequer é necessário alcançar um grande número de pessoas em qualquer caso. Há vantagens óbvias de trabalhar com muitos habitantes juntos (principalmente relacionados à legitimidade do processo, sua abertura), mas outras vantagens ainda conotam um processo envolvendo um número relativamente (e aparentemente) pequeno de atores locais (como a possibilidade de ir fundo na mobilização de conhecimentos e habilidades projeto local). (GIUSTI, 2001, p. 15-16 - tradução nossa).

Como Giusti (2001), De La Pierre (2014a) afirma ser útil, em estágios iniciais de um percurso da participação, trabalhar em grupos pequenos, pois a comunicação pode ser mais efetiva (De La Pierre 2014b). Estas considerações afetam diretamente a escolha das técnicas, instrumentos e ferramentas; a colaboração/participação da comunidade; e os resultados coletados (como observado na experiência do Mapa Comunitário e do Mapa *online* colaborativo no PPTR Puglia).

b) O papel do facilitador

O pesquisador externo realizador de pesquisa participativa com comunidade pode ser reconhecido como facilitador, pois, em um contexto comunitário, onde as relações sociais são basilares, o "especialista" deve ter uma postura ativa a fim de "conhecer e facilitar as relações sociais" durante o processo participativo (DE LA PIERRE, 2001, p.12). Para esse autor, o facilitador deve ter consciência da complexidade e do caráter estimulante das realidades comunitárias, e esclarecer os valores e referências que o inspiram, assim como precisa possuir

sensibilidade para as conexões locais significativas. Para o autor, as conexões locais muitas vezes “não podem ser delimitadas a priori” (DE LA PIERRE, 2001, p.10).

O pesquisador está envolvido na primeira pessoa (ele é um partido, ou seja, ele não está nem fora nem acima, nem simplesmente se identifica com todo o contexto de sua pesquisa) (...). Quando "relações sociais comunitárias" são estudadas, ações sociais são tomadas. E então é certo, eticamente honesto, mas também cientificamente necessário para o pesquisador declarar suas hipóteses, grades interpretativas, valores sociais, políticos, morais pelos quais ele é inspirado. (...) As relações comunitárias são, por definição, criativas de valores, projetos, imaginários, mas também de conflitos e novos problemas. E tudo isso tem a ver com a "totalidade" do envolvimento em que cada ator está envolvido, justamente quando ele conscientemente age sua 'parcialidade'. Isso inevitavelmente se aplica ao pesquisador, que ainda menos saberá quanto menos 'entrar em contato', e quanto menos ele entrar em contato, mais ele tira "partes de si mesmo" no próprio relatório (DE LA PIERRE, 2001, p. 10 - tradução nossa).

O autor afirma ainda que, em uma escala de diferentes graus de envolvimento do facilitador, mesmo em um menor nível, ele não é um simples observador, mas sim, um “interessado em conhecer e valorizar a rede de relações de que se tece uma determinada situação comunitária” (2001, p.14 - tradução nossa). Ademais, na fase de detecção dos indicadores sociais significativos, o pesquisador deve observar atitudes ativas ou passivas da comunidade, pois essas influenciam os instrumentos de análise e intervenção. Nesta perspectiva, é crucial a definição de “quem é o pesquisador comunitário”, e este precisa estar atento para não se referir à comunidade como uma “comunidade inventada”, no sentido de que, ela possa não ser totalmente participativa (DE LA PIERRE, 2001, p. 15 - tradução nossa).

Giusti (2001) aponta atitudes necessárias do facilitador, tais como, diálogo, escuta reflexão e comunicação. O autor complementa, o facilitador deve possibilitar a interação entre diferentes formas de conhecimento de forma acessível e proporcionar que muitos “sujeitos excluídos” tenham voz e possam expressar seus conhecimentos locais (GIUSTI, 2001). Além disso, para Giusti (2001):

(...) a subjetividade do pesquisador (...) não são consideradas como um obstáculo ao conhecimento (como no modelo tradicional de pesquisa científica), mas pelo contrário representam uma oportunidade, um recurso a ser utilizado no processo participativo. (GIUSTI, 2001, p.23- tradução nossa).

Ademais, importa pontuar, são imprescindíveis atitudes éticas, compromisso e responsabilidade do facilitador. Acerca de experiências de mapeamento participativo, Chambers (2006), em “*Participatory mapping and geographic information systems: Whose map? Who is empowered and who disempowered? Who gains and who loses?*”, faz importantes observações sobre decisões do pesquisador. Esse deve evitar: atrapalhar o tempo das pessoas (principalmente aquelas mais pobres com extensas jornadas de trabalho);

possíveis expectativas criadas pela comunidade²⁸; extrair informações para terceiros sem que isto fique claro para a comunidade; expor a comunidade ao perigo; atividade repetitiva de mapeamento participativo realizado anteriormente por outros pesquisadores; questões que podem criar tensões ou violências em uma comunidade (CHAMBERS, 2006).

c) Ferramentas em pesquisas participativas e de mapeamento

Giusti (2001) afirma serem necessárias escolhas e técnicas participativas adequadas, para cada contexto local. O autor atesta a flexibilidade metodológica como uma “característica indispensável em um contexto interativo” (GIUSTI, 2001, p.9). Além disso, as ferramentas participativas devem ser facilmente compreendidas pela comunidade, e orientar as diferentes habilidades do participante.

Nas experiências de mapeamento comunitário na Puglia/Itália (mapa comunitário e mapa *online* colaborativo), apresentadas neste capítulo, foram adotadas diferentes ferramentas durante a pesquisa participativa como um todo, tais como questionários, entrevistas, e apresentação pública dos mapas. Para além, destaca-se, na experiência do mapa comunitário, a realização do mapeamento em si ocorreu em formato de oficina. Nesta perspectiva, a combinação de ferramentas pode enriquecer a pesquisa e possibilitar a maior efetividade e contribuição das comunidades locais.

Portanto, seguem possíveis ferramentas participativas em pesquisas de interpretação do território (Quadro 2), baseado em Giusti (2001), de acordo com as vantagens e desvantagens singulares a cada ferramenta.

Quadro 2 - Ferramentas em pesquisas participativas

FERRAMENTAS PARTICIPATIVAS	PARA QUE SERVE	VANTAGENS	DESVANTAGENS
Análise dos documentos disponíveis	coleta e análise de informações já produzidas sobre o tema	recuperar e ordenar o conhecimento já acumulado	dados e informações coletados para outros fins, portanto, nem sempre utilizáveis como são
Observação direta	análise da relação entre lugares e comportamento; análise de problemas em seus elementos visível; análise de comportamentos	análise aprofundada; riqueza de informações; estudo de comportamentos em seus ambientes naturais	dados não quantificáveis; dados que não podem ser generalizados, nem sempre é possível acessar os locais a serem observados
Observação participante	análise de comportamentos e	análise aprofundada; análise de	dados não generalizáveis; dados não quantificáveis

²⁸ Chambers (2006, p.6 – tradução nossa) afirma: “Qualquer processo de análise facilitado por um estranho é passível de criar expectativas de algum benefício (...)”.

	atividades enquanto estão ocorrendo	comportamentos verbais e não verbais; o observador imerge na situação	
<i>Shadowing</i>	análise de ambientes e comportamentos em relação aos quais se é totalmente estranho (dos quais você não tem conhecimento)	análise aprofundada; análise de comportamentos verbais e não verbais	dados não quantificáveis; dados não generalizáveis; possível resistência do observado
Investigação através de questionário	verificar hipóteses precisas; ampla pesquisa de grupos populacionais	dados quantificáveis; dados generalizáveis; você atinge um grande número de pessoas; você pode fazer comparações	dados resumidos; análises aprofundadas não são possíveis; não se presta à análise de casos específicos; altos custos em termos de tempo
Entrevista	coleta de informações sobre um tema específico (entrevista com testemunhas privilegiadas); análise detalhada das opiniões das pessoas, suas imagens de problemas, motivações	análise aprofundada; riqueza de informações	dados não quantificáveis ou generalizáveis (em um sentido estatístico)
Assembleias públicas	reuniões públicas abertas a todas as partes interessadas: úteis para apresentar pesquisas ou para ilustrar e discutir os resultados	participação ampla; visibilidade	apenas aqueles que já estão acostumados a fazê-lo falam; não permite análise aprofundada; não permite uma comparação real entre as diferentes posições
<i>Brainstorming</i>	encontro aberto a interessados ou especialistas em um tema em que todos falam livremente tudo o que sabem: útil para a preparação do trabalho	útil para gerar ideias e reunir conhecimentos e informações	os dados não são sistemáticos; os dados não são verificáveis
Oficina	discussão estruturada aberta a um número limitado de participantes, sobre um tema específico	análise aprofundada facilita a participação direta de cada favorece o surgimento de posições compartilhadas (portanto, adequado quando existem conflitos ou posições conflitantes)	simplifica e reduz a complexidade da informação e a multiplicidade de pontos de vista
<i>Charrete</i>	concurso público de diferentes ideias aberta a todos os interessados	útil quando se trata de selecionar e escolher as preferências já	adequado para pesquisas orientadas ao design ou quando as decisões devem

		expressas	ser tomadas: menos adequada como instrumento para aumentar o conhecimento sobre o assunto
--	--	-----------	---

Fonte: GIUSTI, 2001, p. 20 - Tradução nossa, adaptado pela autora

Em específico, a realização dos mapas pela comunidade também deve levar em consideração a análise das ferramentas de mapeamento e os contextos locais. Na prática, para a realização do mapa comunitário e mapa *online* na Puglia, em diferentes momentos e grupos sociais, adotou-se ferramentas de mapas através do desenho e Web-GIS, respectivamente.

Logo, em um quadro semelhante ao das ferramentas gerais em pesquisa participativa (Quadro 2), aponta-se no quadro a seguir (Quadro 3) possíveis ferramentas de mapeamento comunitário e as vantagens e desvantagens de cada uma. Para isso, adapta-se a matriz de instrumentos em IFAD (2009)²⁹, indicando somente as ferramentas de mapeamento relacionais às práticas concretas de mapeamento expostas nesta dissertação.

Quadro 3 - Ferramentas possíveis para o mapeamento comunitário

FERRAMENTAS MAPAS	PARA QUE SERVE	VANTAGENS	DESVANTAGENS
Mapa por desenho (ex: mapa mental individual ou em grupo)	desenhos à mão livre, em papéis, para representar pontos de vistas sobre o território e características chaves identificadas pela comunidade	útil para ser operado por não especialistas; baixo custo; independente de tecnologia; resultados gerados em curto prazo; facilmente aplicado pelo facilitador; facilidade na reaplicação pela comunidade	resultados não são diretamente georreferenciados; dificuldades na transposição para um mapa em escala e precisão de localização; dados não quantificáveis; pouca credibilidade para instituições governamentais
Mapa com base cartográfica em escala e/ou imagens satélites/aéreas	este tipo de mapa de base é utilizado para que participantes localizem diretamente os marcos do território em um mapa ou em um papel sobreposto a cartografia	baixo custo; independe de tecnologia; possibilita a precisão da representação de uma área através do conhecimento local; facilmente aplicado por um facilitador após orientações iniciais; resultados gerados	acesso difícil a base cartográfica em escala; a precisão pode ser razoável; pode ser necessário treinamento para a compreensão da leitura cartográfica;

²⁹ Para uma matriz mais completa ver também IFAD (INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT). *Good practices in participatory mapping*. A review prepared for the International Fund for Agricultural Development (IFAD). 2009. Disponível em: http://www.iapad.org/wpcontent/uploads/2015/07/ifad_good_practice_inparticipatory_mapping.pdf. Acesso em 2 abr. 2023.

		em curto prazo; útil para mapear grandes áreas; pode proporcionar ampla visão do uso da terra (no caso de imagens satélites ou fotografias aéreas); pode oferecer perspectivas da área que talvez a comunidade não tenha experimentado antes	mais complexo para compreender do que o mapa mental; algumas imagens satélites ou aéreas podem ser difíceis de interpretar e podem ter pouca resolução;
Mapa com uso de SIG participativo	Sistema baseado em computador e que apresentam informações espaciais georreferenciadas integradas ao conhecimento local comunitário; permitindo assim a comunicação das informações locais.	bom para representar com precisão informações locais georreferenciadas; pode gerar banco de dados georreferenciados úteis para análises precisas e quantitativas; podem ser importantes para o gerenciamento de recursos locais; facilmente comunicáveis e compartilháveis; podem ter maior credibilidade em relação às instituições e autoridades.	dificuldade de aprendizado de conhecimento informáticos; necessidade de contínua atualização de <i>software</i> e treinamento a longo prazo; alto custo para muitas comunidades; necessário de treinamento para seu uso pelo facilitador e/ou comunidade
Web-GIS (ex: mapeamento <i>online</i>)	mapeamento de informação geográfica online baseado na internet, e em plataformas como (Google Maps, Google Earth, Open Street Map), permitindo representar o conhecimento local de forma comunicável e interativa	muitas plataformas de Web-GIS são de uso e acesso gratuito; em comparação aos mapeamentos com uso de SIG participativo podem ser relativamente mais simples para compreensão, gerenciamento e atualização; possibilita a visualização e representação de múltiplas perspectivas territoriais para públicos mais amplos.	os custos podem ser altos dependendo da plataforma e das condições socioeconômicas locais; necessidade de acesso à internet de alta velocidade e eletricidade disponível; pode ser necessário treinamento prévio; perigo na concentração na tecnologia pelos profissionais e facilitadores, em detrimento da participação comunitária

Fonte: adaptado de IFAD (2009)

Além disso, vinculada à escolha das ferramentas de mapeamento comunitário, ressalta-se discussão sobre a adoção de geotecnologias do Sistema de Informação Geográfica - SIG/GIS. Por exemplo, as diferentes realidades socioeconômicas das comunidades podem

indicar limitações ao acesso às tecnologias, e, portanto, a aplicação do SIG participativo e Web-GIS podem influenciar na colaboração democrática da comunidade.

Ademais, em práticas participativas de mapeamento é válido ponderar a necessidade de tradução de um mapa realizado por meio de ferramentas “pouco formais” (em exemplo, por meio de desenhos livres), para uma cartografia mais técnica através do SIG. Segundo Chambers (2006), muitas vezes isto ocorre, pois, é necessária a comunicação e o compartilhamento do conhecimento de uma comunidade com outros atores políticos. Entretanto, o autor aponta algumas ameaças presentes da integração entre o mapeamento participativo e as geotecnologias, uma vez que os facilitadores, por dominarem as ferramentas técnicas, podem controlar a representação e o processo de transferência do conhecimento. Logo, o autor afirma:

O processo de integração e representação dos saberes e aspirações locais através mapeamento participativo e SIG, a longo prazo, muito dependerá de questões de e confiança interpessoal, entre detentores de conhecimento, facilitadores de processos e os eventuais usuários do conhecimento. (CHAMBERS, 2006, p.8 - tradução nossa)

Nas experiências de representação identitária, referências utilizadas na Escola Territorialista Italiana, a adoção do SIG auxilia na construção do quadro cognitivo do território e na retroalimentação de dados territoriais³⁰. Nesse caso, é necessário um mapeamento de maior precisão para o planejamento das políticas públicas. Logo, cabe ao facilitador compreender as diversidades, potencialidades dos métodos e ferramentas de acordo com o propósito da pesquisa, além dos riscos e benefícios para a comunidade.

d) Níveis de participação

Como visto anteriormente, durante o processo participativo podem ser adotadas diversas ferramentas que possibilitam a participação da comunidade local. Dessa forma, apresentam-se, neste item, os níveis de participação em pesquisas participativas mais amplas e gerais, assim como em processos específicos de mapeamento.

Chambers (2006) apresenta oito categorias, em escala ascendente (menos participativo para o mais participativo), desde o nível totalitário até o automobilizador (Figura 8). Além disso, o autor correlaciona cada nível aos objetivos da pesquisa, e realiza comparações entre o agente externo e população local associada às regras, ações desempenhadas e propriedades de dados (CHAMBERS, 2006).

³⁰ Ver Carta (2011) e Lucchesi (2005).

Figura 8 - Níveis gerais de participação social

	Objetivos do agente externo	Regras e relações		Ações		Autoria/ propriedade
		Do agente externo	Da população local	Do agente externo	Da população local	
Totalitário	Controle político estatal	Ditador	Escravo	Comando ↑ ↓ Apoio	Obediência ↑ ↓ Iniciativa	Do agente externo ↑ ↓ Da população local
Nominal	Legitimação cosmética	Manipulador	Fantoches			
Extrativo	Obtenção de conhecimento local para melhorar o planejamento	Pesquisador/ planejador	Informante			
Induzido	Ampliações de ações por meio de incentivos materiais	Empregador	Trabalhador			
Consultivo/ Instrumental	Aumento de efetividade e de eficiência	Economizador racional	Colaborador			
Parceria	Partilha de responsabilidade e de poder	Parceiro	Parceiro			
Transformativo	Facilitar o desenvolvimento sustentável pela população local	Facilitador/ catalisador	Analista/ator/ agente			
Auto-mobilizador	Apoio a ações espontâneas	Apoiador	Protagonista/ controlador			

Fonte: adaptado e traduzido de Chambers (2006), p. 9

Logo, conforme o quadro acima, a pesquisa se faz mais participativa quando a comunidade possui maior autonomia nas tomadas de decisão e na autoria das informações elaboradas. A possibilidade de maior envolvimento, portanto, faz-se presente desde a colaboração, parceria, atuação até o total protagonismo da população local.

Em relação à prática de mapeamento em si, pode-se diferenciar questões participativas ou colaborativas, estas dependentes do grau de interação entre mapa e participante (SOUTO, 2021). Neste sentido, geralmente, os mapeamentos *online* por Web-GIS são ditos colaborativos, pois o assunto e questão a ser mapeado, assim como as legendas e símbolos, são decididos previamente pelo pesquisador. Além disso, o acesso à *internet* pode possibilitar a contribuição por iniciativa própria do usuário e o compartilhamento para um maior público difuso. Já o mapeamento considerado participativo se aproxima das ferramentas que possibilitam a elaboração de mapas de forma direta por um grupo específico e com auxílio de um facilitador. Neste último caso, pode ocorrer maior parceria entre pesquisador e participante em relação às tomadas de decisão coletiva, desde a questão a ser mapeada até a propriedade dos dados mapeados. Em síntese, apresenta-se o quadro – 4, baseado em Girardi³¹, que sistematiza as diferenças dos tipos colaborativos e participativos no mapeamento.

³¹ GIRARDI, Gisele. (2022). *Aula 6 (Re) apropriação social dos mapeamentos: arenas de práticas críticas (1)*. [Slide de apoio à disciplina de Cartografia Geográfica, lecionada na UFES, PPGG].

Quadro 4 - Níveis de participação no mapeamento

COLABORATIVO	PARTICIPATIVO
<ul style="list-style-type: none"> - questão decidida pelo aplicador / pesquisador - inserção pré-configurada - usuário difuso - informação geográfica voluntária 	<ul style="list-style-type: none"> - decisões coletivas: - questão - modo de inserção/legenda e fundo de mapa - participantes / stakeholders - propriedade do dado

Fonte: adaptado de Girardi (2022) – slide de apoio à disciplina Cartografia Geográfica

Ressalta-se, portanto, o diálogo entre os níveis gerais de participação social para as pesquisas participativas, em Chambers (2006), vinculadas ao grau de autonomia local na prática de mapeamento. Essa última, influenciada pela escolha da ferramenta para a elaboração dos mapas.

Para a pesquisa, vale destacar, a noção e a denominação de mapeamento comunitário em CoLaboRI pode ter tais variações, em um sentido colaborativo ou participativo. Nesta perspectiva, compreende-se, mesmo em um nível de mapeamento colaborativo, o processo de representação identitária não exclui a adoção de ferramentas mais interativas na pesquisa, capazes de envolver diretamente outros participantes. Portanto, o CoLaboRI, integrado com outros instrumentos, pode atingir os níveis mais altos de participação como um todo, em direção à automobilização, ou em chave territorialista, à autossustentabilidade local.

3 METODOLOGIA E APLICAÇÃO

Este capítulo apresenta de forma detalhada a metodologia adotada para atingir os objetivos da pesquisa. Logo, tendo como base o objetivo geral (aplicar Comunidade como Laboratório de Representação Identitária - CoLaboRI em comunidades do Parque Estadual do Rio Doce - PERD), aprofunda-se no processo de construção do método CoLaboRI para a execução prática, e a sua aplicação no contexto da pesquisa. A seguir, são expostos os procedimentos adotados; os critérios de seleção das comunidades; as atividades de levantamento de dados; as estratégias, técnicas e instrumentos.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, descritiva e de ação participativa (SERRA, 2006), alinhada com os pressupostos para CoLaboRI desenvolvido no capítulo do referencial teórico e metodológico. Ou seja, a pesquisadora se envolve com “determinados grupos sociais” (SERRA, 2006, p.82) para a aplicação de CoLaboRI, a fim de trabalhar as metodologias participativas para o mapeamento e adensar o quadro cognitivo do território.

Como exposto nos capítulos anteriores, durante o processo participativo, as escolhas, em específico para o mapeamento, dependem de cada contexto local, sendo necessária flexibilidade metodológica. No presente capítulo, são apresentadas adaptações metodológicas e justificativas das alterações realizadas durante o próprio processo de construção do método, as quais foram influenciadas, sobretudo, pela ida a campo e pelo contato direto com as comunidades.

Para além, é válido ressaltar, em se tratando de uma investigação que envolve seres humanos, esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo³² - CEP, adequando-se, portanto, aos critérios éticos.

3.1 ETAPAS PARA CoLaboRI

Conforme citado, o trabalho em campo foi decisivo para o desenho final do CoLaboRI no contexto das comunidades do entorno do Parque Estadual do Rio Doce. Para melhor compreensão desse processo, divide-se o trabalho em campo³³ em dois períodos: I) anterior à aplicação prática (levantamento de dados, visita às comunidades, contato com atores-chave, definição dos locais e convites para os habitantes); II) aplicação prática nas comunidades. O primeiro teve duração de 26 dias e o segundo de 17 dias totais em campo. Ressalta-se que

³² Título público do projeto de pesquisa submetido ao CEP: “Comunidade e Representação Identitária”. Aprovada em: 01/09/2023.

³³ Para esta etapa em campo, a pesquisadora deslocou-se do estado do Espírito Santo para o estado de Minas Gerais, a fim de realizar a visita ao território em estudo.

ambos ocorreram durante o segundo semestre de 2023. Neste item é descrito o desenvolvimento do período I – anterior à aplicação prática.

Dessa forma, o método CoLaboRI no contexto desta pesquisa foi construído de acordo com as etapas intimamente interligadas que se retroalimentam de forma constante. Para um melhor entendimento, essas são apresentadas em sequências. As atividades e as justificativas de escolhas são melhor aprofundadas a seguir:

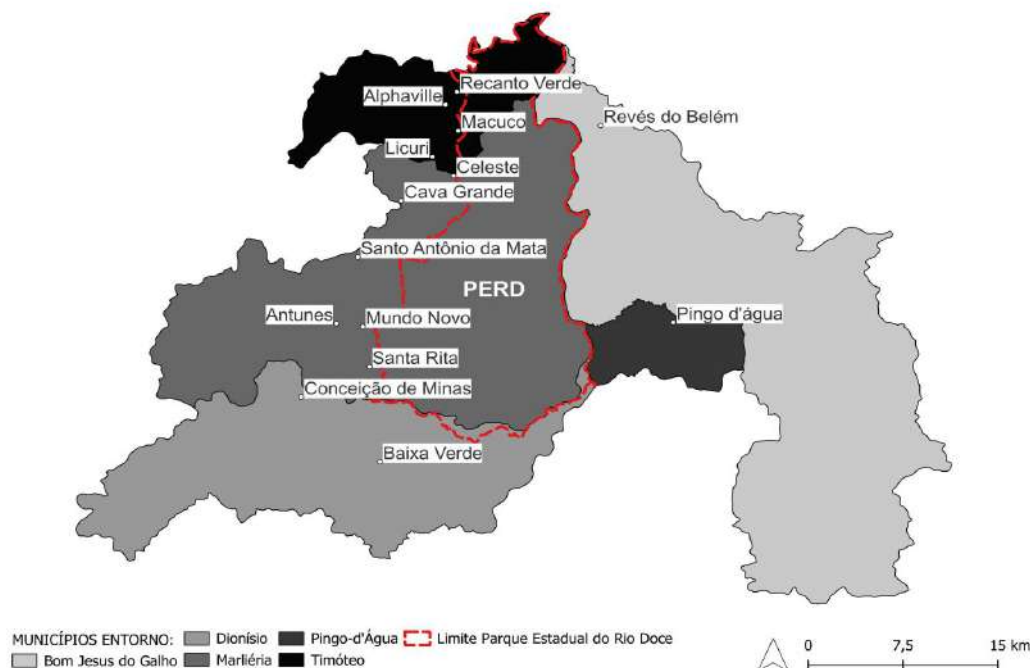
a) Seleção das comunidades:

O recorte territorial do estudo se localiza no estado de Minas Gerais e se constitui pelo Parque Estadual do Rio Doce – PERD e seu entorno imediato. Neste sentido, a população do estudo refere-se às comunidades do PERD. A escolha das comunidades para a aplicação do método CoLaboRI foi influenciada por particularidades da pesquisa, como o tempo, recurso e deslocamento físico da pesquisadora; assim como, pela visita em campo e o contato direto com as comunidades.

Para guiar a pesquisadora, antes da ida a campo, foi realizado um levantamento preliminar das comunidades do entorno do PERD baseado em materiais³⁴ sobre o Parque, desenvolvidos pelo Instituto Estadual de Florestas - IEF. As comunidades pré-selecionadas foram: Revés do Belém (município de Bom Jesus do Galho); Baixa Verde, Conceição de Minas (município de Dionísio); Cava Grande, Santo Antônio da Mata, Santa Rita, Mundo Novo, Antunes (município de Marliéria); Pingo d'água (município de Pingo d'água); Celeste (município de Marliéria e Timóteo); Alphaville, Recanto Verde, Macuco e Licuri (município de Timóteo). A figura 9 identifica e localiza tais comunidades.

³⁴ IEF (Instituto Estadual Florestal). **Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Doce**: Unidade de Conservação e Zona de Amortecimento–Encarte 4. Instituto Estadual de Florestas, 2002b.
IEF (Instituto Estadual Florestal). **Comunidades do Parque Estadual do Rio Doce**. Parque Estadual do Rio Doce, Marliéria, Minas Gerais. Data de Visita: 10 de setembro de 2023

Figura 9 - Comunidades do entorno do Parque Estadual do Rio Doce - PERD



Fonte: elaboração autora

Posteriormente, do conjunto, foram identificadas as comunidades inseridas nos municípios que abrangem territorialmente o PERD: Timóteo, Marliéria e Dionísio. Além, como critérios de escolha, foram consideradas as menores distâncias de tais comunidades em relação ao limite do PERD e a facilidade de acesso da pesquisadora durante seu deslocamento. Por fim, antes da ida a campo, foram selecionadas, preliminarmente, as comunidades do Macuco (Timóteo), Celeste-Licuri (Timóteo) e Santa Rita (Marliéria).

Durante o campo, a pesquisadora também visitou outras comunidades além das selecionadas, como: Cava Grande, Santo Antônio da Mata, Mundo Novo, Antunes (em Marliéria); Alphaville, Recanto Verde (em Timóteo) e Baixa Verde (em Dionísio). Durante a visita foram realizadas tentativas de comunicação com instituições locais, atores-chave e verificação da possibilidade de aplicação do processo participativo.

Em particular no Macuco, enquanto comunidade pré-selecionada, houve algumas tentativas de comunicação sem retorno. Além disso, cita-se uma maior dificuldade na identificação de lideranças e atores-chave centrais para o diálogo. Vale ressaltar, a comunidade é um bairro de maior extensão territorial, mais populoso e urbanizado se comparado com Santa Rita e Celeste. Interpreta-se, portanto, que tais fatores e complexidades podem ter influenciado nesta dificuldade.

É válido destacar a contribuição das instituições de saúde e de assistência social dos municípios de Timóteo e Marliéria, como as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e os Centros

de Referência de Assistência Social (CRAS), que atuam localmente e realizam atividades nas comunidades. Após a apresentação dos objetivos da pesquisa, essas instituições forneceram contatos de lideranças locais e atores-chave das comunidades, enquanto pessoas de referência que costumam participar de reuniões, discussões e mobilizações promovidas por essas instituições.

Por último, tendo em vista o percurso anterior, bem como a aceitação dos atores-chave e lideranças para aplicação do método, as comunidades selecionadas foram Santa Rita e Celeste, ambas situadas em áreas rurais (IBGE, 2010). Santa Rita faz parte do município de Marliéria, encontrando-se a 2 km da portaria do PERD; enquanto a Celeste, em Timóteo, está a uma distância de aproximadamente 26 km da mesma. Os setores censitários³⁵ que abrangem essas comunidades, respectivamente, totalizam 244 e 104 pessoas residentes (IBGE, 2010).

b) Levantamento de dados e visita em campo:

Foram realizados levantamentos de dados em fontes primárias e secundárias; e visita a campo. Como citado anteriormente, tais procedimentos auxiliaram na escolha das comunidades e influenciaram constantemente no processo de construção de CoLaboRI. Contribuíram para o levantamento, durante a visita a campo, o contato direto com instituições e moradores das comunidades; o registro fotográfico e observação direta dos territórios.

c) Comunicação com lideranças locais e atores-chave:

Realizou-se o contato, em formato presencial e virtual, com lideranças locais e atores-chave das comunidades. A comunicação entre pesquisador e pessoas conhecidas, “bem aceitas pela coletividade”, foi significativa para a mediação e construção de vínculos de confiança (MINAYO, 2013). No contexto da pesquisa, esse diálogo também importou para a verificação da viabilidade da aplicação de CoLaboRI. Para além, as lideranças e atores-chave locais auxiliaram a pesquisadora na escolha das datas e dos locais para a realização das atividades dos encontros; bem como na divulgação dos convites convidativos, aos demais habitantes.

d) Formação do grupo de trabalho:

A formação do grupo de trabalho foi orientada pelos pressupostos de CoLaboRI segundo o qual a criação de pequenos grupos de trabalho pode facilitar a comunicação e

³⁵ “O Setor Censitário é a menor porção de área utilizadas pelo IBGE para planejar, coletar e disseminar os resultados dos Censos e Pesquisas Estatísticas. Através de extensão e classificação condicionadas a Divisão Político-Administrativa vigente e a outras Estruturas Territoriais existentes, os Setores dão adequado contexto geográfico às estatísticas.” IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/26565-malhas-de-setores-censitarios-divisoes-intramunicipais.html?edicao=35544&t=o-que-e>. Acesso em: 26, fev, 2024.

participação dos indivíduos durante a experiência (GIUSTI, 2001). Então, previamente, a pesquisadora considerou um grupo de trabalho formado entre 10 e 15 pessoas por comunidade. Entretanto, conforme ida a campo e diálogo com lideranças locais; a dificuldade em limitar o quantitativo de convite às pessoas; e receio em causar exclusão de sujeitos interessados em participar da experiência; a pesquisadora realizou o convite aberto às comunidades sem restringir o número de participantes.

e) Escolhas da ferramenta de mapeamento e dos instrumentos participativos:

As escolhas da ferramenta de mapeamento e da associação com outros instrumentos participativos foram, sobretudo, baseadas no referencial teórico e metodológico dessa pesquisa. Segundo Giusti (2001), as ferramentas participativas devem ser facilmente compreendidas pela comunidade e orientar as diferentes habilidades do participante.

A princípio, foram selecionadas duas ferramentas para o mapeamento: o mapa por meio do desenho e o mapa com base em imagem de satélite. Respectivamente, as vantagens avaliadas para cada um correspondem à: facilidade em aplicação pelo facilitador e operação por não especialistas, geração de resultados em curto prazo e baixo custo; precisão da representação, utilização para mapeamento de grandes áreas e geração de resultados em curto prazo (IFAD, 2009).

A seleção foi influenciada também pela experiência territorialista italiana do mapeamento comunitário utilizada para a elaboração do Plano Territorial Paisagístico da Puglia (ver item 2.2.2.1). Para além, foram feitas as seguintes ponderações: o interesse na realização do mapeamento como uma atividade de grupo; a facilidade de aplicação e o tempo limitado da pesquisa para a realização prática; as áreas a serem mapeadas possuem extensões menores. Logo, definiu-se o mapeamento por meio do desenho em grupo, em formato de oficina, para a representação autônoma dos participantes dos marcos e locais importantes para a comunidade.

O mapeamento comunitário foi associado a outros instrumentos participativos. Orientada pelo princípio de escuta e seleção (BARATTI, s.d), a pesquisadora incorporou a realização de entrevistas. Tendo em vista a intenção da investigação da relação natureza e cultura, bem como da relação das comunidades com o Parque Estadual do Rio Doce, as entrevistas foram adaptadas para um diálogo aberto e coletivo. O diálogo em grupo foi baseado em um roteiro semiestruturado com perguntas abertas, para que os participantes pudessem verbalizar livremente sobre o tema (MINAYO, 2013). O roteiro apresentou flexibilidade prevista ao contexto da comunidade durante a própria aplicação e esteve

relacionado às questões da multidimensionalidade territorial (política, social, econômica, ambiental, territorial) (APÊNDICE A).

Ademais, adotou-se um questionário para coleta de dados pessoais dos participantes, como nome, idade, associação ou não às instituições locais, tempo de residência no território e etc (APÊNDICE B). Para registro dos encontros, foram utilizados câmera fotográfica, gravador de voz e diário de campo, esse último um instrumento de trabalho onde foram escritas informações, por meio de notas livres, para compreender o contexto da pesquisa (MINAYO, 2013).

Para além, outros recursos estratégicos, foram adotados, como parte da interação inicial e como uma forma de “aquecimento” e “quebra de gelo” (MINAYO, 2013), por exemplo, a apresentação dos participantes e o compartilhamento de palavras que representam a comunidade. A exposição do estudo de maneira acessível, destacando a relevância, os riscos e benefícios envolvidos, assim como a garantia do sigilo e anonimato, e o cumprimento das exigências do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP auxiliaram no contato inicial entre pesquisadora e participantes.

f) Organização dos encontros:

A partir de reflexões e avaliações durante o trabalho em campo e do diálogo com lideranças e atores-chave foram organizados os encontros. A escolha foi influenciada pelos pressupostos de CoLaboRI. Conforme destacado por Chambers (2006), o pesquisador deve evitar atrapalhar o tempo das pessoas. Ou seja, avaliou-se que muitos encontros ou durações muito longas podem atrapalhar a participação comunitária e gerar desconforto nos participantes. Portanto, optou-se pela realização de dois encontros em cada comunidade, tendo, cada um deles a duração máxima estipulada de 4 horas. Para o primeiro encontro, definiu-se a realização da oficina de mapeamento comunitário e, para o segundo encontro, a realização do diálogo em grupo.

g) Critérios e instrumentos para análise da experiência e dos dados:

A experiência de CoLaboRI foi analisada e avaliada qualitativamente, num processo no qual a escrita do diário em campo auxiliou na descrição das particularidades ocorridas durante o processo prático nas comunidades.

Os produtos obtidos da experiência foram analisados tendo em vista o propósito específico da pesquisa na identificação da relação natureza-cultura, em múltiplas dimensões territoriais, reconhecida pela comunidade local durante etapa de representação identitária.

Logo, os dados obtidos do mapa comunitário foram identificados, sistematizados e analisados qualitativamente. Nesta etapa, além do próprio desenho, foram incorporadas na análise as falas dos participantes durante a dinâmica, bem como o levantamento de campo do território. Para além da sistematização do desenho, a partir da análise qualitativa, realizou-se o mapa síntese do quadro territorial obtido através do *software* Qgis.

Os dados obtidos por intermédio das entrevistas em grupo foram considerados por meio da técnica específica de análises de conteúdo. Segundo Bardin (2004, p.15), a análise de conteúdo é uma técnica utilizada para análise qualitativa de “discursos”; é um esforço interpretativo baseado na objetividade e subjetividade. O objetivo, de forma geral, consiste na inferência de uma realidade representativa de um determinado grupo social por meio das palavras ditas durante discussões, entrevistas e conversa de grupo (BARDIN, 2004).

A análise se organiza em três etapas consecutivas: 1) pré-análise, por meio da organização do material e elaboração de hipóteses iniciais; 2) exploração do material, com codificação baseadas em regras; 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação dos dados (BARDIN, 2004, p.95-101). Em específico, a codificação do documento é realizada por recortes, agregação e enumeração dos dados brutos do texto (BARDIN, 2004; OLIVEIRA, 2008); o recorte é denominado Unidades de Registro (UR), por meio das quais se define o significado e sentido da mensagem. A Unidade de Contexto (UC) são unidades de compreensão das unidades de registros, ou seja, são mensagens extraídas do texto (BARDIN, 2004; OLIVEIRA, 2008). Especificamente, nas regras de enumeração, a frequência é maior em unidades de registro (UR) de maior importância (BARDIN, 2004). Faz parte desta etapa a construção de categorias, obtidas, inicialmente, pelo princípio de diferenciação e, posteriormente, por meio do reagrupamento sob um título genérico (BARDIN, 2004). A elaboração das categorias segue os critérios de homogeneidade, exaustividade, exclusividade, objetividade e pertinência (OLIVEIRA, 2008). Segundo Oliveira (2004), a análise categorial do texto consiste, portanto, na definição das dimensões, onde se agrupam os temas, baseados em critérios teóricos ou empíricos.

3.2 CoLaboRI NA PRÁTICA

O presente subitem apresenta a aplicação de CoLaboRI nas comunidades. Na prática, realizou-se o primeiro encontro com os moradores de Santa Rita e, posteriormente, com os de Celeste, em dias distintos. O segundo encontro ocorreu na mesma sequência. Ressalta-se, os locais específicos dos encontros, as instituições cujos grupos sociais fazem parte, bem como a identidade dos participantes não são citadas para preservar o anonimato das pessoas,

conforme as diretrizes éticas orientadoras da pesquisa. A escrita, neste momento, é organizada em relatos, identificando os aspectos dos primeiros contatos entre pesquisadora e comunidade; o quantitativo de participantes dos encontros; a contextualização do grupo de trabalho; a duração das atividades; o clima dos encontros; e a indicação dos produtos gerados. Além disso, são discutidas as dificuldades, desafios e acontecimentos particulares.

Anterior a aplicação de CoLaboRI, como mencionado, além dos contatos por intermédio da plataforma *whatsapp*, foram realizadas visitas *in loco*, bem como comunicação direta com os atores locais. Em Santa Rita, na primeira visita, ocorreu o reconhecimento do território; e na segunda, através da participação de uma atividade cotidiana da comunidade, realizou-se o convite oral. Em Celeste, foi realizada apenas uma visita ao bairro, localizado em Timóteo, e conversa direta com a liderança local. O diálogo com os atores e lideranças locais foi importante para a escolha das datas e locais dos primeiros encontros.

Embora tenha sido realizado o convite para diferentes grupos sociais de Santa Rita, houve a participação de apenas um, com o qual a pesquisadora teve o contato direto, e conseqüentemente, a construção de vínculo maior. No município de Timóteo, ressalta-se, o convite foi estendido a comunidade do Licuri, devido à proximidade Licuri-Celeste. Entretanto apenas moradores do Celeste participaram. Segundo relatos durante o próprio encontro, isso ocorreu devido à feira que estava acontecendo, na qual os moradores estavam envolvidos no trabalho. Em cada comunidade, participaram integrantes de um mesmo grupo social, que já se conheciam, e, neste sentido, o grupo formado para os encontros se mostrava bastante coeso.

Embora esta coesão seja positiva para a dinâmica do mapeamento e da comunicação, é fundamental destacar, os resultados obtidos refletem a percepção desses grupos específicos. Portanto, não é possível afirmar que as questões abordadas são comuns a todos habitantes dos locais estudados. Assim, “comunidade” além de significar a delimitação territorial de Santa Rita e Celeste, neste contexto refere-se aos habitantes participantes da dinâmica e suas percepções do lugar, em um sentido comunitário conforme De La Pierre (2001) enquanto pessoas comuns interessadas em discutir sobre o território em que vivem e sobre problemas sociais. Para além, algumas questões debatidas são marcadas por fatos e eventos da conjuntura local no período da coleta de dados da pesquisa.

A dinâmica do primeiro encontro, em ambas as comunidades, teve duração total de aproximadamente duas horas. Em um primeiro momento, houve a apresentação da pesquisadora, da pesquisa, bem como dos participantes. Em seguida, a pesquisadora solicitou,

a cada um, palavras que representassem a comunidade. Posteriormente, foi estendido uma grande extensão de papel do tipo Kraft³⁶ na mesa e os participantes foram convidados para ficarem no entorno. Durante a realização do mapeamento, a pesquisadora assumiu o papel de facilitadora, estimulando o desenho livre coletivo com indicação de locais e objetos importantes para a comunidade.

De maneira geral, no início do primeiro encontro, assim como a pesquisadora, pessoas se apresentavam mais retraídas, mas, ao longo da apresentação, houve uma descontração dos participantes. Para além, foi feita adaptação na dinâmica inicial para o compartilhamento de palavras. A princípio a ideia era, cada participante se dirigir ao centro e escrever a palavra numa folha em branco, entretanto um dos atores em Santa Rita informou a dificuldade na leitura e escrita de algumas pessoas. Logo, a própria pesquisadora passou a escrever as palavras nesta atividade, para não causar qualquer tipo de constrangimento nos participantes.

Durante o mapeamento comunitário, tanto em Santa Rita quanto em Celeste, muitos participantes, ainda assim, mostravam-se tímidos para a realização do desenho em grupo, embora a maioria ficasse ao redor da mesa observando atentamente e fornecendo opiniões. Em resumo, apenas algumas pessoas desenharam diretamente no papel enquanto lideranças e atores-chave assumiram o papel central na coordenação da atividade, em grande parte da realização do desenho.

Em Santa Rita, durante o mapeamento comunitário acontecimentos particulares ocorreram em decorrência de discordâncias durante o processo: no início do desenho, um dos participantes orientou a direção dos desenhos e das ruas locais; outra participante percebeu que os pontos marcados não estavam coincidindo e sugeriu o início de um novo mapeamento. A pessoa sentiu-se contrariada, afastou-se da mesa e caminhou em direção à saída. A pesquisadora logo percebeu e o convenceu a retornar. Os participantes o incluíram novamente, e o mapeamento desenvolveu-se sem mais interrupções. Em tal exemplo, observou-se a possibilidade de conflitos em situações em decisões coletivas, e, portanto, a necessidade da percepção, acolhimento e estimulação do facilitador no processo.

No segundo encontro, as atividades ocorreram em um período também de aproximadamente duas horas. Antes da aplicação do diálogo em grupo, a pesquisadora expôs um mapa com base na imagem satélite, com a indicação dos pontos mapeados pelos participantes no primeiro encontro. A pesquisadora criou ícones, por meio da vetorização dos

³⁶ O papel kraft é um tipo de papel de cor marrom natural. Normalmente é comercializado em forma de rolos ou em grandes dimensões.

desenhos feitos pelos participantes, a fim de verificar e validar as localidades indicadas (Figura 10).

Figura 10 - Aplicação e exposição do mapa com base em imagem satélite



Fonte: elaboração autora e acervo pessoal

O diálogo em grupo, de maneira geral, foi realizado de forma fluida e contínua, apenas com interrupções pontuais importantes. Refere-se às dúvidas apresentadas pelos participantes em ambas as comunidades, no segundo encontro, em relação às contribuições concretas do estudo para a comunidade. O momento foi importante para uma explicação ampliada da pesquisa, sua importância e limitações, bem como as angústias pessoais da pesquisadora. Neste sentido, reconheceu-se o distanciamento entre a academia e as comunidades, o que evidencia as desconexões entre a teoria, a prática e a realidade concreta. Em outras palavras, houve um diálogo íntimo e acessível por parte da pesquisadora e, acredita-se, que este momento tenha contribuído para a criação de vínculos de confiança da pesquisadora com a comunidade.

Durante o diálogo, algumas pessoas tomaram a fala e participaram mais ativamente do que outras pessoas, mas, era possível observar a participação de outras com acenos de afirmação e olhares atentos nas conversas. Além disso, os participantes respeitaram o momento de fala de cada um. Não houve discordâncias diretas entre os pontos de vista. Dessa forma, observou-se a desvantagem da aplicabilidade do diálogo em grupo em relação à tomada de fala por apenas algumas pessoas, o que não permite uma análise real entre as diferentes posições. Entretanto, compreende-se interessante a dinâmica, pois, alguns assuntos pareciam novos para algumas pessoas, assim como alguns participantes afirmaram ter gostado em participar da dinâmica ao ouvir as histórias compartilhadas. Ademais, destaca-se a

contribuição imediata do diálogo na discussão, em Santa Rita, para iniciativas de retomada da associação de bairro.

Para além, o lanche foi um recurso importante, pois auxiliou na permanência das pessoas durante o encontro, ao incentivar e fortalecer um clima de confraternização durante o encontro. O clima em geral foi tranquilo e descontraído.

Em relação ao quantitativo na participação, em Santa Rita participaram no primeiro encontro 12 (doze) pessoas no total, sendo 9 (nove) mulheres e 3 (três) homens. Algumas crianças e adolescentes estavam no local acompanhando os pais. No segundo encontro participaram 10 (dez) pessoas, sendo que 7 (sete) pessoas haviam participado do encontro anterior, e 3 (três) estavam participando pela primeira vez; neste quantitativo do segundo encontro integraram 8 (oito) mulheres e 2 (dois) homens. Em Celeste, participaram 11 (onze) pessoas no primeiro encontro, sendo 8 (oito) mulheres e 3 (três) homens; e 4 (quatro) pessoas no segundo encontro, sendo 3 (três) mulheres e 1 (um) homem. Todos os 4 (quatro) participantes estavam no encontro anterior. Este menor quantitativo foi devido às demandas de trabalho dos moradores. A pesquisadora combinou a data com a comunidade, mas foi informada, no dia, que muitas pessoas ainda estavam ocupadas trabalhando. Além disso, a liderança local não pôde participar devido a contratempos pessoais.

Baseado no levantamento do questionário individual, aplicado no segundo encontro, participaram, em Santa Rita, pessoas com idade entre 29 e 70 anos. A maioria sempre morou na comunidade ou se mudou para o local quando criança. Além disso, a ocupação dos participantes, em sua maioria, é referente ao trabalho na roça e lavoura, assim como ao trabalho doméstico. Em Celeste, os participantes possuíam idade entre 45 e 59 anos; são agricultores; participam da mesma associação e sempre moraram na comunidade, exceto uma participante que, após se mudar, retornou a Celeste a mais de 20 anos.

Dos produtos das atividades, as palavras utilizadas para representar a comunidade de Santa Rita foram: “tranquilidade”, “prosperidade”, “acesso”, “natureza”, “sossego”, “afeto”, “acolhimento”, “segurança”, “muito bom”, “tudo”, “paz”, “saúde” e “união”; e em Celeste os integrantes citaram “força”, “união”, “amor”, “família”, “parceira”, “companheirismo”, “muita amizade”, “valores”, “história”, “respeito”, “trabalho” e “religião”.

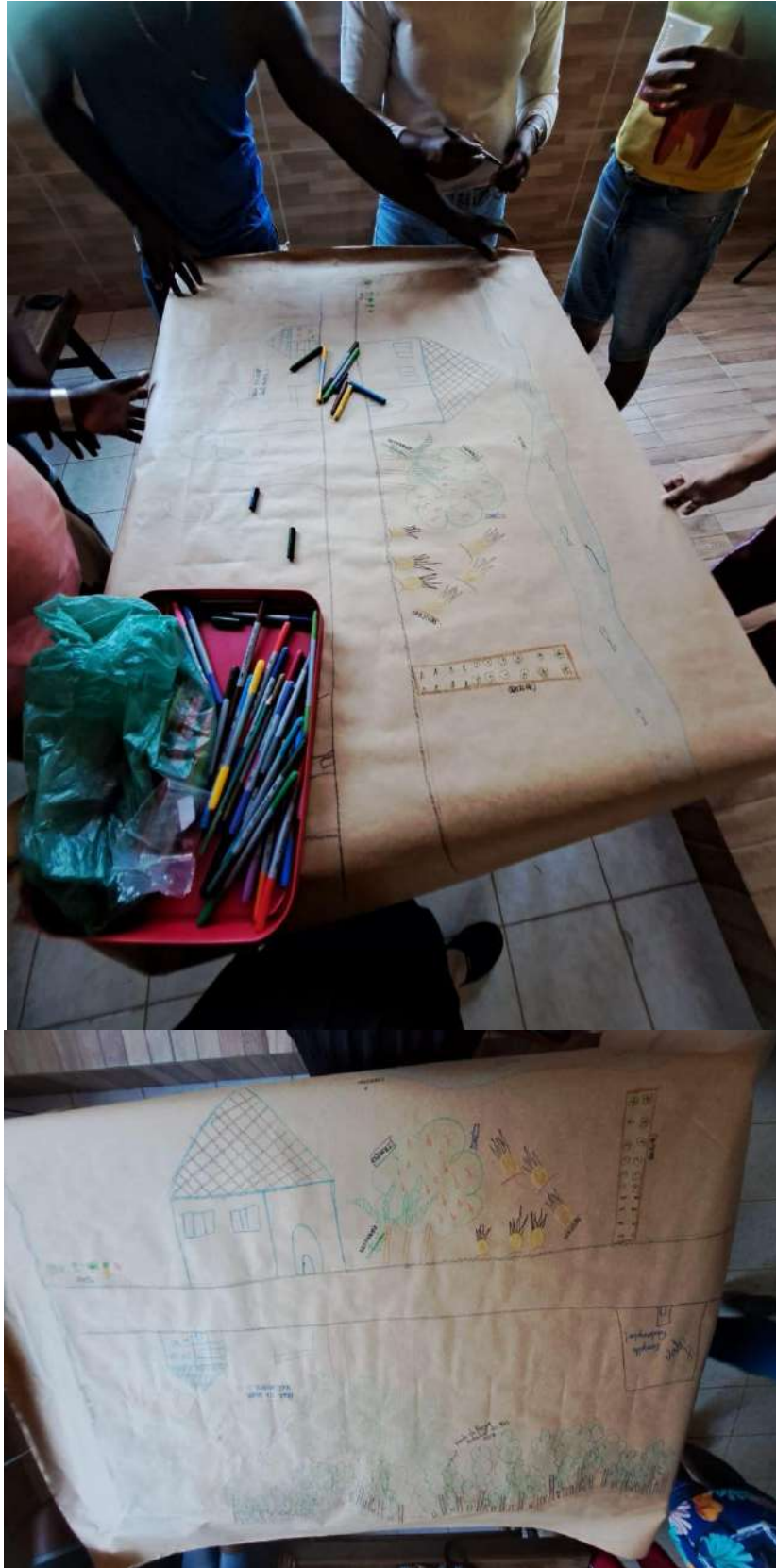
As figuras 11 e 12 exibem imagens durante o mapeamento comunitário em Santa Rita e Celeste, respectivamente.

Figura 11 - Mapeamento comunitário em Santa Rita



Fonte: acervo pessoal

Figura 12 - Mapeamento comunitário em Celeste



Fonte: arquivo pessoal

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa. Os produtos gerados a partir da implementação do mapa comunitário e do diálogo em grupo, ou seja, a partir da aplicação de CoLaboRI, são expostos, interpretados e discutidos. Estes dados contribuem para o adensamento do quadro cognitivo local de cada comunidade e orientam para o processo de planejamento territorial. O experimento CoLaboRI é interpretado de acordo com o referencial teórico e metodológico da pesquisa e os pressupostos indicados no mesmo, destacando assim, as contribuições, limitações e o esquema geral para orientar futuras pesquisas.

4.1 PRODUTOS DE CoLaboRI NAS COMUNIDADES

Este subitem, apresenta os resultados e discussões das análises dos produtos coletados da aplicação de CoLaboRI nas comunidades de Santa Rita e Celeste.

Logo, apresenta-se a análise do mapa comunitário. Os desenhos das comunidades, realizados com caneta e giz de cera sob papel tipo kraft foram digitalizados. Devido à base escura do papel e ao baixo contraste entre os traços desenhados, algumas modificações foram realizadas para aumentar a nitidez e, conseqüentemente, melhorar a visualização, preservando ao máximo o traçado original.

A partir da transcrição do áudio dos diálogos em grupo, da exaustiva leitura flutuante e da codificação do material, foram identificadas as unidades de contexto (relatos significantes); unidades de registros e frequências das aparições (subtemas e frequência); e eixos temáticos. Ressalta-se, neste momento, para análise do conteúdo, utilizou-se como referência as dimensões da sustentabilidade (política, social, econômica, territorial e ambiental) definidas por Magnaghi (2011). Justifica-se esta escolha tendo em vista o entendimento da sustentabilidade como as relações virtuosas entre natureza e cultura (MAGNAGHI, 2011). Logo, na investigação multidimensional, no contexto das comunidades do PERD, as dimensões da sustentabilidade foram reinterpretadas. Ou seja, a relação natureza e cultura foram sistematizadas a partir da análise e descrição das relações da comunidade com o território em que vivem, bem como da relação com o Parque Estadual do Rio Doce, sejam elas relações virtuosas ou não.

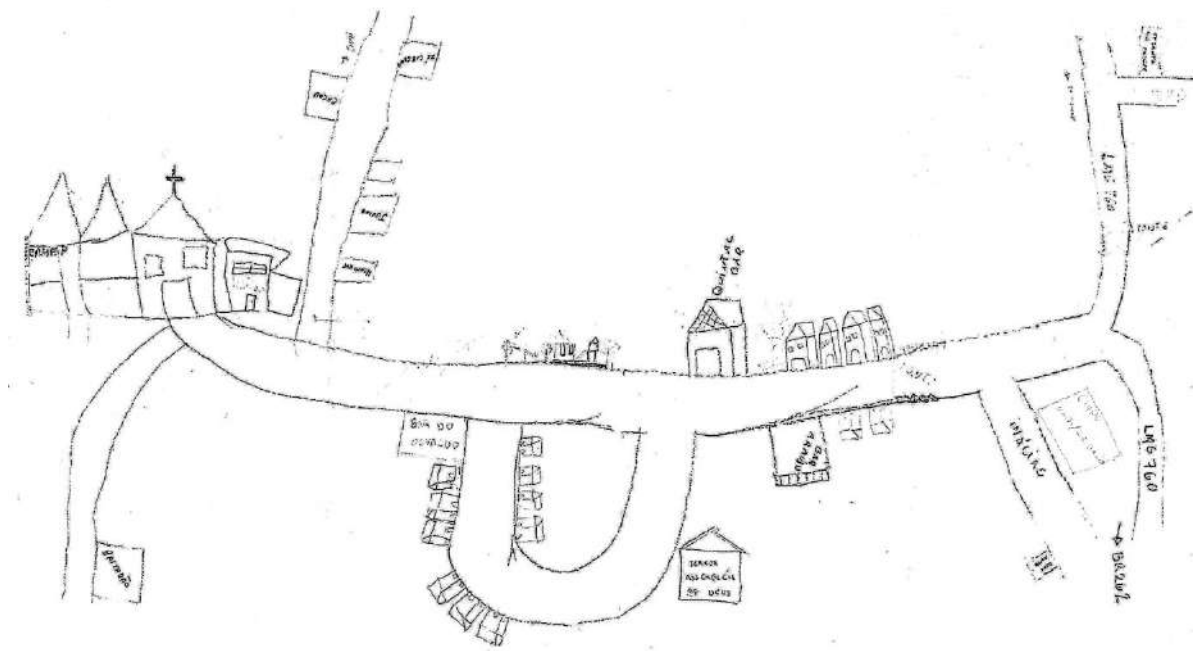
4.1.1 ColaboRI em Santa Rita: quadro cognitivo

Neste item, apresenta-se a análise dos produtos de CoLaboRI (mapeamento comunitário e diálogo em grupo) em Santa Rita.

4.1.1.1 Mapa Comunitário – Santa Rita

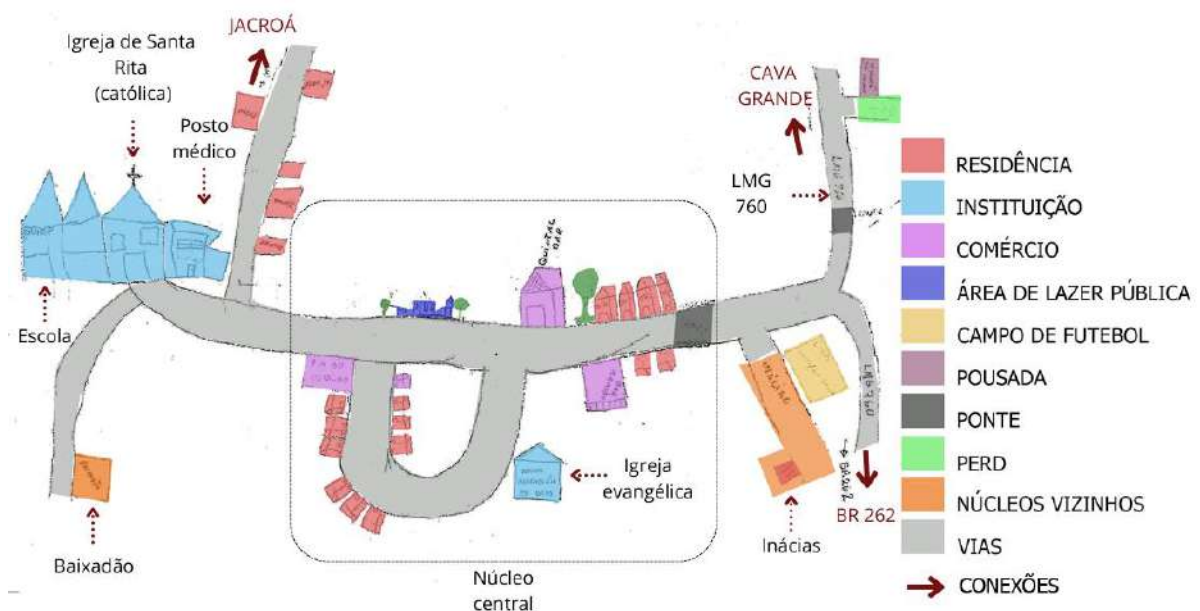
O mapa realizado pela comunidade foi digitalizado em preto em branco para dar contraste e nitidez aos desenhos, possibilitando uma melhor leitura do produto (Figura 13). A análise do mapa, que inclui a identificação, nomeação e agrupamento dos elementos para a interpretação do território, é apresentada conforme a figura 14.

Figura 13 - Mapa comunitário de Santa Rita



Fonte: produzido pela comunidade de Santa Rita e adaptado pela autora

Figura 14 - Análise do mapa comunitário de Santa Rita



Fonte: produzido pela comunidade de Santa Rita adaptado pela autora

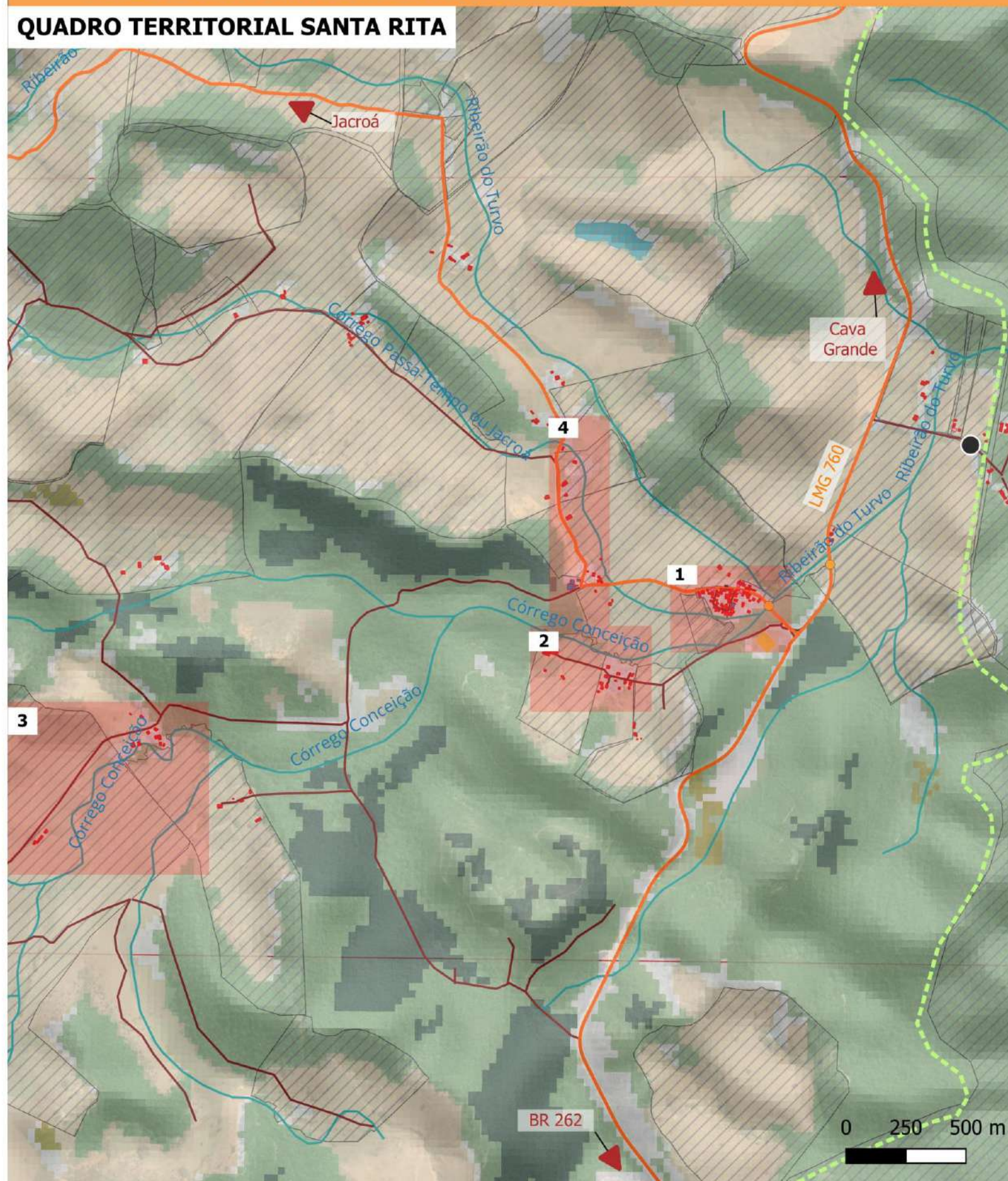
Indica-se os primeiros sedimentos que foram representados pelos participantes: a igreja católica (Igreja de Santa Rita); a escola (Escola Municipal Marciano Felisberto Pinto); o posto médico; e as ruas estradas do núcleo central de Santa Rita. Além de tais objetos, foram desenhados também no mapa pelos moradores: pontes; igreja evangélica (Igreja Assembleia de Deus); campo de futebol; área de lazer pública; comércio (bares); núcleos vizinhos (Inácias e Baixadão); entrada principal do Parque Estadual do Rio Doce – PERD; rodovia estadual LMG – 760; conexões (sentido zona rural Jacroá, distrito Cava Grande e rodovia BR-262); pousada; vegetações pontuais; e residências. Em específico sobre as residências, conforme o desenho foi representado construções do núcleo central, este último denominado pela própria pesquisadora, bem como residências com indicações dos nomes de pessoas reconhecidas pela comunidade, tanto ao norte do núcleo central (denominada pela pesquisadora como “núcleo propriedades rurais”), quanto no núcleo Inácias.

Logo, o mapa aponta a importância, sobretudo, dos sedimentos materiais de Santa Rita para a comunidade, que caracterizam a paisagem local. As conexões e núcleos apresentados indicam a multiescalaridade do território em questão. Embora a precisão geográfica espacial não tenha sido objetivo do mapa, é possível observar correspondências na orientação geográfica das localidades indicadas.

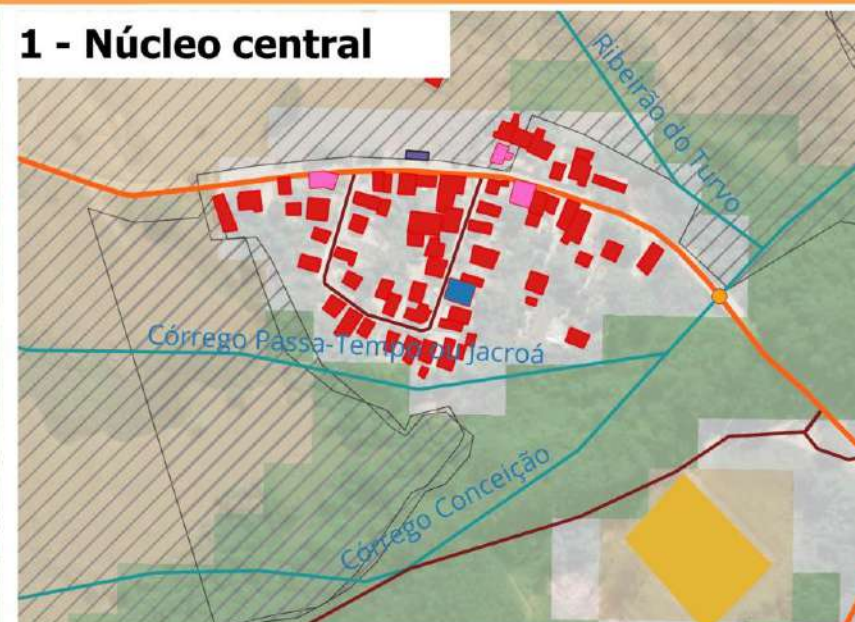
O mapa a seguir (Mapa 1) contextualiza Santa Rita no quadro territorial. Nele são indicados os usos das edificações levantados em campo e a partir das informações do mapeamento comunitário. Além disso, para melhor leitura do território, inclui-se geodados oficiais, como o uso da terra e os imóveis rurais.



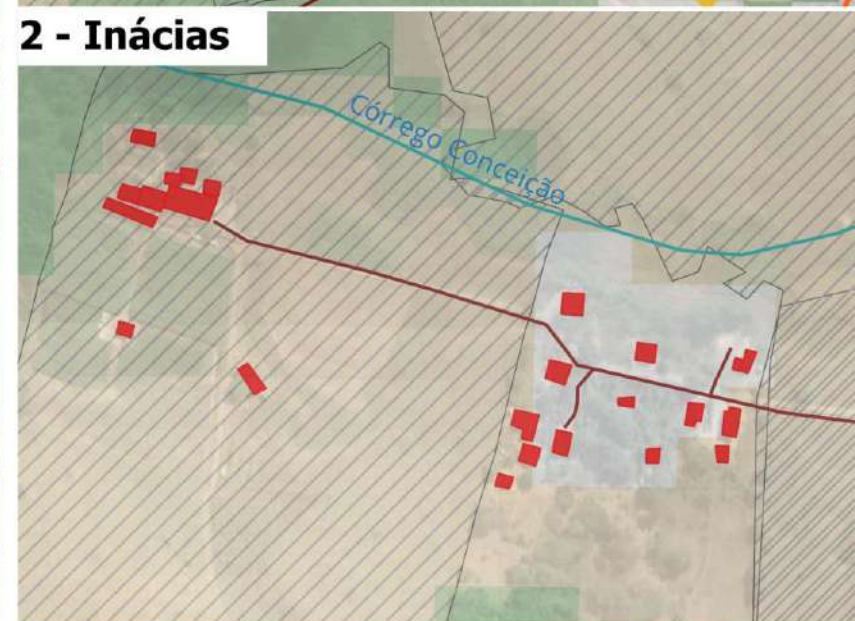
QUADRO TERRITORIAL SANTA RITA



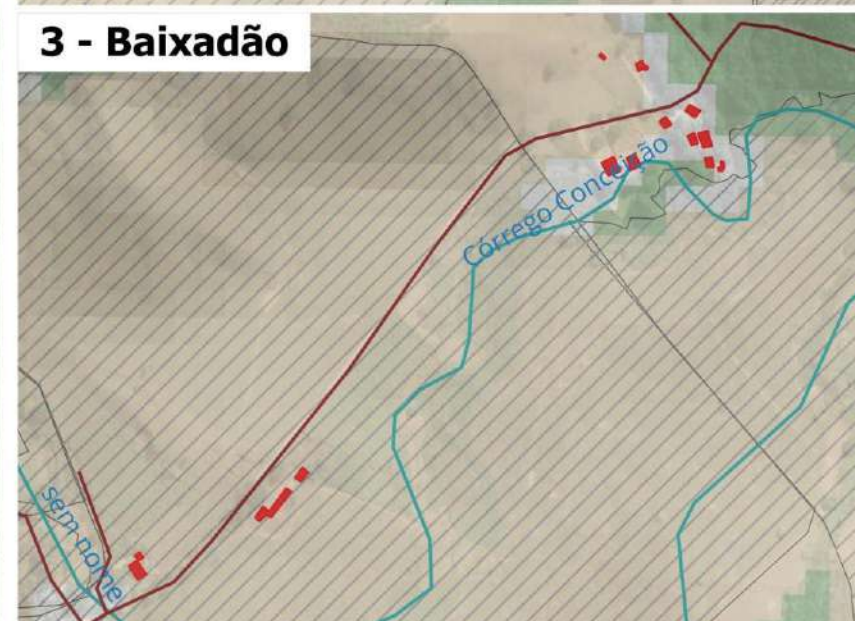
1 - Núcleo central



2 - Inácias



3 - Baixadão



4 - Núcleo props. rurais



- | | | | | | | |
|-------------|-----------------------|--------------|------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|----------|
| Residência | Área de lazer pública | Ponte | Malha rodoviária MG (IDE - Sisema) | Massas d'água (IDE - Sisema) | Formação Campestre (Mapbiomas, 2021) | Conexões |
| Instituição | Campo de futebol | Entrada PERD | Limite PERD (IDE - Sisema) | Formação Florestal (Mapbiomas, 2021) | Pastagem (Mapbiomas, 2021) | |
| Comércio | Pousada | Vias | Curso'dagua (IDE- Sisema) | Sivilcultura (Mapbiomas, 2021) | Área imóvel rural (SICAR) | |

4.1.1.2 Multidimensionalidade local – Santa Rita

A análise das narrativas dos participantes permitiu a identificação de temáticas significativas para a reflexão das multidimensionalidades presentes na comunidade. O conteúdo foi organizado em quatro eixos temáticos, são eles: a) Dimensão territorial; b) Dimensão econômica; c) Dimensão sociopolítica; d) Dimensão ambiental. Cada eixo temático, embora interconectados, abrange temas e subtemas específicos. No quadro - 5 apresenta-se a síntese e a correlação geral entre eixos temáticos, temas e subtemas analisados.

Quadro 5 - Quadro geral resultado da análise de conteúdo (Santa Rita)

EIXO TEMÁTICO	TEMA	SUBTEMA
Dimensão territorial	Memória da organização do espaço físico	Construção da Igreja Católica
		Ocupação do território e sistema construtivo
	Articulação física e identitária	Conexão com o núcleo Inácias
		Conexão com o município de Timóteo
	Infraestrutura física	Mudanças e melhorias efetuadas
		Problemas persistentes
Dimensão econômica	Atividade agrícola	Memória do trabalho rural
		Produção local e projetos anteriores
	Atividade terciária	Exemplo de renda local
		Oferta de comércio
		Oferta de emprego
Dimensão sociopolítica	Participação local e relação com sistemas decisórios exógenos	Reuniões com o PERD/IEF
		Associação de bairro
		Desconfianças com instituições locais
		Insatisfações com decisões do PERD/IEF
	Integração entre atores locais	Eventos locais
		União local
	Relatos pessoais e desigualdade social	Necessidades básicas
		Acesso aos serviços de saúde

Dimensão ambiental	Memória coletiva e reconhecimento	Tragédias no Parque
		Valorização do Parque pela comunidade
	Lógica de exclusão e medidas de proibição	Isolamento do PERD/IEF com a comunidade
		Aborrecimento pessoal com PERD/IEF
		Consequências do crime ambiental - rompimento da Barragem de Fundão em Mariana -MG
	Acessos aos serviços do Parque	Uso do Parque
		Crítica aos serviços e infraestruturas do Parque

Fonte: elaboração autora

Os temas e subtemas são mais bem detalhados ao longo do texto. Ressalta-se, as Unidades de Registro (UR) de cada categoria se referem aos subtemas. A frequência (f) desses subtemas foi contabilizada a partir das unidades de contexto, ou seja, dos trechos significativos presentes na fala dos participantes. Para garantir o anonimato, os participantes foram identificados por códigos.

a) Dimensão territorial – Santa Rita

No primeiro eixo temático, “Dimensão territorial”, agrupa-se as narrativas acerca da ocupação física, organização e articulação territorial. Para tanto, este eixo está dividido em três temas: “Memória da organização do espaço físico”; “Articulação física e identitária”; e “Infraestrutura física” (Quadro 6).

O tema “Memória local da organização do espaço físico”, em específico, agrupa relatos sobre a construção da Igreja Católica, ocupação do território e o sistema construtivo adotado. Em seguida, no tema “Articulação física e identitária”, estão presentes relatos acerca da conexão da comunidade com o núcleo Inácias, bem como a conexão com o município de Timóteo. Por último, nesse eixo, o tema “Infraestrutura física” associa relatos sobre as mudanças e melhorias realizadas no território e os problemas persistentes.

A partir dos relatos presentes no tema “Memória da organização do espaço físico” e nos subtemas relacionados, é possível sintetizar as seguintes informações:

- Construção da Igreja Católica: Segundo a moradora (IS8), uma das participantes mais antigas do grupo, com 63 anos, os seus avós contaram que a Igreja foi construída a partir da doação de um terreno por uma pessoa chamada Marciano. A construção, segundo ela, foi realizada com a ajuda dos próprios moradores de Santa Rita. Além disso, outra

participante afirmou que já escutou a história em que houve também um mutirão de mulheres para a edificação do edifício. Ressalta-se que, mediante a discussão, é possível inferir que a Igreja possui cerca de 60 anos desde a sua construção.

- Ocupação do território e sistema construtivo: também segundo a moradora (IS8), as suas lembranças de infância indicam um território constituído por pasto, alguns terrenos ao norte (em relação ao núcleo central de Santa Rita) e três casas. Além disso, não existia estrada no lugar. Ademais, conforme os participantes, as primeiras casas e a Igreja foram construídas pelos próprios moradores. Os materiais e as técnicas utilizadas foram o “pau a pique”³⁷ para as paredes e o “sapé”³⁸ para a cobertura. Além disso, os lotes eram medidos por meio do bambu. Devido a este fato, a comunidade de Santa Rita é popularmente conhecida como “Sapé”.

O tema “Articulação física e identitária” é compreendido por:

- Conexão com o núcleo Inácias: Inácias é um núcleo localizada ao sudoeste do núcleo central de Santa Rita, com aproximadamente 1,1km de distância. A relação entre Santa Rita e Inácias é descrita durante o diálogo como “uma comunidade só” (IS5).
- Conexão com o município de Timóteo: os participantes, de modo geral, enfatizaram a relação com o município de Timóteo, ao invés do centro do município de Marliéria, ao qual Santa Rita pertence. Uma das participantes justificou esta relação devida à facilidade de acesso, visto a estrada MG-760, que liga a comunidade à Timóteo, ser asfaltada. Porém, outra pessoa apontou ser essa conexão anterior ao asfalto, por causa do maior acesso aos serviços e da variedade de opções de consumo existentes em Timóteo. É válido ressaltar, o município de Timóteo representa uma das mais importantes centralidades da região, sendo a terceira mais populosa dentre as quatro principais cidades que conformam a Região Metropolitana do Vale do Aço³⁹.

O tema “Infraestrutura física” informa:

³⁷ Significado: “Parede feita de ripas ou varas entrelaçadas e revestidas por barro; taipa, taipa de mão, taipa de sopapo, taipa de sebe”. Fonte: DICIO (Dicionário Online de Português). Pau a Pique. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pau-a-pique/>. Acesso em: 13 mar. 2024

³⁸ Significado: “Aspecto comuns a plantas da família das gramíneas, das quais são retirados caules secos para cobrir casas; denominação comum a várias plantas gramináceas”. Fonte: DICIO (Dicionário Online de Português). Sapé. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sape/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

³⁹ Ver em: UNILESTE (Centro Universitário Católica do Leste de Minas Gerais). **Região Metropolitana do Vale do Aço - diagnóstico final. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI)**, 2014. v.1. Disponível em: http://web.archive.org/web/20160303184721/http://www.unilestemg.br/pddi/arq/doc/documentos-oficiais/2014/PDDI_DIAGNOSTICO_VOL1.pdf.. Acesso em: 28 fev. 2024

- Mudanças e melhorias efetuadas: os relatos indicam o crescimento da comunidade e os avanços em relação à infraestrutura. Por exemplo, cita-se a melhoria do calçamento e das casas, assim como a disponibilidade de energia elétrica.
- Problemas persistentes: apesar dos avanços, os moradores relataram: a inadequada rede de esgoto, necessitando, por exemplo, de fossa séptica; a dificuldade ao acesso da água, principalmente em períodos de calor e seca; e a insuficiência da disponibilidade do transporte público.

Quadro 6 - Quadro geral da dimensão territorial (Santa Rita)

TEMA	SUBTEMA	f	Exemplo de relato
Memória da organização do espaço físico	Construção da Igreja Católica	3	“(…) minha avó contava que aqui (…) o Marciano né, que era dono do terreno doou o lugar para construir a igreja, e aí juntaram a comunidade para construir cada um do seu jeito, carregando água no balde, outros carregando areia e tudo, e construiu a igreja.” (IS8)
	Ocupação do território e sistema construtivo	4	“(…) e aí foi construindo a casa de pau a pique, nem de tijolo era, e tampada com sapé, de onde ficou o nome sapé.” (IS8)
Articulação física e identitária	Conexão com o núcleo Inácias	1	“(…) a gente junta com a deles lá e participa lá, eles também vem e participa aqui, junto aqui, que é uma comunidade só.” (IS5)
	Conexão com o município de Timóteo	3	“Porque como tem asfalto até Timóteo, fica muito mais fácil do que você subir esse morro pra Marliéria.” (IS6)
Infraestrutura física	Mudanças e melhorias efetuadas	5	“Eu acho que cresceu bastante aqui. Muito, muito, muito mesmo né. Pra mim né, na minha opinião cresceu muito.” (IS1)
	Problemas persistentes	8	“Isso aqui precisa de uma fossa séptica (…) é uma pouca vergonha (…) isso aí, essa rede cair dentro do córrego, sabe?!” (IS2)

Fonte: elaboração da autora

b) Dimensão econômica – Santa Rita

No eixo temático, “Dimensão econômica” foram agrupadas as narrativas acerca das atividades produtivas locais, iniciativas e os interesses locais em relação a estas atividades. Dessa forma, organizou-se este eixo em dois temas: “Atividade agrícola” e “Atividade terciária”. De maneira geral, o primeiro reúne relatos sobre memórias do trabalho rural, produção local e projetos anteriores; e o segundo corresponde às narrativas sobre a renda

local, oferta de comércio e de emprego (Quadro 7). Em específico, descreve-se os subtemas presentes no tema “Atividade agrícola” da seguinte forma:

- Memória do trabalho rural: com base nos relatos dos participantes mais antigos, é possível observar que muitos iniciaram suas atividades no campo, ainda criança e em jornadas extensas, enquanto força de trabalho e mão de obra para outros fazendeiros. As plantações citadas eram de milho, feijão, arroz e cana. Já o sistema para consumo próprio correspondia à “meia”, ou seja, o resultado da produção era dividido entre o dono do terreno e trabalhador.
- Produção local atual e projetos anteriores: quando indagados sobre o cultivo agrícola doméstico, os participantes relataram que em Santa Rita existe muita produção de verduras do tipo folha, tomate, banana, limão, ovos, mandioca etc. Entretanto, citaram a dificuldade no cultivo de produtos como alho, cebola e batata, necessitando da compra em mercados. Apesar das colheitas serem limitadas aos quintais particulares, parece existir uma troca colaborativa entre os participantes. No entanto, é válido ressaltar também, o cultivo doméstico não é realidade para todos; destaca-se nesse sentido a fala de uma das participantes: “eu queria ter um lugar pra mim plantar (...) eu queria ter um lugar pra ter uma horta bem grande (...) é pequenininho o meu quintal aqui, o resto é de fazendeiro, é divisa sabe?!” (IS1). Ademais, em diversos momentos os participantes citaram a iniciativa fomentada por uma empresa privada para um projeto de quintais produtivos. O projeto consiste no estímulo da renda local através da venda de produtos agrícolas cultivados em uma horta comunitária. Observou-se o interesse local neste projeto, embora o mesmo ainda não tenha sido efetivado. Os participantes relataram apenas algumas reuniões.

Em relação ao tema “Atividade terciária”, reconhece-se os subtemas:

- Exemplo de renda local: o tradicional evento da Romaria Ecológica⁴⁰ foi citado, por uma das participantes, como uma atividade que gera renda local. Além disso, outra pessoa citou que durante a festividade oferece alimentos e bebidas na rua.
- Oferta de comércio: os participantes citaram a dificuldade para encontrar e comprar produtos no local como carne, pão e café. Além disso, apontaram o custo alto desses itens nas proximidades.

⁴⁰ A Romaria Ecológica Nossa Senhora da Saúde é um evento anual que celebra a criação do Parque Estadual do Rio Doce. Durante esse evento, realiza-se uma cavalgada cujo percurso abrange os municípios do entorno, como Marliéria, Timóteo e Dionísio, chegando até o Parque Estadual do Rio Doce. Além da cavalgada, o evento inclui a celebração de uma missa no interior da unidade. Fonte: PMT (Prefeitura Municipal de Timóteo). **Romaria Ecológica do Parque Estadual do Rio Doce em julho**. Disponível em: <https://www.timoteo.mg.gov.br/noticias/10344/nfse.aspx>. Acesso em: 10 dezembro de 2023.

- Oferta de emprego: neste subtema, relatou-se o interesse na empregabilidade da comunidade dentro do Parque reconhecido pelos moradores de Santa Rita como importante fonte de trabalho. Além disso, os habitantes citaram a falta de oportunidade local de bons empregos e a desvalorização dos serviços de uma maneira geral.

Quadro 7 - Quadro geral da dimensão econômica (Santa Rita)

TEMA	SUBTEMA	f	Exemplo de relato
Atividade agrícola	Memória do trabalho rural	5	“(…) você falou aí sobre a agricultura. Aqui, antigamente quase todo mundo plantava, aonde que dava serviço pros de menor trabalhar. Eu comecei trabalhar, eu não tinha nove anos ainda de idade. Nós trabalhava no meio dos adultos, pegava serviço sete horas da manhã, largava às quatro da tarde. E não era só eu, era as criança todas aqui, a maioria nós ia de manhã com os adulto e voltava a tarde (...) plantava milho, plantava feijão (...) (IS8)
	Produção local e projetos anteriores	9	“é, a dificuldade que a gente tem (...) é alho, cebola, batata. Essas coisas a gente não consegue produzir no quintal da casa da gente né, mas as outras coisas todas (...), aqui tem muita produção. Então (...) a gente tem muito aqui.” (IS6)
Atividade terciária	Exemplo de renda local	2	“a renda do lugar (SOBRE A ROMARIA)” (IS9)
	Oferta de comércio	3	“(…) precisa comprar remédio, comprar uma carne, um pão. Nós não temos isso aqui não.” (IS1)
	Oferta de emprego	6	“(…) exatamente isso, se a gente não falar, se isso não chegar até onde precisa isso não muda né?! Não muda né?! Ai os meninos vão embora, não ficam aqui, não fica próximo da gente né?! Vai buscar outras coisas. Podiam estar aqui perto, trabalhando em um bom emprego, perto da gente, construindo aqui junto né?!” (IS6)

Fonte: elaboração autora

c) Dimensão sociopolítica – Santa Rita

O eixo temático “Dimensão Sociopolítica” consiste na reinterpretação das noções de sustentabilidade política e social de Magnaghi (2011), assim como na integração desses aspectos. Neste sentido, constituem esse eixo as narrativas acerca da participação local, relações e conflitos políticos, bem como os níveis de integração entre os atores e as desigualdades sociais. Para tanto, subdivide-o nos seguintes temas: “Participação local e

relação com sistemas decisórios exógenos”; “Integração entre atores locais”; “Relatos pessoais e desigualdade social” (Quadro 8).

Do tema “Participação local e relação com sistemas decisórios exógenos” depreende-se os subtemas:

- Reuniões com o PERD/IEF: um dos participantes afirmou que o Parque nunca fez reunião na comunidade. Outra pessoa disse que esteve recentemente em uma apresentação aberta para as comunidades, realizada dentro do Parque, sobre o projeto de concessão dos serviços de visitação do Parque⁴¹.
- Associação de bairro: quando questionados sobre a associação de bairro, por uma das próprias participantes, relataram que esta organização existiu, mas atualmente está desativada. Durante os diálogos, observou-se o interesse em restabelecer a entidade para auxiliar nas resoluções das demandas locais conforme evidenciado por falas como: “(...) eu acho que isso faz muita falta na comunidade (...) (IS1)”; “a associação tem mais força para representar a comunidade (...) (IS6)”; “eu acho que precisa do futuro aqui é essa associação. Eu acho que esse é um ponto importante, levantar a associação (IS6)”.
- Desconfiança com as instituições locais: observa-se a dúvida dos participantes quanto ao repasse de verbas públicas. Embora não se possa afirmar a realidade desses fatos na pesquisa, a desconfiança demonstra a necessidade de maior comunicação e transparência dos governos sobre o orçamento público, bem como e sobretudo, da participação das comunidades nos processos de planejamento e decisão sobre as políticas públicas e seus recursos, tendo em vista o Orçamento Participativo⁴² como instrumento fundamental de gestão democrática.

⁴¹ O Parque Estadual do Rio Doce - PERD integra o Programa de Concessão em Parques Estaduais de Minas Gerais, lançado em 2019. O processo de concessão dos serviços de visitação do PERD se tornou pública em 2023. Segundo o Instituto Estadual de Florestas - IEF a concessão não implica na transferência da propriedade do Parque, que permanece sob posse do Estado. A concessão diz respeito apenas aos serviços de visitação. O IEF continuará com as atividades de conservação ambiental, pesquisas científicas, educação ambiental, prevenção, combate a incêndios florestais e monitoramento ambiental; assim como realizará a gestão e fiscalização do contrato. Fonte: IEF. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/noticias/3824-governo-de-minas-abre-consulta-publica-sobre-concessao-dos-servicos-de-visitacao-no-parque-estadual-do-rio-doce>. Acesso em: jan. 2024

⁴² O Orçamento Participativo é um instrumento de gestão desenvolvido no Brasil na década de 80, que permite à população participar diretamente na decisão sobre como os recursos públicos serão utilizados para obras e serviços municipais. Foi originado em Porto Alegre em 1989 durante a gestão do Prefeito Olívio Dutra (PT). Além disso, tal instrumento e sua eficácia é reconhecido mundialmente e influenciou a implementação em outros municípios e países. Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Orçamento participativo leva a melhorias na gestão de entes públicos**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/noticias-do-ipea/676-orcamento-participativo-leva-a-melhorias-administrativas-na-gestao-de-recursos-explica-tecnico-do-ipea#:~:text=Ele%20lembra%20que%20o%20or%C3%A7amento,de%20controle%20dos%20recursos%20p%C3%BAblicos>. Acesso em: 28 fev. 2024.

- Insatisfação com decisões do PERD/IEF: insatisfação das decisões realizadas pela administração do Parque em relação à organização da Romaria é relatada. Embora o Parque tenha cumprido com exigências sanitárias previstas legalmente no evento de 2023, uma das participantes acredita que alguns dos requisitos para a participação dos cavaleiros pode impedir a continuidade da festividade. Tais questões indicam a necessidade de um diálogo aberto e acessível entre comunidades e a administração do PERD.

Em seguida, o tema “Integração entre atores locais” agrupa os subtemas “Eventos religiosos” e “união local”.

- Eventos religiosos: observa-se nos relatos a integração entre os habitantes de Santa Rita, bem como, com outros habitantes de locais vizinhos durante as mobilizações e comemorações de eventos religiosos católicos, tais como a Festa do Rosário, Festa da Padroeira e outras atividades do sacramento. De acordo com uma moradora, essas festividades, “engloba todo mundo”, com exceção das pessoas de outras religiões, “(...) cada um do seu jeito, da sua maneira. Todo mundo participa e ajuda” (IS5). Em específico, sobre a Festa do Rosário, os participantes citaram a retomada da atividade que até então estava parada e citam manifestação cultural do congado⁴³.
- União local: quando indagados sobre a união local, uma das moradoras mais antigas relatou que a união no passado era maior. Segundo ela: “(...) a união também era mais do que hoje. Hoje a gente vê falar no estresse, a gente vê falar na ansiedade. Por quê? Porque a união tá passando longe. O calor humano vai acabando” (IS8). Embora a fala remeta a uma forte solidariedade existente no passado da comunidade, revela-se no descontentamento da participante uma crítica mais ampla da sociedade capitalista atual, marcada pela complexidade das mudanças sociais ao longo do tempo, do que a união em si da própria comunidade de Santa Rita. Em outro momento da discussão, outra pessoa reconhece a importância da união comunitária, em um sentido de força política e representação local, esta principalmente por meio dos moradores mais antigos.

Por último, inserido na dimensão sociopolítica, indica-se do tema “Relatos pessoais e desigualdade social” os subtemas relacionados às necessidades básicas e o acesso aos serviços de saúde:

⁴³ O congado ou congada é uma manifestação cultural e religiosa afro-brasileira. A festa homenageia santos católicos como São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. Atualmente é comemorada em diferentes estados nacionais, com variações de dança e instrumentos adotados. Mais informações em: BRASILEIRO, Jeremias. **Congadas em Minas Gerais**. Fundação Cultural Palmares. Brasília, 2001.

- Necessidades básicas: agrupa relatos pessoais do passado acerca das condições de alimentação inadequada, ausência de vestuário adequado e precariedade nas condições de habitação.
- Acesso aos serviços de saúde: consiste em narrativas pessoais do passado sobre a realização de partos em casa ao invés do hospital, bem como a não realização de pré-natal. Tais falas revelam o acesso limitado a serviços de saúde, ausência de estruturas hospitalares e acompanhamento de especialistas em saúde. Além disso, participantes citaram que antigamente tinham que levar crianças para vacinar em outros municípios.

Quadro 8 - Quadro geral da dimensão sociopolítica (Santa Rita)

TEMA	SUBTEMA	f	Exemplo de relatos
Participação local e relação com sistemas decisórios exógenos	Reuniões com o PERD/IEF	2	“O Parque nunca fez reunião aqui na comunidade.” (IS1)
	Associação de bairro	7	“Aqui precisa estar levantando de novo a associação pra poder estar trabalhando junto com a comunidade.” (IS9)
	Desconfianças com instituições locais	4	“(…) agora sobre o dinheiro a gente fica duvidoso.” (IS2)
	Insatisfações com decisões do PERD/IEF	3	“(…) eu acredito a continuar com as exigências feitas ela (Romaria) não vai voltar.” (IS6)
Integração entre atores locais	Eventos religiosos	4	“(…) Sim, envolve quase né. Tirando as pessoas que são da outra religião, engloba todo mundo. Cada um do seu jeito, da sua maneira. Todo mundo participa e ajuda. Tem essa união sim.” (IS5)
	União local	4	“(…) vocês que são mais antigos aqui tem essa referência da cultura, eu acho (...) que representam a comunidade (...)” (IS6)
Relatos pessoais e desigualdade social	Necessidades básicas	2	“(…) pessoas não tinham uma alimentação adequada, pessoas não tinham roupa para vestir, pessoas não tinham cobertura para cobrir. E um não podia ajudar o outro, ninguém tinha. A ‘peleja’ era mais” (IS8)
	Acesso aos serviços de saúde	2	“(…) Em casa... não tinha negócio de hospital. Minha avó era parteira e não tinha negócio de ir pro hospital, fazer pré-natal (...)” (IS8)

Fonte: elaboração autora

d) Dimensão ambiental – Santa Rita

Tendo em vista a compreensão do Parque Estadual do Rio Doce - PERD enquanto uma infraestrutura ambiental, no eixo “Dimensão ambiental”, reconhece-se, principalmente,

narrativas sobre a relação da comunidade de Santa Rita com a Unidade de Conservação do PERD. Nesta perspectiva, o eixo é subdividido em temas como: “Memória coletiva e reconhecimento”, “Lógica de exclusão e medidas de proibição” e “Acessos aos serviços do Parque” (Quadro 9).

O primeiro tema, “Memória coletiva e reconhecimento”, reúne relatos referentes aos subtemas “Tragédias no Parque” e “Valorização do Parque pela comunidade”. Desenvolve-se e descreve-se tais subtemas da seguinte forma:

- Tragédias no Parque⁴⁴: os participantes contam as histórias e relembram memórias sobre o incêndio (em 1967) e sobre o naufrágio ocorrido dentro do PERD (em 1959). Segundo relatos, no dia do incêndio, pessoas da comunidade foram obrigadas a ajudar no combate ao fogo por uma pessoa influente localmente e, em consequência, muitos morreram no acidente. Segundo as histórias, o naufrágio ocorreu no dia da comemoração da missa tradicional realizada no Parque; um número maior de pessoas do que o suportado entrou na canoa, levando-a a virar. Neste acidente, morreram pessoas.
- Valorização do Parque pela comunidade: durante a dinâmica, apenas duas pessoas comentaram diretamente e enfaticamente sobre PERD a partir de uma perspectiva positiva, e dos seus recursos naturais. Uma das participantes comentou: “acho que é um lugar único, é maravilhoso, é lindo (IS6)”.

Posteriormente, no tema “Lógicas de exclusão e medidas de proibição”, é concebido os subtemas acerca do “Isolamento do PERD com a comunidade”, do “Aborrecimento pessoal com o PERD” e da “Consequências do crime ambiental – rompimento da barragem de Fundão em Mariana –MG” este último, embora não seja correspondente direto da relação com o Parque é importante para compreender o impacto ambiental na comunidade.

- Isolamento do PERD com a comunidade: observou-se no diálogo, diversas falas sobre o afastamento entre comunidade e PERD, tais como “o Parque fica assim isolado né? (IS10)”;
- “(…) é vizinho, mas não olha nada pra aqui (IS4)”. Além disso, embora uma das participantes tenha afirmado a recente ocorrência de uma movimentação maior de eventos culturais dentro do Parque, ela mencionou que ainda falta uma maior aproximação no sentido de levar a comunidade para a Unidade de Conservação.
- Aborrecimento pessoal com o PERD: foram relatados acontecimentos de ordem mais pessoal relacionados ao Parque, tais como a morte de um parente na lagoa localizada

⁴⁴ Mais informações ver em: SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. **O Parque e estrada**: conservação e desenvolvimento na história do Parque Estadual do Rio Doce (1944 -1993). Tese de doutoramento em história, UFMG, 2015, Belo Horizonte.

dentro da reserva florestal e o pouco auxílio, segundo a participante, da própria instituição. Além disso, a não empregabilidade de um parente pelo PERD foi narrada por outra moradora, que segundo ela a pessoa era qualificada para exercer o cargo.

- Consequências do crime ambiental – rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG: ressalta-se a atividade de pesca, considerada como lazer para a comunidade, atualmente proibida devido ao rompimento da barragem em Mariana que contaminou a bacia do Rio Doce, em 2015⁴⁵.

Por fim, o tema “Acessos aos serviços do Parque” é subdividido nos seguintes subtemas:

- Uso do Parque: quando perguntados sobre a visitação ao Parque, somente algumas pessoas responderam. As respostas foram as seguintes: algumas visitam de vez em quando para fazer churrasco; outra pessoa mencionou que acampou lá só uma vez; outra afirmou que frequenta o local regularmente e sempre leva alguém de fora para visitar; e outra participante disse que não gosta “nem de passear no Parque” (IS8).
- Crítica aos serviços e infraestrutura do Parque: houve críticas mais diretas aos serviços oferecidos pela instituição, como a qualidade da infraestrutura atual e o valor alto para acampar, mesmo para a população do entorno.

Quadro 9 - Quadro geral da dimensão ambiental (Santa Rita)

TEMA	SUBTEMA	f	Exemplo de relatos
Memória coletiva e reconhecimento	Tragédias no Parque	7	“(…) essa canoa, já não foi no dia do fogo não. Foi uma missa que teve lá, de comemoração, e aí a canoa virou.” (IS8)
	Valorização do Parque pela comunidade	2	“Acho que é um lugar único, é maravilhoso, é lindo” (IS6)
Lógica de exclusão e medidas de proibição	Isolamento do PERD/IEF com a comunidade	7	“O Parque fica assim isolado né?” (IS10)
	Aborrecimento pessoal com PERD/IEF	2	“(…) eu não tive apoio deles horas nenhuma” (IS8)
	Consequências do crime ambiental -	3	“(…) estava existindo muita pesca. Todo mundo aqui, a maioria aqui gosta de pescar. Igual falei

⁴⁵ Em 05 de novembro de 2015, houve o rompimento da Barragem do Fundão, da mineradora Samarco, controlada pelas empresas Vale e BHP Billiton, em Mariana-MG. Considerado o maior crime ambiental do país, com a liberação de 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério no curso do Rio Doce até o mar, provocou a morte de 19 pessoas e um aborto, deixou 350 famílias sem casa, e atingiu mais de um milhão de pessoas em 46 municípios de Minas Gerais e Espírito Santo. Fonte: Partido dos Trabalhadores (PT). Crime ambiental em Mariana completa 8 anos sem justiça aos atingidos. Disponível em: <https://pt.org.br/crime-ambiental-de-mariana-completa-8-anos-sem-justica-aos-atingidos/>. Acesso em: 6 jan 2024

	rompimento da Barragem de Fundão em Mariana -MG		com você, lavava roupa no córrego não lava mais; tomar banho não pode mais, e a pesca nossa aqui foi proibida (...) por causa da (...) barragem que teve em Fundão(...), Mariana (...) ai foi proibindo a nossa pesca (...)” (IS1)
Acessos aos serviços do Parque	Uso do Parque	4	“Eu sempre vou lá sabe, (...) a gente sempre vai. Todas as pessoas que vem nos visitar a gente leva lá.” (IS6)
	Crítica aos serviços e infraestruturas do Parque	4	“(…) Compensa não. Não tem nada pra oferecer” (IS4)

Fonte: elaboração autora

De maneira geral, em relação ao maior quantitativo e à frequência, são observadas falas voltadas para as questões da infraestrutura física territorial, em específico, relativas às mudanças efetuadas e, principalmente, críticas aos problemas persistentes. Em relação à atividade agrícola, enfatiza-se as memórias do trabalho rural, bem como relatos sobre a produção local e projetos. Para além, revela-se o quantitativo de narrativas sobre a oferta de emprego local; discussões sobre a associação de bairro; memórias sobre as tragédias ocorridas no Parque; e relatos sobre o isolamento Parque com a comunidade.

4.1.2 CoLaboRI em Celeste: quadro cognitivo

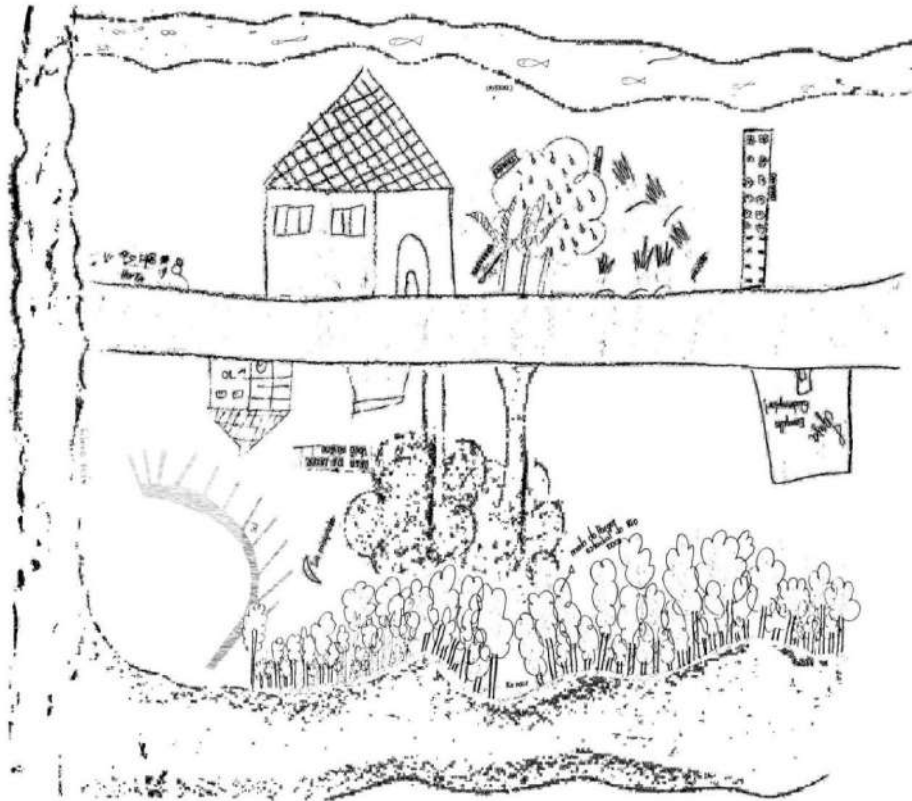
A seguir é apresentada a análise dos produtos de CoLaboRI (mapeamento comunitário e diálogo em grupo) em Celeste.

4.1.2.1 Mapa Comunitário – Celeste

O produto do mapeamento comunitário foi digitalizado e adaptado⁴⁶ pela pesquisadora a fim de obter maior nitidez dos elementos desenhados pela comunidade do Celeste. A figura 15 exhibe o resultado do mapa digitalizado. O resultado da análise do mapa, para a leitura do território, com a indicação, nomeação e agrupamentos dos elementos é exposto na figura 16.

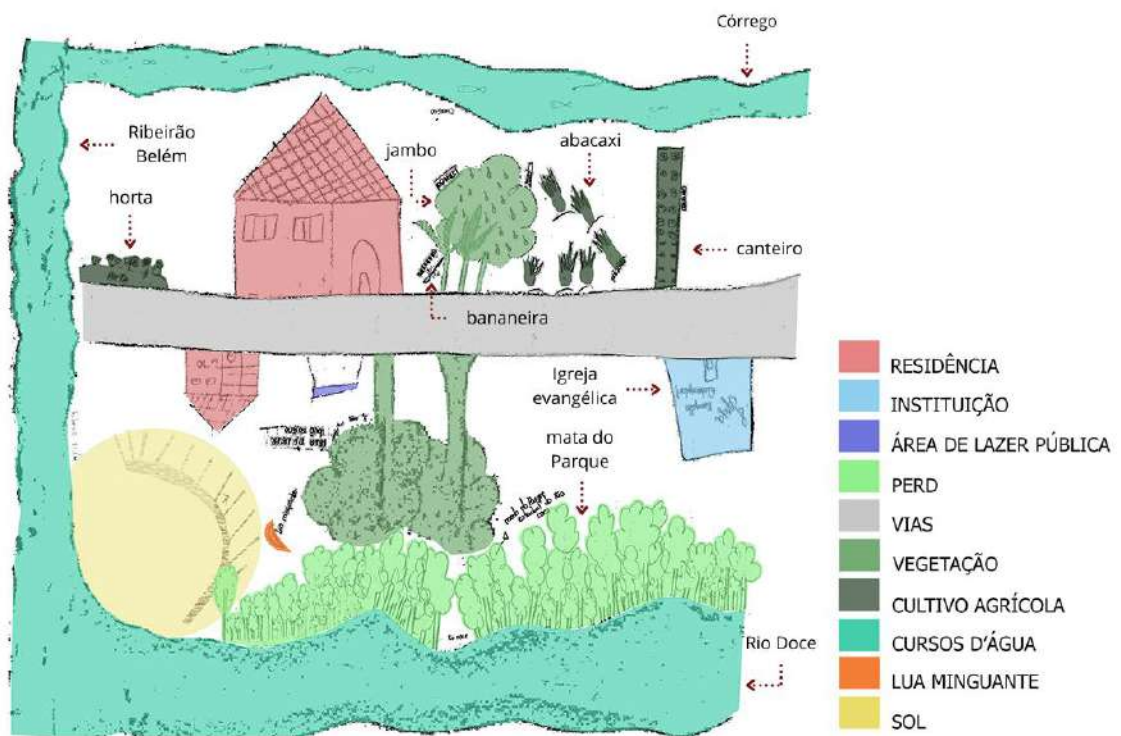
⁴⁶ Em específico no mapa comunitário de Celeste, devida a qualidade da digitalização o elemento “sol” foi redesenhado digitalmente pela pesquisadora, mantendo o formato original, para melhor visualização.

Figura 15 - Mapa comunitário de Celeste



Fonte: produzido pela comunidade do Celeste e adaptado pela autora

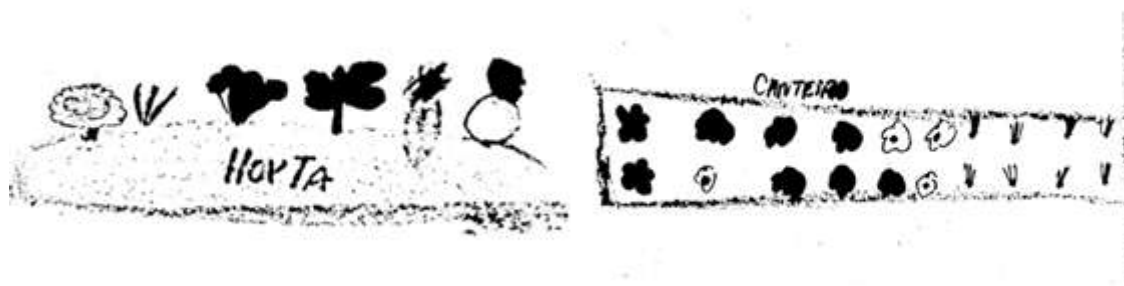
Figura 16 - Análise do mapa comunitário de Celeste



Fonte: produzido pela comunidade do Celeste e adaptado pela autora

A partir das figuras acima, ressalta-se a via e a igreja evangélica como os primeiros elementos desenhados, respectivamente, pelos participantes. Destacam-se, também, no desenho, as residências de moradores reconhecidos pela coletividade, assim como os cursos d'água próximos e a área do Parque Estadual do Rio Doce – PERD, esta última, indicada pelos próprios moradores como “mata”. É válido destacar, também, a riqueza dos desenhos detalhados no mapa (Figura 15 e 17) os quais, embora não possam ser observados minuciosamente, devido à qualidade da digitalização, representam as verduras cultivadas na horta e no canteiro (alface, couve, cenoura e etc.); as frutas (banana, jambo e abacaxi); os peixes no córrego; e a poluição e os dejetos da lama da barragem, depositados no Rio Doce. Para além, importante enfatizar os elementos como o sol e a lua minguante, esta última, descrita pelos participantes, como influência fundamental no cultivo e práticas agrícolas.

Figura 17 - Exemplo de detalhes do mapa



Fonte: produzido pela comunidade do Celeste e adaptado pela autora

Logo, observou-se durante o mapeamento um maior empenho da comunidade no desenho dos detalhes dos elementos considerados importantes; mesmo o desenho não refletindo precisamente a exatidão geográfica do lugar.

A multiescalaridade física e identitária é inferida a partir do mapa, uma vez que os moradores relataram que Celeste está simultaneamente em dois municípios, uma parte em Timóteo e outra em Marliéria. Eles desenharam no mapa apenas o núcleo em que habitam, correspondente a área localizada em Timóteo. Ou seja, existe uma identificação, delimitada em uma escala menor, desse núcleo. Em contrapartida, a partir da indicação da área do Parque e do Rio Doce, nota-se a percepção em uma escala maior do próprio território.

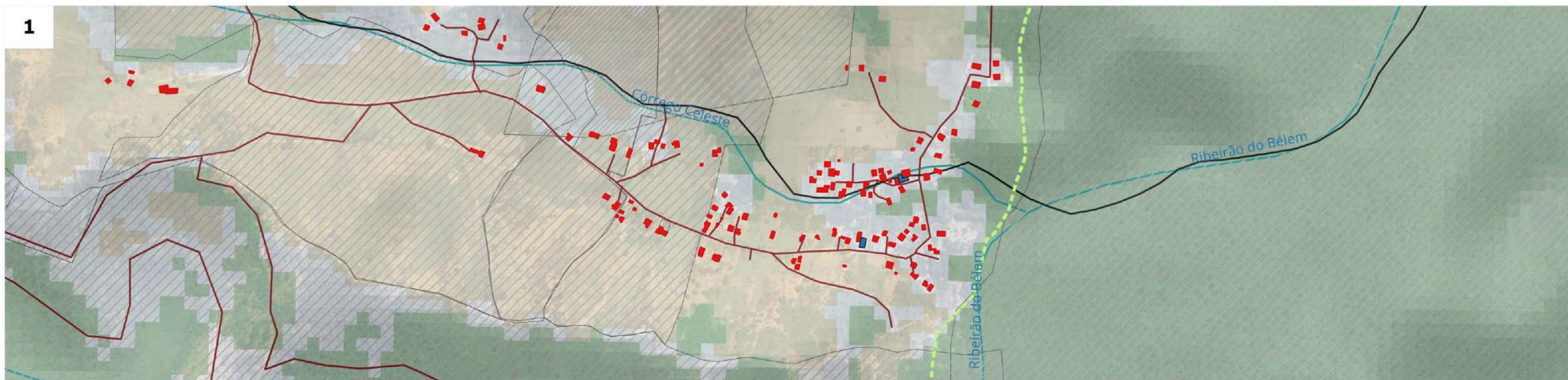
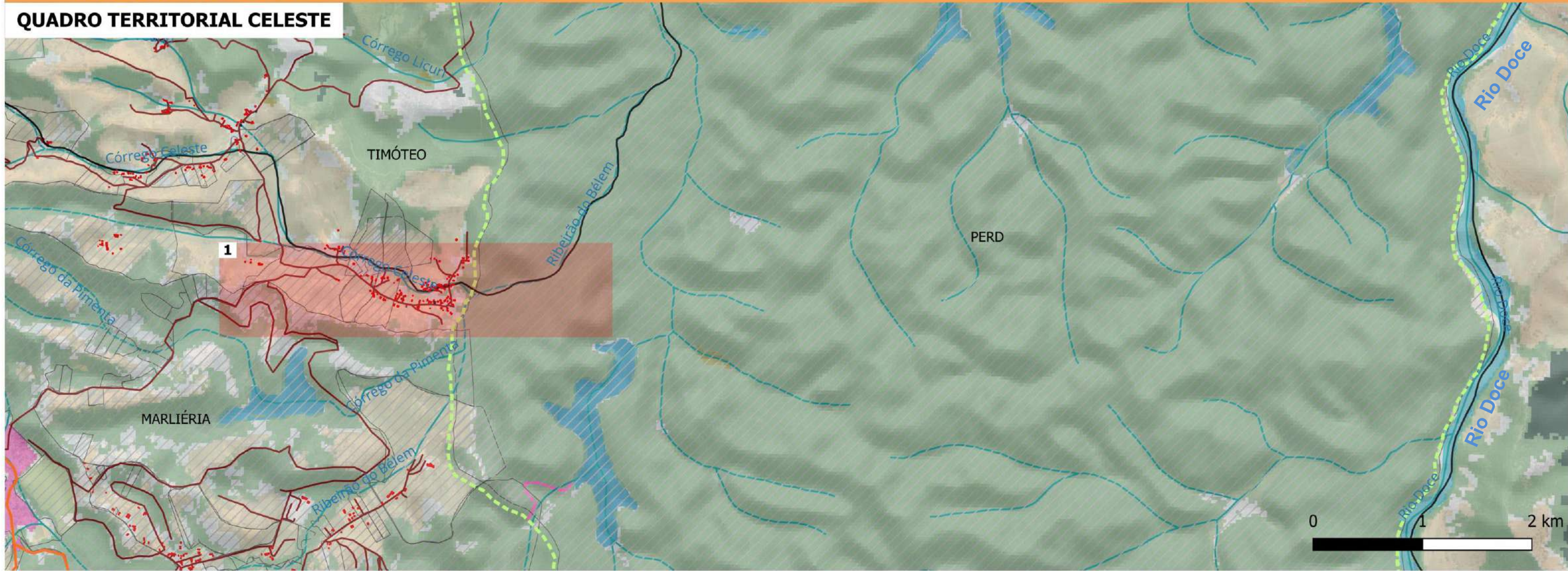
Por último, de maneira geral, as indicações revelam, sobretudo, a importância dos sedimentos cognitivos percebidos pela comunidade do Celeste, em Timóteo, como os saberes contextuais, ambientais e produtivos vinculados ao trabalho agrícola. Tais sedimentos influenciam a percepção dos sedimentos materiais e a representação da paisagem territorial,

no referente ao neocossistema ambiental compreendido nesse contexto, como sistemas físicos naturais – cursos d'água, PERD, vegetação - e ao uso da terra para cultivo agrícola.

No mapa subsequente (Mapa 2), Celeste é situada dentro do contexto territorial. Nele é incluída a divisa entre a área do Parque e o Rio Doce, conforme o mapa comunitário. Além disso, são apresentando a os diversos usos das edificações, identificados durante o levantamento de campo e através das informações coletadas no mapeamento. Ressalta-se, algumas informações locais foram ocultadas para preservar o anonimato dos habitantes da comunidade. Ademais, para uma análise mais abrangente do território, foram incorporados dados geoespaciais oficiais, como o uso do solo e a delimitação dos imóveis rurais.



QUADRO TERRITORIAL CELESTE



- | | | | | |
|---|---|--|---|--|
| ■ Residência | — Vias | ■ Massas d'água (IDE-Sisema) | ■ Formação Campestre (Mapbiomas, 2021) | Área imóvel rural (SICAR) |
| ■ Instituição | — Malha rodoviária (IDE - Sisema) | ■ Formação Florestal (Mapbiomas, 2021) | ■ Pastagem (Mapbiomas, 2021) | Limites municipais |
| ■ Comércio | - - - Limite PERD | ■ Sivilcultura (Mapbiomas, 2021) | ■ Área urbanizada (Mapbiomas, 2021) | |
| — Trilhas | — Curso d'água (IDE-Sisema) | | | |

4.1.2.2 Multidimensionalidade local - Celeste

Neste item, apresenta-se o resultado da análise de conteúdo. Como realizado na investigação do contexto multidimensional de Santa Rita, as narrativas dos participantes realizadas durante o diálogo em grupo foram transcritas e analisadas. O conteúdo das informações foi organizado em quatro eixos temáticos: a) Dimensão territorial; b) Dimensão econômica; c) Dimensão sociopolítica; d) Dimensão ambiental. O quadro - 10, a seguir, apresenta o resultado geral em Celeste:

Quadro 10 - Quadro geral resultado da análise de conteúdo (Celeste)

EIXO TEMÁTICO	TEMA	SUBTEMA
Dimensão territorial	Memória da organização do espaço físico	Construção da Igreja evangélica
		Ocupação do território e sistema construtivo
	Articulação física e identitária	Limites e conexões entre os municípios de Timóteo e Marliéria
		Conexão com o núcleo Licuri
	Infraestrutura física	Mudanças e melhorias efetuadas
		Problemas persistentes
Expansão e urbanização		
Dimensão econômica	Atividade agrícola e agricultura familiar	Memória do trabalho rural
		Perspectiva geracional
		Associação
Dimensão sociopolítica	Participação local e relação com sistemas decisórios exógenos	Reuniões com o PERD/IEF e com outras instituições
		Insatisfações com decisões das instituições locais
	Integração entre atores locais	Eventos locais e religiosidade
		União local
	Relatos pessoais e reflexão sobre a história da comunidade	Necessidades básicas
		Questão quilombola
Dimensão ambiental	Lógica de exclusão e medidas de proibição	Consequências do crime ambiental - rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG
		Vigilância

	Reconhecimento e acessos aos serviços do Parque	Consciência local
		A “mata” do Parque
		Uso do Parque

Fonte: elaboração autora

Os assuntos principais e suas subdivisões são examinados em maior detalhe ao longo desse item. Ressalta-se, na análise, as Unidades de Registro (UR) estão associadas aos subtemas e às unidades de contexto (UC) com os trechos relevantes extraídos do diálogo. Logo, a frequência (f) de aparição da UR no texto foi baseada na UC. Além disso, os nomes dos participantes também foram codificados para garantir o anonimato.

a) Dimensão territorial - Celeste

Os temas “Memória da organização do espaço físico”, “Articulação física e identitária” e “Infraestrutura física” são agrupados no eixo correspondente à “Dimensão territorial” (Quadro 11). A partir do primeiro tema, os relatos sobre as construções e ocupações do território são sintetizados da seguinte maneira:

- Construção da Igreja evangélica: a partir das falas; “a referência daqui é a igreja (...)” (IC3); e “(...) o ponto final é a igreja” (IC1), entende-se a localização da igreja evangélica como referência geográfica da comunidade. Também segundo os participantes, o edifício foi construído aproximadamente há 20 anos, a partir da doação de um terreno.
- Ocupação do território e sistema construtivo: um participante, de 59 anos, lembrou quando chegou ao local, segundo ele existiam cinco casas e uma “pinguela”⁴⁷. Outra moradora, de 58 anos, afirmou que grande parte do local era “baixada”. Além disso, relataram que antigamente todas as casas eram de barro.

Em seguida, o tema “Articulação física e identitária” é compreendido pelos subtemas:

- Limite e conexão entre os municípios de Timóteo e Marliéria: os participantes relataram que o bairro Celeste é dividido administrativamente em dois municípios: uma parte do território pertence à Timóteo e outra à Marliéria. Destaca-se, os participantes da atividade da pesquisa são residentes do território Celeste localizado em Timóteo. Nesse contexto, eles afirmaram utilizarem os serviços de educação tanto em Timóteo quanto em Marliéria. Além disso, quando necessitam de poucos produtos comerciais, utilizam os mercados menores localizado em Cava Grande (distrito pertencente ao município de Marliéria), mas,

⁴⁷ Compreende que o termo refere-se à ponte improvisada feita de tábuas de madeira.

quando precisam realizar compras maiores, frequentam supermercados localizados em Timóteo.

- Conexão com o núcleo Licuri: Licuri está localizado no município de Timóteo, a noroeste da comunidade de Celeste, totalizando aproximadamente 3km de distância. Quando indagados sobre a relação Licuri e Celeste, os participantes afirmaram que é “tudo interligado” (IC1).

Por último, no tema “Infraestrutura física”, estão sintetizadas as seguintes questões referentes às/aos:

- Mudanças e melhorias efetuadas: segundo os moradores, a comunidade mudou muito; eles mencionaram que antigamente não havia eletricidade e que a energia elétrica surgiu apenas há cerca de 35 anos. Além disso, citaram o recente surgimento das estradas e das linhas de ônibus: “Surgiu ônibus não tem muitos anos também não” (IC4). Ademais, uma participante comemora o atual acesso ao telefone que, embora seja um meio de comunicação, necessita da disponibilidade de estruturas físicas. Compreende-se assim, que as mudanças referentes à acessibilidade e infraestruturas físicas são de certa forma, atuais na comunidade.
- Problemas persistentes: apesar dos avanços e acessibilidades, os moradores citaram problemas persistentes, tais como: a poluição da água; a má qualidade das estradas que em tempo de chuva resulta em lama; e a insuficiência da disponibilidade do transporte público. Sobre este último, segundo uma moradora “(...) os horários de ônibus não atendem os trabalhadores, muito difícil” (IC1).
- Expansão e urbanização: durante o diálogo, foi relatado o crescimento da comunidade, o processo de compra e venda de lotes, e a construção de sítios para aluguel. Embora visto de forma positiva pela comunidade, em relação à expansão como valorização local, é importante avaliar possíveis impactos ao longo prazo deste processo, que pode ocasionar especulação imobiliária e o deslocamento das populações locais. Para além, quando perguntados sobre o que não gostariam para comunidade, uma participante diz que não gostaria que construísse rodovia nas proximidades do Celeste. Segundo ela a infraestrutura pode “acabar com o Celeste (...) Celeste não vai ser a mesma mais. A gente não vai ter o sossego e a liberdade que a gente tem hoje” (IC1).

Quadro 11 - Quadro geral da dimensão territorial (Celeste)

TEMA	SUBTEMA	f	Exemplo de relatos
Memória da organização espaço físico	Construção da Igreja evangélica	5	“(…) era da família, a família vendeu pro pai dela na época e o pai dela doou isso aqui pra fazer a igreja” (IC4)
	Ocupação do território e sistema construtivo	3	“(…) antigamente essas casas que nós temos hoje nós não tinha não, era casa de barro, era tudo (...) de barro.” (IC2)
Articulação física e identitária	Limites e conexão entre os municípios de Timóteo e Marliéria	4	“(…) nós somos dois municípios. Um bairrozinho pequeno que é dois municípios.” (IC4)
	Conexão com o núcleo Licuri	1	“(…) tudo interligado” (IC1)
Infraestrutura física	Mudanças e melhorias efetuadas	9	“Era roça, mas roça mesmo. Escuridão” (IC4)
	Problemas persistentes	4	“Falta estrada e condução, mais ônibus e estrada boa (...). Nós estamos com um problema aqui com a estrada em tempo de chuva... porque a estrada é muito ruim, dá muito barro (...)” (IC4)
	Expansão e urbanização	5	“muita gente vendeu aqui lote” (IC2)

Fonte: elaboração autora

b) Dimensão econômica - Celeste

Neste eixo temático, é identificado e sintetizado apenas o tema “Atividade agrícola e agricultura familiar” (Quadro 12), este composto pelos seguintes subtemas:

- Memória do trabalho rural: reconhece-se, em um primeiro momento, o trabalho e a atividade rural pertinente à subsistência. Segundo os participantes, antigamente, criavam porcos e galinhas para se alimentarem; plantavam folhosos como couve, alface, cebolinha e salsinha, bem como produziam arroz no quintal e café. Ademais, contaram que pescavam peixe na lagoa e ribeirão próximos, assim como colhiam palmito; “tudo pra viver, pra ajudar a viver” (IC4). Também são reconhecidas pelos integrantes, memórias relativas à dificuldade no trabalho, sob o sol quente, para realizarem atividades agrícolas como, por exemplo, engenho de moer cana. Para além, lembraram um antigo fazendeiro local que fornecia comida da colheita em troca do serviço. Por último, também citaram a atividade de venda dos produtos agrícolas, época em que precisavam percorrer longas distâncias a pé e “com balaio na cabeça” (IC4), para Cava Grande e o Centro de Timóteo.

- Perspectiva geracional: quando questionados sobre a relação da nova geração e o trabalho rural, afirmaram não haver jovens realizando a atividade, e que muitos estão indo embora do local. Os participantes mencionaram que as pessoas mais novas não querem “mexer com a terra” (IC4); “menino novo (...) que ir pra indústria” (IC3).
- Associação: os participantes afirmaram que, na década de 1980, surgiu a associação dos agricultores, entretanto, segundo uma moradora, a entidade não progrediu e nunca cresceu. Atualmente, participam de uma nova associação surgida há cinco anos junto a qual se reúnem produtores rurais do município de Timóteo, totalizando aproximadamente 60 famílias. De acordo com os integrantes, são realizadas reuniões mensais entre os associados. Além disso, citaram exemplos de produção local como quitandas, biscoito, pão, bolo, tempero, assim como, plantação de cenoura, beterraba, repolho, brócolis, couve flor, abobrinha, moranga. Destaca-se, em vários momentos do diálogo foram repetidas as falas sobre a força da associação como sustento, renda local e forma de expansão do trabalho. O crescimento da produção local ocorreu a partir de aprendizados por meio de cursos, vivências, práticas e ajuda institucional pública e privada. Dessa forma, se comparado ao trabalho rural realizado antes da associação, segundo os participantes, houve uma melhora muito importante e significativa relativa à valorização do serviço, oportunidade de emprego e uma maior profissionalização no campo, bem como uma melhoria na condição socioeconômica da população local.

Quadro 12 - Quadro geral da dimensão econômica (Celeste)

TEMA	SUBTEMA	f	Exemplo de relatos
Atividade agrícola e agricultura familiar	Memória do trabalho rural	12	“(…) Nós colhia o arroz no quintal no fundo aqui, era arrozal, meu pai plantava arroz (...), pois é a gente colhia aqueles cachos de arroz e punha na beirada do fogão... não existia fogão a gás não, era fogão a lenha (...) ai punha arroz no canto do fogão pra secar. No outro dia a gente ia pro pilão (...) ai socava o arroz, e o arroz ficava aquela canjiquinha. Fazia, ficava praticamente aquela papa. Mas a gente era feliz (...) punhava café, (...) colhia o café, esperava secar, socava o pilão, punha na panela. Diz que é torrar café. pra mim era queimar o café... que o café ficava pretinho (...) pra pilar, fazer o pó de café” (IC4)
	Perspectiva geracional	5	“(…) não quer mexer com a terra não uai” (IC4)

	Associação	23	“Hoje graças a Deus né (...) que nós estamos trabalhando aqui na associação, vendendo as coisas (...) hoje todos têm carro, têm uma casa. (...) uma casa como se diz, não é de grandes coisas, mas é confortável né. Todos têm moto, quem não tem carro tem moto (...). Eu, por exemplo, posso te falar eu vivo bem, eu vivo confortável. Porque hoje se eu quiser qualquer coisa, que eu queira comer ou queira comprar, eu vou lá e tenho condições de comprar. Então eu agradeço primeiro a Deus e depois a associação” (IC2)
--	------------	----	--

Fonte: elaboração autora

c) Dimensão sociopolítica - Celeste

No eixo temático Dimensão Sociopolítica, em um processo semelhante de síntese realizado para Santa Rita, os aspectos sociais e políticos são integrados. Identifica-se, portanto, enquanto constituidores de tal eixo, os temas “Participação local e relação com sistemas decisórios exógenos”, “Integração entre atores locais” e “Relatos pessoais e reflexão sobre a história da comunidade”. (Quadro 13). No tema: “Participação local e relação com sistemas decisórios exógenos” são agrupados assuntos relativos às/à:

- Reuniões com o PERD/IEF e com outras instituições: os participantes foram questionados se haviam participado de reuniões com a instituição gestora do PERD, sobre os processos de revisão do Plano de Manejo, e do projeto de concessão do Parque para fins turísticos. Eles afirmaram não terem conhecimento de tais acontecimentos. No entanto, outro integrante afirmou ter participado, no passado, de reuniões do PERD junto à comunidade. Além disso, em outro momento uma participante desabafou sobre reuniões com instituições, sobretudo envolvendo a empresa de mineração Samarco responsável pelo crime ambiental de 2015, que atingiu o Rio Doce. A moradora afirma: “Você vai em reunião, é um blá bla blá (...) as vezes a gente estava ocupado a gente ia em reunião...” e “muitas vezes (...) a gente não é ouvido” (IC4). Para além, a moradora acrescentou uma reflexão sobre o próprio processo participativo da pesquisa que constitui esta dissertação, “por que às vezes, muitos não estão aqui? Porque não dá, não deu pra vir. Mas porque muita gente não vem... porque deve pensar ‘mais uma reunião’, você tá entendendo?! E nunca conserta nada. (IC4)”. É evidente, portanto, um descontentamento em relação aos processos decisórios atuais nos quais, de maneira geral, são realizadas reuniões, em processos muitas vezes denominados participativos, mas a partir dos quais a realidade concreta não é modificada. Em muitos casos, inclusive, essa falta de mudança é até mesmo

desejável, já que as decisões e poderes institucionais podem ter ideologias controversas, contrapondo aos desejos locais, e fomentando tomadas de decisões de forma unilateral, de cima para baixo.

- Insatisfação com decisões das instituições locais: foram relatadas questões gerais sobre as consequências da divisão do Celeste em dois municípios. Observa-se insatisfações sobre as limitações dos serviços públicos municipais, necessitando, segundo os próprios moradores, de melhorias de atendimento à saúde e assistência, principalmente provenientes do poder público de Timóteo. Além disso, reclamaram sobre a discrepância entre valores das taxas de energia para as diferentes áreas municipais que integram Celeste.

Continuadamente, é incorporado ao tema “Integração entre atores locais” os subtemas “Eventos locais e religiosidade” e “União local”:

- Eventos locais e religiosidade: a partir das narrativas, destaca-se, no passado da comunidade, uma tradição de eventos católicos nos quais costumavam participar. Foram citadas a festa de Nossa Senhora da Aparecida, do dia 12 de outubro, e celebrações marcadas pelo congado/marujada. Segundo uma participante “(...) minha mãe que mexia com o congado, o negócio de rainha do congado, e dançava marujada” (IC4). Ressalta-se, atualmente, segundo os moradores, em Celeste (Marliéria e Timóteo) estão localizadas três igrejas: uma igreja católica e duas igrejas evangélicas (Quadrangular e Assembleia de Deus). Os participantes afirmaram que congregam na igreja evangélica. Neste contexto, observou-se uma relação intrínseca entre o trabalho agrícola dos moradores de Celeste (em Timóteo) e a religiosidade, esta última, conforme comentários, influenciou significativamente o estilo de vida local. Segundo o morador: “(...) Não tem como entrar na cabeça da pessoa pra fazer bagunça. Todo mundo já sai da igreja naquele sentido de trabalhar” (IC3). Para além, citaram as festividades da igreja evangélica como aniversário, festa da primavera, confraternização ao final do ano, e dia dos pastores.
- União local: os moradores da comunidade de Celeste, a partir das conversas, são familiares, incluindo aqueles que residem no território localizado em Marliéria. Além disso, afirmaram existir um significativo diálogo, solidariedade e união entre os habitantes: “Se acontece uma coisa na casa de um...um adoece...um vai pro hospital...todo mundo começa a ligar, ‘como é que tá fulano?’. Aí, tudo prestativo” (IC4). Entretanto, surge da conversa uma reflexão importante sobre as mudanças da atualidade e a diferenciação das classes sociais baseado no poder aquisitivo econômico. De acordo com os habitantes, antes as pessoas eram felizes e se consideravam iguais, mas hoje em dia é diferente, pois podem

surgir frustrações quando alguém tem melhores condições financeiras do que outra pessoa: “(...) todo mundo era igual, se a minha casa era de barro, a dela era e assim sucessivamente” (IC2). Essa percepção da mudança ao longo do tempo não se limita apenas à Celeste ou algum outro lugar específico, mas reflete uma característica estrutural da sociedade como um todo, baseado em um modelo economicista e capitalista.

Por fim, neste eixo discorre-se sobre o tema “Relatos pessoais e reflexão sobre a história da comunidade” ao agrupar os subtemas “Necessidades básicas” e “Questão quilombola” a partir de critérios lógicos para a síntese do conteúdo.

- Necessidades básicas: foram citadas as dificuldades enfrentadas no passado. Muitas vezes as pessoas não tinham condições para comprar carne para alimentação. A maioria não possuía televisão e dependiam de rádio. Além disso, não havia serviço funerário e nem veículos para a realização de enterros; eles costumavam carregar o caixão nas costas e atravessar o município de Timóteo a pé.
- Questão quilombola: a questão quilombola⁴⁸, em relação à identificação da comunidade do Celeste como remanescente de quilombo, foi um assunto surgido antes do segundo encontro, no próprio mapeamento. Durante o diálogo em grupo, retomou-se tal temática, e neste contexto, os participantes citaram não saberem como surgiu a comunidade do Celeste e que, em sua maioria, os antigos não contavam sobre o passado. Além disso, complementaram que já houve consultas e estudos sobre o assunto, anos atrás, por instituições locais, mas ressaltaram que na época houve dificuldades, pois os moradores mais velhos não quiseram dialogar. Interpreta-se a falta de informação sobre ser comunidade quilombola. Tal situação pode ser discutida, uma vez que o termo quilombola foi resgatado em 1988, enquanto grupo étnico detentor de direitos territoriais, e somente a partir de 2003 que se efetivou uma política pública⁴⁹. Apesar dos avanços políticos sobre os direitos quilombolas, compreende-se ainda haver muito a necessidade de ampliar esse debate para torná-lo mais acessível, principalmente frente às comunidades cujas histórias

⁴⁸ Segundo o “Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003”, artigo 2º: “Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.”

⁴⁹ O Artigo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) de 1988, diz: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”. Além disso, o artigo 216 da Constituição Federal de 1988, que define o patrimônio cultural brasileiro, no parágrafo 5º, institui “Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”. Em 2003, foi assinado, pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), o Decreto 4887/03, que “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos (...)”.

são associadas aos quilombos. Embora tenham existido anteriormente tais impasses, uma moradora acredita que resgatar esse passado pode ser importante para eles, num momento em que os quilombolas estão sendo vistos e reconhecidos. Porém desabafam: “a gente não sabe (...) como é esse processo. De onde que a gente vai começar a pesquisar, buscar pra gente saber” (IC2).

Quadro 13 - Quadro geral da dimensão sociopolítica (Celeste)

TEMA	SUBTEMA	f	Exemplo de relatos
Participação local e relação com sistemas decisórios exógenos	Reuniões com o PERD/IEF e com outras instituições	3	“(…) Porque muitas vezes essas reuniões (…) a gente não é ouvido.” (IC4)
	Insatisfação com decisões institucionais locais	7	“Nós estamos com um problema aqui que é de luz. Aqui tem um posto (…) aqui eu pago (…) reais aqui. A rural paga menos” (IC3)
Integração entre atores locais	Eventos locais e religiosidade	7	“(…) todo mundo (…) de noite, a partir das sete horas... é igreja (…) pra de noite limpar as verduras, dormir. No outro dia colocar no carro (…) e vai embora. (…) Não tem como entrar na cabeça da pessoa pra fazer bagunça. Todo mundo já sai da igreja naquele sentido de trabalhar” (IC3)
	União local	6	“Família aqui nós todos somos uai... aqui nós somos família (...)” (IC4)
Relatos pessoais e reflexão sobre a história da comunidade	Necessidades básicas	3	“Era muito difícil aqui, porque antigamente a gente não tinha condições pra comprar uma carne (...)” (IC4)
	Questão quilombola	4	“(…) é difícil (...) tem gente que tem preconceito né de falar do quilombola (...) ele ficava bravo que às vezes as pessoas falavam assim (...) ‘que a gente era trazida (...) da África’ (...) muita gente (...) não aceita né. ‘aah, mas eu não fui escravo’, ‘eu não fui isso’, ‘eu não sou dessa descendência’. Mas a mãe do meu pai, eles contaram pra gente que foi ‘pego a laço’ (...) mas nunca falaram com a gente detalhes... nunca conversou” (IC4)

Fonte: elaboração autora

d) Dimensão ambiental - Celeste

Semelhante ao ocorrido para análise em Santa Rita, nessa dimensão, encontram-se relatos, sobretudo, sobre a relação da comunidade com o Parque. Além da relação com a unidade de conservação, incluem-se também questões sobre as consequências do rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG, em 2015 (Quadro 14).

Logo, os subtemas do tema “Lógica de exclusão e medidas de proibição” são descritos da seguinte maneira:

- Consequências do crime ambiental – rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG: os moradores comentaram sobre a água contaminada; segundo eles atualmente não se pode pescar e não se pode extrair água através de poço artesiano: “(...) a água ficou ferrugem, ficou a água amarela... presta não, principalmente pra poço” (IC2).
- Vigilância: citaram também a vigilância da polícia florestal bem como de outras instituições de segurança pública. Um dos participantes revelou que pessoas “dentro do mato” eram presas e que uma vez “passaram um pente fino nas casas”. Embora os comentários dos moradores sejam em sentido positivo de vigilância e segurança pública, e embora sejam ações importantes principalmente na questão ambiental e proteção da natureza, nessa análise associam-se as ações de vigilância como lógicas de exclusão. Isso se justifica, pois, em uma perspectiva analítica, percebeu-se nas falas um excesso de fiscalização que, em determinados contextos mais amplos, podem fomentar estigmatizações das comunidades e aumentar seu isolamento.

Em relação ao tema “Reconhecimento e acessos aos serviços do Parque” são incluídas as questões sobre a/o:

- Consciência local: ressalta-se a fala orgulhosa de uma das moradoras ao dizer que nunca houve incêndio, e nunca colocaram fogo na área do Parque próxima à comunidade.
- A “mata” do Parque: vale ressaltar a observação de que a área delimitada pelo Parque Estadual do Rio Doce é denominada pelos moradores como “mata”.
- Uso do Parque: dos quatro participantes presentes na dinâmica, duas pessoas citaram que costumavam ir ao Parque com frequência para lazer, para nadar na lagoa e acampar; outro participante afirmou que foi ao local apenas uma vez. Destaca-se também que houve comentários sobre eventos e encontros que ocorreram no PERD, entretanto na mesma fala observou-se certa confusão ao relacionar a área do Parque com outra área de preservação ambiental, localizada no município de Timóteo, conhecida como “Oikós”. Tal desentendimento sugere certo desconhecimento sobre a unidade de conservação PERD.

Quadro 14 - Quadro geral da dimensão ambiental (Celeste)

TEMA	SUBTEMA	f	Exemplo de relatos
Lógica de exclusão e medidas de proibição	Consequências do crime ambiental – rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG	4	“a água nossa aqui... o poço acabou” (IC4)
	Vigilância	4	“nos são muito protegidos aqui. Teve uma vez que eles chegaram aqui e passaram um pente fino nas casas” (IC3)
Reconhecimento e acessos aos serviços do Parque	Consciência local	1	“mas graças a deus nunca surgiu um fogo, nunca do nosso lado aqui (...) pessoal coloca fogo aqui não” (IC4)
	A “mata” do Parque	1	“(…) era uma lagoa que tem perto ai, lá dentro da mata” (IC4)
	Uso do Parque	7	“a relação é essa mesmo, a gente vai pra lagoa lá, acampa lá, fica lá, a gente vai final de semana, fica a semana, fica o dia todo.” (IC2)

Fonte: elaboração autora

Por último, em termos quantitativos, do conteúdo destacam-se as narrativas associadas à atividade agrícola e a agricultura familiar, em específico, sobre a memória do trabalho rural e a associação.

4.2 INDICAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIALISTA

A partir dos resultados das análises dos produtos de CoLaboRI (mapa comunitário e multidimensionalidade local), nas comunidades Santa Rita e Celeste localizadas no entorno do Parque Estadual do Rio Doce, neste item são apresentadas as sínteses, conexões e reflexões acerca das dimensões encontradas; semelhanças e especificidades em cada contexto comunitário trabalhado; bem como a identificação de valores, permanências, invariâncias e regras locais, e as implicações em diretrizes estatutárias para o planejamento e intervenção territorialista.

Primeiramente, referente à dimensão territorial é possível identificar semelhanças em relação à organização do espaço físico, cujas memórias dos moradores indicaram um assentamento constituído no passado por poucas casas, estas construídas através de técnicas tradicionais de autoconstrução. Além disso, observam-se as edificações religiosas como sedimentos de referências para a organização espacial. Na comunidade de Santa Rita, em

particular, a Igreja Católica - uma das primeiras edificações locais, construída na década de 1960 - constitui um importante sedimento material permanente na paisagem local.

Em ambos os contextos comunitários, o município de Timóteo apresenta relevância na dinâmica local, principalmente devido à sua centralidade municipal e metropolitana, ao proporcionar maior disponibilidade de serviços e opções de consumo. Cabe destacar também, as multiescalaridades percebidas através dos habitantes de Santa Rita e Celeste. Os participantes de Santa Rita expandiram os limites locais ao integrar, em um sentido físico, o núcleo Baixadão, e também identitário, o núcleo Inácias. Em Celeste, observaram-se complexidades na delimitação, pois os participantes representaram apenas os assentamentos localizados no município de Timóteo, onde residem, ou seja, Celeste localizada no território municipal de Marliéria não foi ilustrada no mapa. Logo, embora os integrantes tenham comentado sobre a conexão e familiaridade entre os moradores dos dois municípios, bem como a conexão com o entorno imediato Licuri, observa-se um vínculo mais forte entre os próprios residentes do Celeste em Timóteo, seja por causa da maior proximidade física e familiar, como também pela própria associação da agricultura local. Tais questões mostram como as limitações administrativas e identitárias podem ser divergentes e/ou convergentes.

Para além, é identificado que, nas duas comunidades, tiveram avanços, considerados relativamente recentes em relação ao acesso a energia e infraestrutura viária, por exemplo. Também em ambas persistem consideráveis problemas de infraestrutura (acesso à água de qualidade, saneamento, transporte público e etc). Neste contexto, são comunidades periféricas ainda excluídas do planejamento formal dos municípios, sendo necessárias assim, ações urgentes de melhorias infraestrutura e estruturais para a qualidade urbana e territorial dessas comunidades.

Vale mencionar ainda que, embora o processo de urbanização e expansão urbana não tenha sido enfatizado quantitativamente nas falas dos participantes, principalmente em Santa Rita onde o assunto sequer foi abordado desta maneira, destaca-se a preocupação técnica da pesquisadora diante deste processo. Isto se deve principalmente, ao fato de serem comunidades periféricas, historicamente excluídas dos processos decisórios, somados aos recentes processos de planejamento no recorte territorial. Cita-se, por exemplo, o projeto de concessão do Parque Estadual do Rio Doce para fins turísticos e a revisão da delimitação da Zona de Amortecimento prevista no novo Plano de Manejo do PERD⁵⁰ (2023). O novo

⁵⁰ Nova poligonal da Zona de Amortecimento do PERD visualizada no IDE-Sisema. Disponível em: <https://idesisema.meioambiente.mg.gov.br/webgis>. Acesso em: 22 fev. 2024.

perímetro exclui as comunidades rurais de Santa Rita e Celeste, anteriormente incluídas na Zona no último Plano de Manejo de 2003. A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000⁵¹, art. 2º inciso XVIII, define a zona de amortecimento como “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”. Além disso, afirma que uma vez definida formalmente, a área não pode ser transformada em zona urbana. Segundo argumentos da instituição, os critérios da revisão da Zona de Amortecimento correspondem à exclusão de núcleos urbanos consolidadas, bem como “áreas de expansão urbana e adensamentos populacionais, com características urbanas ainda que não legalmente instituídas” (IEF, EKOS, 2023, p.91). Ressalta-se que esta pesquisa não se detém especificamente ao assunto, que necessita uma discussão mais aprofundada, mas cabe aqui ressaltar possíveis consequências da falta de diretrizes de planejamento para controle e fiscalização sobre os processos de ocupação dessas áreas, tendo em vista às pressões por expansão urbana na região. Assim, na conjuntura supracitada, a médio ou longo prazo, podem ocorrer processos de especulação imobiliária que provoquem a expulsão forçada das comunidades, impactando o território em aspectos sociais, identitários e ambientais. Dessa forma, indica-se a importância da criação de projetos e políticas intersetoriais, entre instituições municipais e a gestão do PERD, com a participação direta e constante das comunidades locais, para o planejamento territorial local.

Em relação à dimensão econômica, tanto em Santa Rita e Celeste é observado o vínculo histórico com a atividade agrícola, embora se interprete do passado a exploração do trabalho por fazendeiros locais. Em Celeste, por sua vez, é identificada uma vinculação maior entre o estilo de vida e a agricultura, podendo assim considerar tal atividade e os saberes a ela imbricados, como importantes sedimentos cognitivos do local, invariável na longa duração territorial. Além disso, o trabalho agrícola vinculado ao associativismo, desenvolvimento da agricultura familiar e modelo agroecológico é um exemplo prático da relação virtuosa entre natureza e cultura em Celeste. Em outras palavras, é uma sinergia positiva para o desenvolvimento sustentável baseado na valorização do patrimônio e dos recursos locais, e que produzem valor agregado, renda local, dignidade e qualidade de vida social e comunitária. Este modelo de economia e o potencial autoorganizacional, orientam para um caminho em direção a autossustentabilidade defendida por Magnaghi (2011). Além disso, considerando o caso particular em Celeste e a perspectiva geracional, embora seja importante

⁵¹ A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.

a livre escolha dos jovens em relação às oportunidades diversas de trabalho qualificado, evidencia-se a importância de perpetuar o conhecimento do trabalho vinculado à terra e o cuidado local para a conservação futura do patrimônio territorial.

Em Santa Rita, apesar de atualmente tal cooperação e produção local não existirem da mesma maneira que em Celeste, constata-se um interesse muito significativo no desenvolvimento de tal atividade pelos habitantes, o que, somado ao conhecimento cognitivo das práticas agrícolas locais, é potência para a realização de forma coletiva e comunitária.

No eixo de dimensão sociopolítica, há semelhanças acerca da baixa participação das comunidades frente às reuniões com o PERD/IEF e aos sistemas decisórios institucionais. Ainda que a pesquisa tenha se concentrado exclusivamente na perspectiva dos moradores, sem explorar o ponto de vista institucional do PERD/IEF e possíveis iniciativas do órgão, interpreta-se ações unilaterais de cima para baixo. Além do mais, as insatisfações, desconfianças e descontentamentos narrados sobre o poder público, de uma maneira geral, mostra a urgente necessidade de mudanças políticas estruturais, a fim de possibilitar a permanente participação democrática dos habitantes nos processos decisórios nas esferas públicas, tais como em projetos, planejamentos e orçamentos. Neste contexto, o desejo de retomada da associação de bairro em Santa Rita, e o associativismo em Celeste são potencialidades das energias inovativas e das contradições locais, enquanto força, resistência e representação política.

Para além, as tradições históricas locais concernentes aos eventos religiosos e às manifestações culturais, como as congadas, são importantes sedimentos cognitivos e potenciais de articulação comunitária. Entre os segmentos dos participantes envolvidos, em Santa Rita, observa-se uma continuidade no resgate histórico e na valorização de manifestações católicas tradicionais. Em Celeste, atualmente, predominam as práticas religiosas de crença evangélica, e, sobretudo a conexão entre a Igreja evangélica e o trabalho rural-agrícola.

Importa ressaltar ainda, que em ambas as comunidades durante a discussão acerca da união local, os participantes trouxeram reflexões importantes sobre indivíduos cada vez mais estressados, ansiosos e doentes, assim como, fortes diferenciações sociais baseadas em status, poder aquisitivo e potencial de consumo. Interpreta-se que tais considerações não se limitam aos contextos investigados, mas podem ser ampliadas para uma crítica mais ampla às sociedades atuais, que, como mencionado, reflete uma característica estrutural da sociedade como um todo baseada em um modelo capitalista. Isso sugere uma análise mais ampla dos

problemas relacionados aos efeitos das desigualdades econômicas no capitalismo, e suas consequências nas relações sociais.

Além disso, de acordo com os relatos sobre a dificuldade de acessos básicos, evidencia-se que as comunidades são historicamente socialmente excluídas. Dessa forma, são necessários, também, debates e ações políticas para a reparação histórica, no sentido de reconhecer e corrigir tais injustiças, superando, assim, os ciclos de exclusão social. Nesta perspectiva, em uma associação à linguagem territorialista, as comunidades são compostas por atores “frágeis” do sistema que precisam ser empoderados e envolvidos nos processos políticos. Tal reparação histórica atrelada à investigação quilombola no contexto do Celeste é potência para fortalecimento da identidade cultural e dos direitos territoriais da comunidade.

Por último, na dimensão ambiental, destacam-se, primeiramente, as consequências locais do maior crime ambiental do país – o rompimento da barragem que atingiu a bacia Rio Doce em 2015⁵². Ou seja, são comunidades ambientalmente frágeis frente às ações de degradação dos sistemas exógenos e exploratórios, necessitando da justiça ambiental. Somado a tal fato, torna-se mais urgente o debate ambiental da relação das comunidades com o Parque Estadual do Rio Doce para não se fomentar ciclos de exclusão e injustiças ambientais.

Em Santa Rita, por exemplo, percebe-se uma relação com o Parque bastante sensível. Interpreta-se, as vivências e memórias históricas das tragédias ocorridas no Parque, bem como os aborrecimentos específicos e a ausência da comunidade na gestão contribuem para o ressentimento dos habitantes. Embora exista uma proximidade física em relação à área aberta para visitas, o isolamento simbólico é significativo. Em Celeste, por sua vez, nota-se o distanciamento simbólico da instituição, mas, tal processo foi pouco reconhecido pelos próprios participantes. Isso pode ocorrer, pois a comunidade está fisicamente localizada distante da área aberta à visita e da administração institucional. Porém, ao mesmo tempo, identifica-se outras vinculações físicas e simbólicas com a área natural do Parque, ao qual se referem como mata, esta inclusive detém um protagonismo expressivo no mapa comunitário.

De maneira geral, os relatos dos participantes que nunca foram ou foram poucas vezes ao Parque demonstram a importância de políticas mais eficazes de incentivo ao uso e

⁵² Para melhor compreensão do impacto socioeconômico decorrente do rompimento da barragem de Fundão nas comunidades atingidas, localizadas no Alto do Rio Doce, ver em: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Matriz Indenizatória Territorial para os Municípios de Bom Jesus do Galho, Caratinga, Córrego Novo, Dionísio, Marliéria, Pingo d'Água, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Raul Soares, Rio Casca e Timóteo, no Alto Rio Doce**. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2021. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/2022-1/fgv_matriz-indenizatoria-territorial_alto-rio-doce.pdf. Acesso em: 02 abril 2024.

visitação do espaço pelas comunidades do entorno. Dessa forma, é necessário um diálogo aberto e acessível entre comunidades e a administração do PERD, principalmente no contexto atual de revisões de projetos e planos, fomentando o engajamento das comunidades na gestão da infraestrutura do parque e o debate sobre os interesses coletivos identificados, como a festividade da Romaria Ecológica e o desenvolvimento da renda local, a empregabilidade e valorização da mão de obra dos moradores do entorno.

É relevante destacar a indiscutível importância institucional e da gestão pública do Parque Estadual do Rio Doce para a conservação da unidade. Mas, a partir das análises das realidades multidimensionais na perspectiva das comunidades do entorno, enfatiza-se, ao mesmo tempo, a urgência de superar lógicas setoriais excludentes para interromper o ciclo dicotômico natureza e cultura. Baseado na territorialista Poli (2015) observa-se neste contexto local, portanto, de um lado a natureza preservada e do outro, fora da proteção institucional, um entorno “abandonado à própria sorte”. Logo, propõe-se repensar um novo processo virtuoso baseado na valorização do diálogo natureza-cultura e da identificação do Parque Estadual do Rio Doce como bem comum.

Aposta-se, portanto, na transformação da qualidade social, ambiental, urbana e territorial das comunidades; na preservação dos sedimentos cognitivos e materiais, persistentes e permanentes na história local; e na participação ativa das comunidades enquanto principais chaves para a conservação permanente, atual e futura do Parque Estadual do Rio Doce, este considerado importante patrimônio local. São necessários pactos entre setores públicos e habitantes locais para uma gestão ampliada e um planejamento que una o intercâmbio comunitário nas mesas de decisão, compactuando para a união e criação de uma nova comunidade do Parque. Esta, na perspectiva de De La Pierre e Magnaghi, deve ser complexa, multicultural, conflitante para um projeto coletivo do cuidado do território e valorização patrimonial. Dessa forma: “Não se trata de destruir os valores da comunidade existente, mas de contribuir para o crescimento da ‘comunidade possível’” (De La Pierre, 1998, *apud* Magnaghi 2011, p. – tradução nossa).

Por último, tendo em vista a discussão supracitada, como um avanço e desenvolvimento da etapa “estatuto dos lugares”, baseado na representação identitária, identificação de invariâncias e regras presentes nas comunidades de Santa Rita e Celeste, estabelece-se a síntese das diretrizes estatutárias. Em outras palavras, desenvolvem-se as regras de transformação a partir de medidas multidimensionais para o planejamento territorialista. Ressalta-se, as diretrizes de planejamento a seguir não se propõem a ser

exaustivas, mas a indicar apontamentos gerais que possam orientar ações mais específicas posteriores. São elas:

- Valorização e conservação da Igreja de Santa Rita, um sedimento material persistente na história do território, sendo uma das primeiras edificações de Santa Rita, construída aproximadamente na década de 1960, através de um mutirão da própria comunidade;
- Valorização dos conhecimentos e técnicas autoconstrutivas tradicionais locais;
- Valorização das conexões físicas identitárias entre as comunidades vizinhas (Santa Rita - Inácias; Celeste em Marliéria - Celeste em Timóteo; Celeste- Licuri);
- Requalificação das infraestruturas físicas (acesso à água de qualidade, transporte público, saneamento básico e etc.);
- Reconhecimento da multiescalaridade local e reordenação dos sistemas regionais tradicionais centros-periferias para sistemas reticulares não hierárquicos;
- Reconhecimento e recuperação do papel histórico do núcleo de Marliéria, bem como o incentivo à conexão física e identitária entre este núcleo e Santa Rita.
- Limitação das expansões urbanas, contenção do consumo do solo, que podem impactar as comunidades locais e causar a expulsão contínua dos assentamentos humanos;
- Incentivo e valorização da economia e serviços locais, bem como a autonomia produtiva local;
- Intercâmbios de conhecimento ambiental e produtivo entre Santa Rita e Celeste;
- Incentivo de trocas produtivas locais entre as comunidades do entorno; formação de redes produtivas com base local;
- Incentivo da identidade agrícola produtiva familiar, favorecendo a permanência dos jovens e novas gerações;
- Incentivo e valorização das tradições e festividades locais como a citada Festa do Rosário, as congadas/marujadas, a Romaria Ecológica;
- Favorecimento das rendas locais provenientes das festividades locais;
- Incentivo ecumênico pela união harmônica das diferentes práticas e manifestações religiosas, combatendo à intolerância religiosas;
- Reconhecimento e valorização da mão de obra local do Parque e aumento da empregabilidade na instituição;
- Investigação e recuperação do passado e da memória histórica em relação à questão quilombola no Celeste, bem como o consequente reconhecimento e valorização das identidades culturais e históricas;

- Incentivo às novas relações concretas entre a comunidade assentada e o Parque, e as energias inovativas de contradição dos atores sociais como potência para o planejamento e valorização do lugar;
- Recuperação e ressignificação histórica, enraizamento das relações com a área natural;
- Criação de projetos para valorização das redes e recursos ambientais;
- Valorização do protagonismo associativo, autogoverno local, crescimento local de instituições locais;
- Justiça social e ambiental, empoderamento, igualdade e reparação histórica;
- Valorização de redes solidárias, cooperação comunitária e ajuda mútua;
- Desenvolvimento de instrumentos de planejamento integrado e intersetoriais;
- Incentivos público e privado em projetos locais;
- Aumento da qualidade de vida das comunidades;

4.3 AVALIAÇÕES E AVANÇOS PARA CoLaboRI

Tendo em vista o referencial teórico e metodológico, sobretudo os pressupostos de CoLaboRI, bem como a experiência prática e as avaliações das limitações e avanços possíveis, neste item vincula-se os aprendizados concretos aos pressupostos pré-estabelecidos e o esquema metodológico da Escola Territorialista Italiana.

Como mencionado anteriormente, houve uma dificuldade na delimitação dos grupos para participação tendo como referência o quantitativo da amostra entre 10-15 pessoas. Isto, no contexto da pesquisa, deve-se ao fato de ter sido o primeiro contato da pesquisadora com a comunidade, visando evitar qualquer tipo de exclusão durante o processo de conhecimento e criação de vínculos de confiança. Embora, na prática, de fato, houve uma participação natural de um quantitativo menor de participantes. As atividades com os grupos menores foram interpretadas como positiva para a comunicação da pesquisadora e habitantes, assim como para aplicação metodológica da pesquisa que detém um tempo limitado. Pode-se afirmar, também, de maneira geral, que participaram “pessoas comuns” (GIUSTI, 2001) e associações sociais (DE LA PIERRE, 2001) interessadas nas discussões do território.

Os eventos particulares narrados que ocorreram durante aplicação demonstram a importância do pesquisador como facilitador e sensível às questões locais, assim como a impossibilidade do mesmo ser isento durante o processo. Ademais, os diálogos com lideranças e atores-chave aceitos e reconhecidos pela coletividade foram essenciais para a realização de CoLaboRI.

Ressalta-se, a efetividade do mapeamento comunitário por meio de desenho, uma estratégia dinâmica e lúdica, que possibilitou a visualização e reflexão conjunta dos sedimentos importantes para a comunidade. Em outras palavras, ao assumir o desenho como forma de conhecimento, o mapeamento comunitário pode ser considerado uma maneira imediata de compartilhar informações e saberes entre os habitantes. Entretanto, é necessário pontuar, a necessidade do mapeamento e da investigação partiu da própria pesquisadora, conforme o contexto teórico-metodológico e as questões locais em nível macro do recorte territorial escolhido. Dessa forma, acredita-se, o mapeamento adquire mais força como ferramenta política em contextos e necessidades que partam da própria comunidade. De toda maneira, nesta pesquisa, a aplicação foi útil como uma forma de comunicação para a pesquisadora. O mapa técnico, enquanto instrumento para o planejamento, é utilizado, sobretudo, por especialistas. Neste sentido, o mapeamento comunitário, sendo uma forma acessível de realizar o mapa pelos moradores locais, permitiu à pesquisadora conhecer o território através da linguagem cartográfica dos próprios habitantes.

Um avanço importante para a metodologia geral é a necessidade da efetivação da associação do mapeamento com outras ferramentas de participação, como indicado por Giusti (2001); o diálogo em grupo embora limitada, em relação alguns aspectos analíticos, possibilitou a participação direta e ampla das pessoas, assim como a riqueza de informações e análise aprofundada de questões complementares ao mapeamento. Logo, avalia-se também efetiva a comunicação e diálogo baseada na escuta e seleção, e as ferramentas escolhidas para a experiência. Observou-se que, ao contrário de simplesmente proporcionar voz a sujeitos excluídos, a dinâmica foi importante para que fossem ouvidos. Notou-se, portanto, muitas vezes, esses sujeitos têm voz, mas não são efetivamente ouvidos. A escuta genuína foi realizada tanto entre a pesquisadora e a comunidade quanto entre os próprios participantes. Porém, é necessário lutar para o poder público promover a continuidade e ampliação de processos assim, verdadeiramente participativos, garantindo às comunidades serem ouvidas e atendidas em relação às suas demandas e necessidades.

Para além, ao considerar os níveis de participação em CoLaboRI, a técnica do mapa por meio do desenho em grupo, foi importante pois a comunidade tem autonomia para a ilustração, apesar da orientação inicial da pesquisadora para que os participantes representassem locais importantes para a comunidade. Ou seja, é interpretada uma híbrida colaboração-participação durante a prática do mapeamento. No aspecto geral de participação social estabelecido por Chambers (2006), é identificada, portanto uma relação consultiva, em

que os habitantes colaboraram na investigação da pesquisa como um todo. No entanto, enfatiza-se potenciais parcerias, transformações e mobilizações das comunidades para organização de planejamentos participativos e autogestionados do território

A experiência demonstrou que o CoLaboRI, enquanto início do processo cognitivo, possibilita a investigação dos sedimentos territoriais cognitivos e materiais em sua multidimensionalidade para definição de regras estatutárias. Embora na prática a etapa estatutária não tenha sido realizada com as comunidades, conforme os pressupostos participativos para um estatuto socialmente produzido, a aplicação de CoLaboRI na etapa de representação identitária possibilitou identificar temas, invariantes e regras de transformação, segundo o conhecimento local, que podem ser aprofundadas posteriormente.

Dessa forma, avança-se em relação ao esquema de Magnaghi (2005), ao sugerir uma conexão com os atores sociais não só a partir do estatuto dos lugares, mas sim da etapa de representação identitária. A participação nesta etapa constitui-se como catalisadora para a continuidade das investigações e do processo de planejamento. Além disso, conforme indicado no esquema de Magnaghi (2020), existe uma interrelação entre outras abordagens de representação do patrimônio por meio de análises técnicas, que embora não explorada neste trabalho, são importantes para investigações mais detalhadas do território. Ademais, deste esquema, avança-se na necessidade de instrumentos participativos para além do mapeamento comunitário. A figura 18 apresenta uma releitura do processo metodológico da ETI.

Indica-se, portanto, o CoLaboRI não só como método⁵³, enquanto procedimento imbuído de atividades ordenadas e de aplicação de instrumentos de mapeamento que possibilitam a participação e colaboração das comunidades locais para a representação identitária; mas como uma estratégia, em um processo mais amplo associado a outras abordagens participativas para o planejamento territorialista e o desenvolvimento autossustentável.

Por último, do processo (Figura 18), descreve-se que o reconhecimento de sedimentos territoriais que configuram o patrimônio territorial, uma vez representados a partir da abordagem perceptiva identitária, em específico através do método CoLaboRI, possibilita indicações estatutárias, assim como a produção social do plano e do projeto, e consequentemente a criação de estatutos socialmente produzidos. Entretanto, o projeto pode iniciar-se a partir dos próprios atores sociais, participantes da produção do planejamento

⁵³ “O método implica, antes de tudo, atividades ordenadas, tarefas colocadas sequencialmente e a partir de um plano de ação racional.” (SERRA, 2006, p. 59).

territorialista através da adoção de instrumentos participativos para o conhecimento social do território, mobilizando assim a representação identitária e as outras etapas subsequentes, em constante diálogo entre saber técnico e saber local.

Figura 18 - CoLaboRI no esquema territorialista (grifo em vermelho)



Fonte: elaboração autora baseado em Magnaghi (2005, 2020)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, sintetiza-se e apresenta-se as considerações finais gerais da dissertação. Dessa forma, baseado na abordagem teórica-metodológica da Escola Territorialista Italiana – ETI, o trabalho discorreu, no capítulo referencial, sobre a importância da participação das comunidades no processo de planejamento territorial, assim como a necessidade da adoção de metodologias participativas e de estratégias metodológicas que incorporem o conhecimento contextual local. Apoiado em tal compreensão, e partindo da etapa de representação identitária, por meio de técnicas de mapeamento comunitário, realizaram-se diálogos com autores da cartografia crítica que debatem formas tradicionais e convencionais de representação cartográfica, estas muitas vezes, imbuídas por anseios de poderes dominantes. Para além, tendo em vista tal referencial, indicou-se os pressupostos abrangentes para sistematização conceitual e metodológica de CoLaboRI.

No capítulo metodológico, aproximou-se do contexto investigativo desta pesquisa, as comunidades do entorno do Parque Estadual do Rio Doce; demonstrou-se os critérios adotados para a escolha das comunidades como locus de aplicação de CoLaboRI, assim como o percurso adotado para a experiência. Posteriormente, no mesmo capítulo, apresentou-se a aplicação prática de CoLaboRI nas comunidades de Santa Rita, no município de Marliéria, e de Celeste, no município de Timóteo.

Em seguida, no capítulo de resultados e discussões, a partir da análise dos produtos de CoLaboRI, este realizado por meio do conjunto de técnicas de mapeamento comunitário e diálogo em grupo, foi possível identificar características e percepções locais, sedimentos territoriais importantes, multidimensionalidades das comunidades; e propor regras de transformação. Para além, a partir da experiência prática foi possível discutir orientações relevantes de CoLaboRI. Além disso, em consonância com o referencial teórico metodológico, CoLaboRI foi incorporado no esquema processual da ETI.

Particularmente e sucintamente, ressaltam-se os seguintes resultados e discussões realizadas para o recorte territorial investigado: a importância dos sedimentos materiais de Santa Rita para a comunidade, em específico, a Igreja Católica – uma das primeiras edificações locais construídas através de um mutirão coletivo; e a relevância dos sedimentos cognitivos em Celeste associadas aos saberes contextuais, ambientais e produtivos vinculados ao trabalho agrícola. Este último, relacionado ao associativismo, desenvolvimento da agricultura familiar e modelo agroecológico é um exemplo prático da relação virtuosa entre natureza e cultura em Celeste. Para além, observa-se semelhanças multidimensionais entre as

duas comunidades, como, por exemplo, podem ser consideradas comunidades historicamente socialmente excluídas; assim como, comunidades periféricas ignoradas no planejamento formal dos municípios, uma vez que em ambas persistem consideráveis problemas de infraestrutura (acesso à água de qualidade, saneamento, transporte público e etc). Em contraponto a limitada participação atual das comunidades em reuniões com órgãos decisórios institucionais, destaca-se o interesse na retomada da associação de bairro, em Santa Rita, e no associativismo existente, em Celeste, como oportunidades promissoras das energias inovativas e das contradições locais, enquanto força, resistência e representação política. Para além, é comum a relação sensível de tais comunidades com o Parque Estadual do Rio Doce - PERD.

Dessa forma, aponta-se a importância em estabelecer projetos e políticas intersetoriais, envolvendo órgãos municipais, gestão do PERD, e comunidades locais para o planejamento territorial eficaz. Além disso, é essencial promover debates e ações políticas para corrigir injustiças históricas, ambientais, e evitar a retroalimentação de ciclos de exclusão social. Nesta perspectiva, é vital também, o diálogo aberto entre comunidades e administração do PERD, assim como a integração entre natureza e cultura. Acredita-se, portanto, no investimento na melhoria da qualidade social, ambiental, urbana e territorial das comunidades para a conservação do patrimônio territorial, preservando assim a história local, promovendo a participação comunitária e incentivando o desenvolvimento sustentável.

Para além das multidimensionalidades locais encontradas, as conexões físicas e identitárias revelam também multiescalaridades possíveis.

Entretanto, é válido destacar que os resultados supracitados obtidos refletem a percepção dos grupos específicos participantes da dinâmica e suas percepções do lugar. Portanto, não é possível afirmar que as questões abordadas são comuns a todos habitantes dos locais estudados. Para além, algumas questões debatidas são marcadas por fatos e eventos da conjuntura local no período da coleta de dados da pesquisa. Ademais, algumas pautas discutidas precisam ser melhor exploradas e analisadas em estudos futuros.

Entende-se que as descobertas da pesquisa contribuem para o avanço e retroalimentação dos entendimentos acerca de CoLaboRI. Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa amplia a compreensão do mesmo, uma vez, que o CoLaboRI, é entendido não só como método, mas como uma estratégia colaborativa e participativa para o planejamento territorialista e o desenvolvimento autossustentável. Outro avanço foi a demonstração prática em CoLaboRI da efetivação em associar ferramentas de mapeamento

com outras ferramentas participativas, como no caso deste estudo, o diálogo em grupo. Este possibilitou um momento de seleção e escuta. Enfatiza-se o mapa comunitário como ponto de partida e reflexão, dentro de um processo mais amplo participativo e de planejamento territorial.

Além disso, no estudo foi proposta uma abordagem mais abrangente em CoLaboRI, no que se refere à incorporação da multidimensionalidade na investigação de realidades e de relações locais entre natureza e cultura. Para estudos futuros, pretende-se articular melhor a noção multidimensional do território para sua investigação e representação.

Ademais, propõe-se para futuros trabalhos a exploração de outras possibilidades participativas de representação e mapeamento; e novas perspectivas analíticas para estudar e representar os mapas em linguagem cartográfica técnica para além do mapa cartesiano, de modo a não desconsiderar as particularidades, conflitos, relações e conexões locais existentes.

Ressalta-se que, embora na prática a etapa estatutária não tenha sido realizada junto com a comunidade devido à limitação do tempo correspondente a concretização da pesquisa, a aplicação de CoLaboRI possibilitou identificar temas passíveis de aprofundamento posterior. Ademais, propõe-se após finalização deste estudo a continuidade imediata na retomada dos contatos com os atores-chave e lideranças locais para a apresentação e discussão pública dos resultados.

Diante do exposto, espera-se que as descobertas contribuam para o ordenamento territorial integrador do binômio natureza-cultura no recorte, Parque Estadual do Rio Doce e comunidades do entorno. Assim como, uma maior compreensão de abordagens participativas na etapa de representação identitária em um processo de planejamento territorialista, que possam ser aplicadas em outros contextos socioterritoriais diversos. Por fim, encerra-se este capítulo reiterando a importância da participação comunitária no desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: **Cartografias Sociais e Território**. (Org.) ACSELRAD, Henri. Rio De Janeiro: IPPUR/UFRJ. 2008, p. 13-45.
- ACSELRAD, Henri. Mapeamentos, identidades e territórios. In: Acselrad, H. (Org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. 1ed. Rio de Janeiro, 2010, v. 2, p. 9-45.
- ACSELRAD, Henri. Mapeamentos, identidades e territórios. In: Acselrad, Henri (Org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2012. p. 9-47.
- ARANGO, Vladimir Montoya; SÁNCHEZ, Andrés García. Cartografía social y/o contra-mapeamiento: una mirada desde la experiencia de defensa territorial de las comunidades negras en el río Atrato, Colombia. In: SUÁREZ, Carlo Emilio Piazzini; ARANGO, Vladimir Montoya, (Eds). **Cartografías, mapas y contramapas**. Medellín: Universidad de Antioquia, Fondo Editorial FCSH, 2022. p.225- 247.
- BAGNASCO, Arnaldo. **Tracce di comunità: Temi derivati da un concetto ingombrante**. Il Mulino, 1999.
- BAGNASCO, Arnaldo. **Comunità**. Enciclopedia delle scienze sociali, 1992. Disponível em: https://www.treccani.it/enciclopedia/comunita_%28Enciclopedia-delle-scienze-sociali%29/. Acesso em: 10 fev. 2023.
- BARATTI, Francesco. Gli ecomusei e il Piano Paesaggistico Territoriale Regionale. In: **Dossiê: Le Mappe di Comunità**, s.d. Disponível em: http://paesaggio.regione.puglia.it/images/stories/Mappe_COMUNIT/mappe_comunita_dossier.pdf. Acesso em: 06 jan. 2023
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999
- BONA, Kamila Drago. **Patrimonialização social. A comunidade como laboratório de representação identitária: experimento em Alto Liberdade – Marilândia / ES. 2020**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Governo Federal, 1988.
- BRASIL. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Brasília: Governo Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2000.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

CARTA, Massimo. **La rappresentazione nel progetto di territorio.** Un libro illustrato, 2011.

CHAMBERS, Robert. **Participatory mapping and geographic information systems: Whose map? Who is empowered and who disempowered? Who gains and who loses?** Electronic Journal of Information Systems in Developing Countries, 2006, v. 25/2, p. 1–11.

CRAMPTON, Jeremy W.; KRYGIER, John. Uma introdução à Cartografia Crítica. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografias sociais e território.** Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008. p. 85-111.

DANGELO, Jota; TEIXEIRA, Romeu do Nascimento. **O Vale do Rio Doce.** Companhia Vale do Rio Doce. 2002

DE LA PIERRE, Sergio. **Il principio comunitario tra epoca industriale ed era della globalizzazione.** [s. d.]. Disponível em: http://www.societadeiterrorialisti.it/images/DOCUMENTI/GRAPPOLI/Filosofia_scienze_u mane/de%20la%20 perde%20s.%20-%20 note%20sul%20 principio%20 neo-comunitario.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

DE LA PIERRE, Sergio. **La rappresentazione delle identità comunitarie.** Inquadramento storico e principi metodologici. 2001. Disponível em: http://www.lapei.it/public/2011/01/Rappresentare_100_DeLaPierre.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

DE LA PIERRE, Sergio. **Avvertenze preliminari** (prima parte). 2014(a). Disponível em: https://www.z3xmi.it/pagina.phtml?_id_articolo=6389-Avvertenze-preliminari_primaparte.html. Acesso em: 10 fev. 2023.

DE LA PIERRE, Sergio. **Avvertenze preliminari** (seconda parte). 2014(b). Disponível em: https://www.z3xmi.it/pagina.phtml?_id_articolo=6734-Avvertenze_preliminari_seconda-parte.html. Acesso em: 10 fev. 2023.

DE LA PIERRE, Sergio. **Quale comunità per quale territorio.** Scienze del Territorio, 2020, v. 8. p. 12-19.

DICIO (Dicionário Online de Português). **Pau a Pique.** Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pau-a-pique/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

DICIO (Dicionário Online de Português). **Sapé.** Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sape/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EUROPA. **Convenção Europeia da Paisagem.** Florença, 2000.

FERRATA, Claudio. **Da abitare a urbanità**. Quaranta parole per il progetto di território, 2021. Disponível em: <https://www.gea-ticino.ch/wp-content/uploads/Quaranta-parole-.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

GAVAZZI, Renato Antonio. **Etnomapeamento da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia: o Mundo Visto de Cima**. Brasília: Edição e Organização – Programa de Gestão Territorial e Ambiental – Comissão Pró-Índio do Acre CPI/AC, 2012.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIRARDI, Gisele. Aula 1 - **Mapas na constituição e consolidação de um modo de ver e pensar o espaço**. [Slide de apoio à disciplina de Cartografia Geográfica, lecionada na UFES, PPGG], 2022a.

GIRARDI, Gisele. Aula 6 - **(Re) apropriação social dos mapeamentos: arenas de práticas críticas (1)**. [Slide de apoio à disciplina de Cartografia Geográfica, lecionada na UFES, PPGG], 2022b.

GIUSTI, Mauro. **Modelli partecipativi di interpretazione del territorio**. 2001. Disponível em: http://www.lapei.it/public/2011/01/Rappresentare_110_Giusti.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

HARLEY, John Brian. **Deconstructing the Map**. Cartographica, 1989, v. 26, n. 2, p. 1-20.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>. Acesso em: 12 nov. 2023

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Malhas de Setores Censitários: Divisões Intramunicipais**. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/26565-malhas-de-setores-censitarios-divisoes-intramunicipais.html?edicao=35544&t=o-que-e>. Acesso em: 26, fev, 2024.

IDE-Sisema. Disponível em: <https://idesisema.meioambiente.mg.gov.br/webgis>. Acesso em: 22 fev. 2024.

IEF (Instituto Estadual Florestal). **Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Doce**: Informações gerais da unidade de conservação – Encarte 1. Instituto Estadual de Florestas, 2002a.

IEF (Instituto Estadual Florestal). **Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Doce**: Unidade de Conservação e Zona de Amortecimento–Encarte 4. Instituto Estadual de Florestas, 2002b.

IEF (Instituto Estadual Florestal). **Comunidades do Parque Estadual do Rio Doce**. Parque Estadual do Rio Doce, Marliéria, Minas Gerais. Data de Visita: 10 de setembro de 2023.

IEF (Instituto Estadual Florestal). **Parque Estadual do Rio Doce**. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/195?task=view>. Acessado em: 10 de dezembro de 2023.

IEF (Instituto Estadual Florestal). **Governo de Minas abre consulta pública sobre**

concessão dos serviços de visitação no Parque Estadual do Rio Doce. 2023 Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/noticias/3824-governo-de-minas-abre-consulta-publica-sobre-concessao-dos-servicos-de-visitacao-no-parque-estadual-do-rio-doce>. Acesso em: jan. 2024

IEF (Instituto Estadual de Florestas); EKOS (Instituto Ekos Brasil). **Plano de Manejo Parque Estadual do Rio Doce.** 2023. Disponível em: http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/2024/UCs/23_12_22_PM_PERD_-_digital_150_ddp_1.pdf. Acesso em: 14 MAR. 2024

IFAD (International Fund for Agricultural Development). **Good practices in participatory mapping.** A review prepared for the International Fund for Agricultural Development (IFAD). 2009. Disponível em: http://www.iapad.org/wp-content/uploads/2015/07/ifad_good_practice_inparticipatory_mapping.pdf. Acesso em 2 abr. 2023.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Orçamento participativo leva a melhorias na gestão de entes públicos.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/noticias-do-ipea/676-orcamento-participativo-leva-a-melhorias-administrativas-na-gestao-de-recursos-explica-tecnico-do-ipea#:~:text=Ele%20lembra%20que%20o%20or%C3%A7amento,de%20controle%20dos%20recursos%20p%C3%ABlicos>. Acesso em: 28 fev. 2024.

KITCHIN, Rob.; PERKINS, Chris.; DODGE, Martin. Thinking about maps. In: __ (Eds.) **Rethinking Maps.** Routledge, 2009. Disponível em: <http://makingmaps.net>. Acesso em: 2 abr. 2023.

Landscape planning observatory of the Puglia Region – Italy. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bOZdzf59yM4&list=PL9_VWyyW26lvnoXrEkngo0AGeNEVIEWz&index=19. Acesso em: 10 fev. 2023

LUCCHESI, Fabio. **Il territorio, il codice, la rappresentazione:** il disegno dello statuto dei luoghi. Firenze: University Press, 2005.

MAGNAGHI, Alberto. Gli ecomusei e le Mappe di Comunità per il paesaggio. In: **Dossiê: Le Mappe di Comunità,** s.d, P.3-7. Disponível em: http://paesaggio.regione.puglia.it/images/stories/Mappe_COMUNIT/mappe_comunita_dossier.pdf. Acesso em: 06 jan. 2023.

MAGNAGHI, Alberto. **La rappresentazione identitaria del territorio.** Firenze: Alinea, 2005.

MAGNAGHI, Alberto. **Il progetto locale.** Torino: Bollati Boringhieri, 2010.

MAGNAGHI, Alberto. **El proyecto local: hacia una conciencia del lugar.** UPC, 2011.

MAGNAGHI, Alberto. **La regola e il progetto.** Un approccio bioregionalista alla pianificazione territoriale, 2014.

MAGNAGHI, Alberto. **La storia del territorio nell'approccio territorialista** all'urbanistica e alla pianificazione. Scienze del Territorio, 2017, v. 5, p. 32-41.

MAGNAGHI, Alberto. The urban bioregion in the territorialist approach. In: Fanfani D., Matarán Ruiz A., (Eds), **Bioregional planning and design**. Perspectives on a transitional century, Springer, 2020, v.1.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2013.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). **A Convenção de Ramsar**. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-ecossistemas/ecossistemas/areas-umidas/a-convencao-de-ramsar-1>. Acesso em: 11 mar. 2024

OLIVEIRA, Brayan Ricardo. **Zona de amortecimento do Parque Estadual do Rio Doce, Minas Gerais, Brasil**: passado, presente e futuro. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre. Belo Horizonte. 2019.

OLIVEIRA, Denize Cristina de. **Análise de Conteúdo Temático-Categorial**: Uma proposta de sistematização. Revista enfermagem UERJ, 2008.

Online Etymology Dictionary. **Map**. Disponível em: https://www.etymonline.com/word/map#etymonline_v_6841. Acesso em: 06 jan. 2023.

OSLENDER, Ulrich. Cartografías otras: del impulso para mapear en la conciencia humana. In: SUÁREZ, Carlo Emilio Piazzini; ARANGO, Vladimir Montoya,(Eds). **Cartografías, mapas y contramapas**. Medellín: Universidad de Antioquia, Fondo Editorial FCSH , 2022. cap. 5. p. 205-224.

PERD (Parque Estadual do Rio Doce). 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/parque.riodoce/reel/Curhp10s67J/?next=https%3A%2F%2Fwww.instagram.com%2Fvarjangbha_manek%2F%3Fref%3Dbadge%26hl%3Dne&ref=badge&hl=ne. Acesso em: 11 mar. 2024

PMT (Prefeitura Municipal de Timóteo). **Romaria Ecológica do Parque Estadual do Rio Doce em julho**. Disponível em: <https://www.timoteo.mg.gov.br/noticias/10344/nfse.aspx>. Acesso em: 10 dezembro de 2023

POLI, Daniela. Un approccio che viene da lontano: teorie e azioni della scuola territorialista italiana tra il XX e il XXI secolo. In: __ (Eds.) **Il progetto territorialista**. Contesti 2/2010: rivista del Dipartimento di urbanistica e pianificazione del territorio, Università di Firenze, 2010, p. 15-30.

POLI, Daniela. **Le strutture di lunga durata nei processi di territorializzazione**. Urbanistica. 2011, v. 147, p. 19-23.

POLI, Daniela. **Democrazia e pianificazione del paesaggio**: governance, saperi contestuali e partecipazione per elevare la coscienza di luogo. Rivista Geografica Italiana, 2013, v. 120, p. 343-361.

POLI, Daniela. Il patrimonio territoriali fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proattiva. In MELONI, Benedetto. **Aree interne e progetti d'area**. Torino: Rosenberg e Siller, 2015, p. 123-140.

POLI, Daniela. **Processi storici e forme della rappresentazione identitaria del territorio**. Scienze del Territorio, 2017, v.5, p. 42-53.

PPTR. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bOZdzf59yM4&list=PL9_V_WyyW26lvnoXrEkngo0AGeNEVIEWz&index=19. Acesso em: 10 fev. 2023.

PT (Partido dos Trabalhadores). **Crime ambiental em Mariana completa 8 anos sem justiça aos atingidos**. Disponível em: <https://pt.org.br/crime-ambiental-de-mariana-completa-8-anos-sem-justica-aos-atingidos/> Acesso em: 6 jan 2024.

QUECINI, Vanda Maria. **Timóteo: o legado urbano de um projeto industrial**. Tese de doutoramento em fundamentos e história da arquitetura e do urbanismo, FAU-USP, São Paulo. 2007.

REGIONE PUGLIA. **Il patrimonio regionale**. Disponível em: <https://pugliacon.regione.puglia.it/web/sit-puglia-paesaggio/il-patrimonio-regionale>. Acesso em: 10 de novembro de 2023.

REGIONE PUGLIA. **Piano Paesaggistico Territoriale Regionale – Elaborato 2 – Norme Tecniche di Attuazione**. 2015. Disponível em: https://pugliacon.regione.puglia.it/documents/96721/884901/02_Norme+tecniche+di+attuazione.pdf/f58a8842-c260-51ad-d7c9-fcedfbb962a5. Acesso em: 8 out. 2023

REGIONE PUGLIA. La Puglia vista dagli abitanti. In: **Descrizioni strutturali di sintesi**. Atlante del patrimônio ambientale territoriale e paesaggistico. Regione Puglia, 2015.

RESERVA DA BIOSFERA. **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)**. Disponível em: <https://reservasdabiosfera.org.br/programa-mab/>. Acesso em: 11 mar. 2024

RODRÍGUEZ, José Exequiel Basini. Reflexiones sobre las formas de intervención cartográfica y los usos del reconocimiento. In: SUÁREZ, Carlo Emilio Piazzini; ARANGO, Vladimir Montoya, (Eds). **Cartografías, mapas y contramapas**. Medellín: Universidad de Antioquia, Fondo Editorial FCSH, p.265-287, 2022.

SANTOS, Elisângela Maria Barbosa. **O Parque e estrada: conservação e desenvolvimento na história do Parque Estadual do Rio Doce (1944 -1993)**. Tese de doutoramento em história, UFMG, Belo Horizonte, 2022.

SERRA, Geraldo. **Pesquisa em arquitetura e urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação**. São Paulo: EDUSP, 2006.

SOUTO, Raquel Dezidério. Mapeamento e participação. In: **Mapeamento participativo e cartografia social: aspectos conceituais e trajetórias de pesquisa**. (Org) SOUTO, Raquel Dezidério; MENEZES, Paulo Márcio Leal de; FERNANDES, Manoel do Couto. Rio de Janeiro: IVIDES. 2021, p.15-29.

SOUZA, Maria Luísa Barbosa. **A comunidade como laboratório de representação identitária (CoLaboRI): estudo direcionado à elaboração conceitual e metodológica.** 2021. Subprojeto de Iniciação Científica. Programa Institucional de Iniciação Científica. Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2021.

SUÁREZ, Carlo Emilio Piazzini; ARANGO, Vladimir Montoya. Introducción: mapas y contramapas. In: Carlo Emilio Piazzini Suárez; Vladimir Montoya Arango, editores. **Cartografías, mapas y contramapas.** Medellín: Universidad de Antioquia, Fondo Editorial FCSH, 2022. pp. 15-34

TONNIES, Ferdinand. **Comunidad y Sociedad.** Buenos Aires: Losada, S.A., 1947.

UNILESTE (Centro Universitário Católica do Leste de Minas Gerais). **Região Metropolitana do Vale do Aço - diagnóstico final. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI),** 2014. V.1. Disponível em: http://web.archive.org/web/20160303184721/http://www.unilestemg.br/pddi/arq/doc/documentos-oficiais/2014/PDDI_DIAGNOSTICO_VOL1.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024



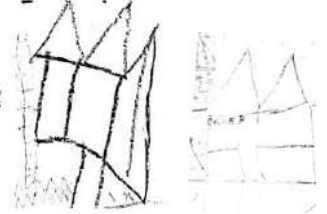

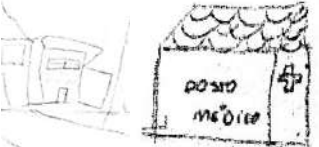

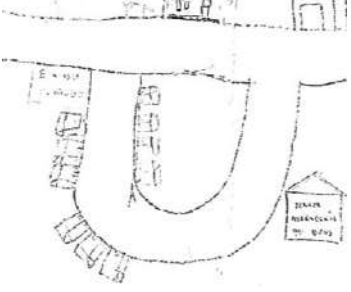



APÊNDICE A – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO

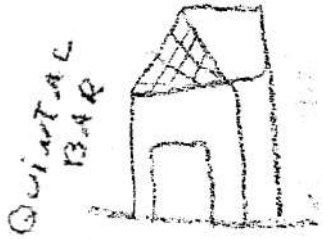

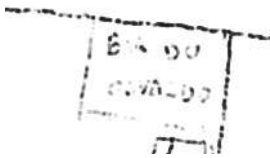

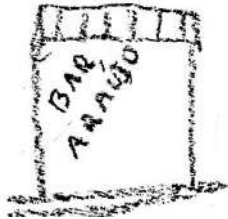





1. Qual a importância desse lugar para comunidade (sobre o primeiro lugar a ser desenhado no mapa)
2. Quais são os principais eventos da comunidade?
3. Quais são os espaços que a comunidade usa para se reunir? Acontecem muitas reuniões?
4. Existe ou já existiu alguma associação na comunidade? Quais? Quando surgiu?
5. Quais são as histórias da comunidade? Histórias contadas pelos membros mais velhos, por exemplo,
6. A comunidade mudou muito? Como mudou? Como era antes?
7. Quais são as atividades da comunidade (sobre a pecuária, pesca e agricultura). Como ocorrem?
8. Qual a relação da comunidade com o Parque Estadual do Rio Doce? Qual a importância para a comunidade? A comunidade frequenta o local? A comunidade participa de reuniões?
9. O que você deseja para o futuro da comunidade? Quais são as principais necessidades da comunidade? O que não gostaria de jeito nenhum para a comunidade?
10. Quando necessitam de serviços como comércio, saúde, escola. Aonde a comunidade vai?
11. A comunidade está se expandindo? Em qual sentido?
12. Como é a participação local?
13. Quais são os principais problemas ambientais que afetam a comunidade? (queimada, saneamento, poluição, descarte de lixo e etc)






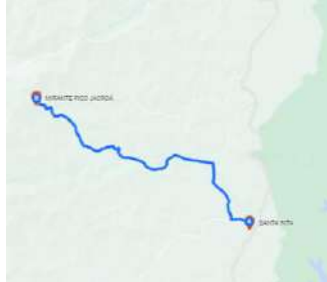


APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DADOS PARTICIPANTES


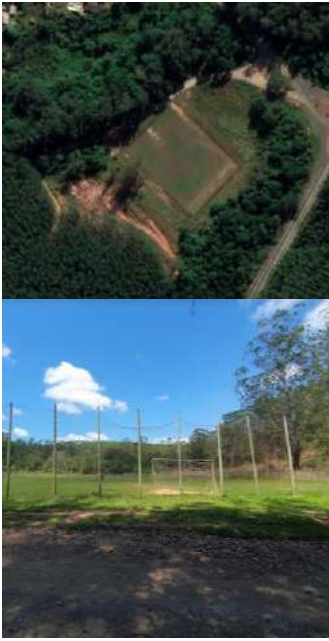


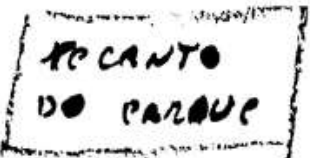



DADOS PESSOAIS DOS PARTICIPANTES	
NOME:	
TELEFONE/CEL:	
IDADE:	
LOCAL DE NASCIMENTO:	
ENDEREÇO:	
PROFISSÃO/OCUPAÇÃO:	
ESTADO CIVIL:	
POSSUI FILHOS? QUANTOS? ELES TAMBÉM MORAM NESTE LOCAL?	
HÁ QUANTO TEMPO MORA NESTE LOCAL?	
PARTICIPA DE ALGUMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL? QUAL?	


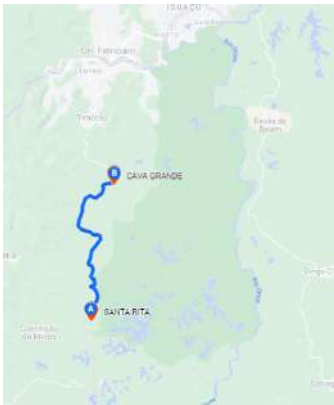
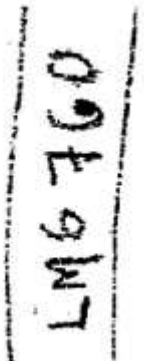
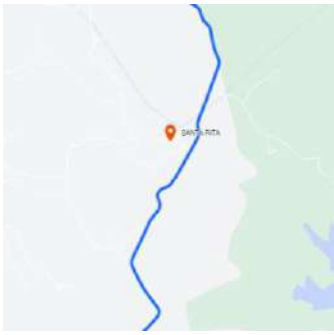
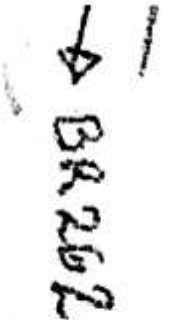
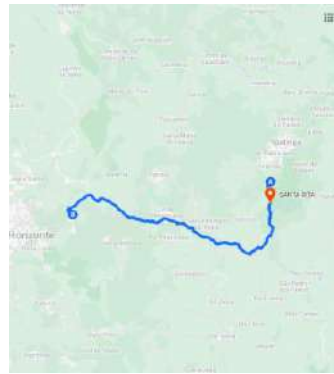
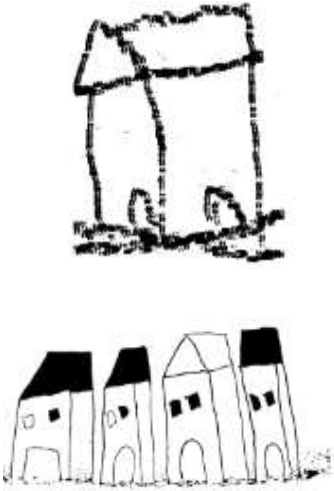

APÊNDICE C – SISTEMATIZAÇÃO ITENS DO MAPA COMUNITÁRIO DE SANTA RITA

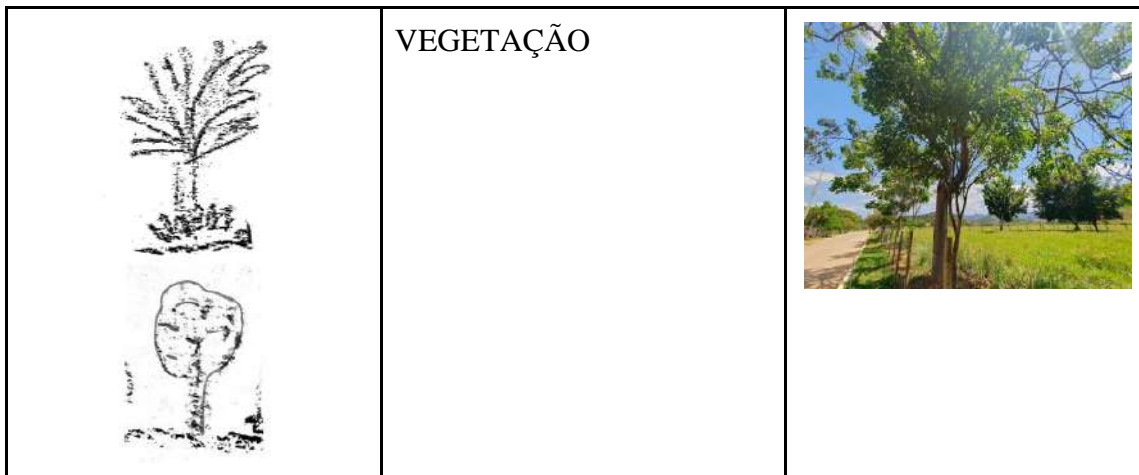
LEGENDA		
	<p>IGREJA DE SANTA RITA</p>	
	<p>ESCOLA MUNICIPAL MARCIANO FELISBERTO PINTO</p>	
	<p>POSTO MÉDICO</p>	
	<p>NÚCLEO CENTRAL</p>	
	<p>PONTE SOBRE CÓRREGO CONCEIÇÃO</p>	

	<p>QUINTAL BAR</p>	
	<p>BAR DO OSVALDO</p>	
	<p>BAR DO ARAÚJO</p>	
	<p>IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS</p>	
	<p>ÁREA DE LAZER PÚBLICA</p>	

	<p>BAIXADÃO</p>	
	<p>NÚCLEO PROPRIEDADES RURAIS</p>	
	<p>SENTIDO JACROÁ</p>	
	<p>INÁCIAS</p>	







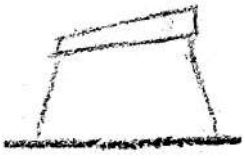



	<p>CAMPO DE FUTEBOL</p>	
	<p>PONTE EM REFORMA</p>	
	<p>POUSADA RECANTO DO PARQUE</p>	
	<p>INDICAÇÃO PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE</p>	

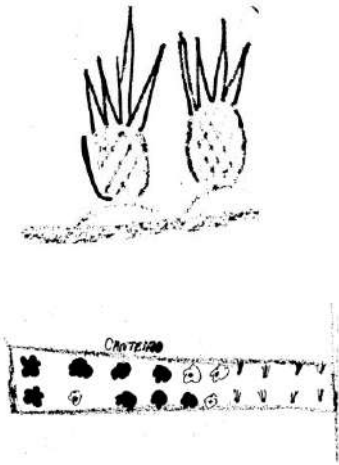
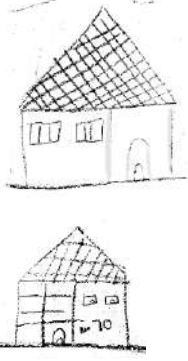

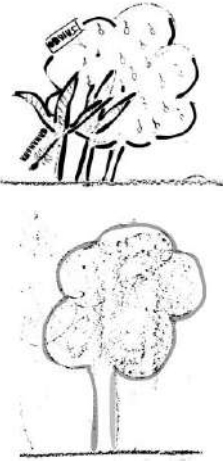



	<p>SENTIDO CAVA GRANDE</p>	
	<p>RODOVIA ESTADUAL LMG760</p>	
	<p>SENTIDO RODOVIA FEDERAL BR 262</p>	
	<p>RESIDÊNCIAS NÚCLEO CENTRAL</p>	

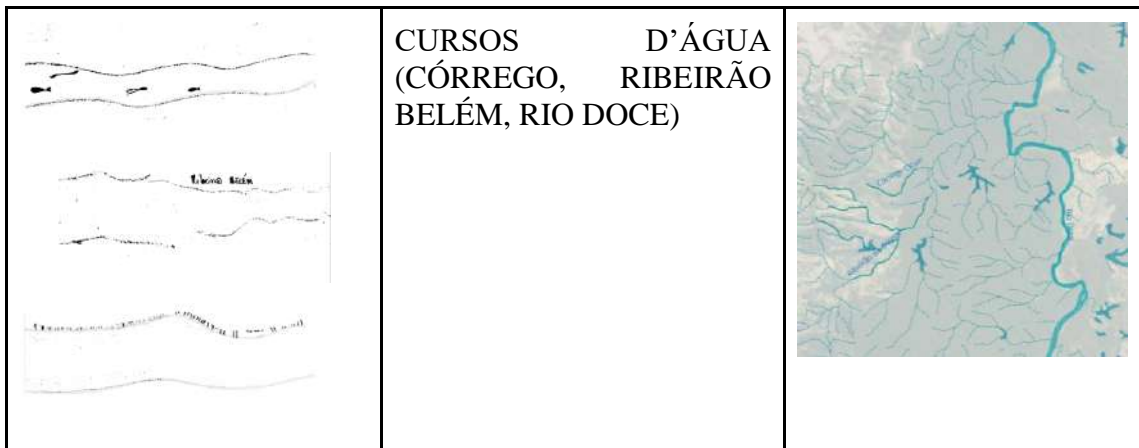


Fonte das imagens: acervo pessoal; google satélite; google maps; google imagem

APÊNDICE D – SISTEMATIZAÇÃO ITENS DO MAPA COMUNITÁRIO DE CELESTE

LEGENDA		
	<p>IGREJA EVANGÉLICA</p>	
	<p>VIAS</p>	
	<p>INDICAÇÃO PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE</p>	
	<p>ÁREA DE LAZER PÚBLICA</p>	
	<p>CULTIVO AGRÍCOLA (HORTA, ABACAXI, CANTEIRO)</p>	

		
	<p>RESIDÊNCIAS</p>	
	<p>VEGETAÇÃO (BANANEIRA/JAMBO/M ANGUEIRA)</p>	 
	<p>SOL / LUA MINGUANTE</p>	<p>-</p>



Fonte das imagens: acervo pessoal; google satélite; google maps; google imagem